



S U F R A M A

Relatório de Gestão 2009

Maio 2010



Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior





MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTERIOR.

Miguel João Jorge Filho

SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO

Elilde Mota de Menezes

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PROJETO

Oldemar Ianck

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Plínio Ivan Pessoa da Silva

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE OPERAÇÕES

Mauro Guimarães Ferreira

Elaboração:

SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO – SAP
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA – CGPRO

Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar – Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO - COPLA

Alberto Ribeiro da Silva - Coordenador

Equipe Técnica:

Ana Virgínia Silva Lemos de Aguiar - economista

Glauton Araújo Batista – administrador

Jacó Araújo da Silva - economista

Maria das Graças Lopes e Oliveira – economista

Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa
Av. Ministro Mário Andreazza, 1424 - CEP: 69.075.830, Distrito Industrial, Fone (XX)
92 3321-7000 / 3321-7006 / 3321-7038 / 3321-7042
[http: www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. IDENTIFICAÇÃO RELATÓRIO DE GESTÃO	7
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E /OU PROGRAMÁTICOS	8
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	8
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	9
2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	11
2.3.1. <i>Relação dos Programas.</i>	11
2.3.1.1. Programa 0392 Pólo Industrial de Manaus.	11
2.3.1.1.1. Principais Ações do Programa.	12
2.3.1.2. Programa 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA.	30
2.3.1.2.1. Principais Ações do Programa.	30
2.3.1.3. Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE.....	39
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.	41
2.4.1. Programação Orçamentária.	44
2.4.1.1. Identificação da Unidade Orçamentária.....	44
2.4.1.2. Programação das Despesas Correntes.	44
2.4.1.3. Programação das Despesas de Capital.	44
2.4.1.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.	45
2.4.1.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.	47
2.4.2. Execução Orçamentária.....	48
2.4.2.1. Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos originários na UJ	48
2.4.2.2. Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos originários na UJ.....	49
2.4.2.3. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ.	50
2.4.2.4. Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos recebidos na UJ por Movimentação.....	52
2.4.2.5. Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos na UJ por Movimentação.	53
2.4.2.6. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ por Movimentação.	54
2.4.2.7. Execução Orçamentária por Programa de Governo.	55
2.4.2.7.1. Programa 0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS.....	55
2.4.2.7.2. Programa 1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA.....	57
2.4.2.8. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	58
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.	58
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	59
2.4.5. Indicadores de Desempenho Institucional.	59
2.4.5.1. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Projetos	60
2.4.5.1.1. Taxa de Aprovação de Projetos Industriais.....	60
2.4.5.1.2. Taxa de Acompanhamento de Projetos Industriais.....	62
2.4.5.1.4. Taxa de Acompanhamento de Empreendimentos Agropecuários.....	66
2.4.5.2. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional.....	68
2.4.5.2.1. Indicador de Transferência Voluntárias Realizadas no Exercício	68
2.4.5.2.2. Indicador de Execução de Convênios	70
2.4.5.2.3. Análise dos programas anuais de investimentos de P&D submetidos pelas empresas sujeitas à Resolução CAS nº 192/02.	71
2.4.5.2.4. Avaliação de Relatórios Demonstrativos de Investimento em P & D – parecer técnico:	72
2.4.5.2.5. Avaliação de Desempenho das Instituições credenciadas no CAPDA:.....	73
2.4.5.3. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Administração.....	75
2.4.5.3.1. Taxa de Evolução da Receita Arrecadada.....	75
2.4.5.3.2. Taxa de Eficiência da Função Orçamentária e Financeira	77
2.4.5.4. Indicadores de macroprocessos da Superintendência de Operações	78



2.4.5.4.1. Taxa de variação das Importações.....	78
2.4.5.4.2. Taxa de variação das Exportações.....	80
2.4.5.4.3. Função Cadastro e Reativação de Empresas.....	82
3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	84
3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	84
3.2. COMPOSIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	84
3.3. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS TERCEIRIZADOS DE MÃO-DE-OBRA.....	85
3.4. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	86
3.4.1. Taxa de Indicador de Eficiência da Função Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos.....	86
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	91
4.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS EM 2009.....	91
5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	92
5.1. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2009 E RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	92
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS CONGÊNERES REALIZADOS NO EXERCÍCIO.	93
6.1. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS NO PERÍODO DE 2000 A 2009 (VIDE ANEXO I).....	93
6.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	93
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.	95
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	95
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIA.	96
9.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS PELA UJ.....	97
9.2. VALORES CONCEDIDOS A TÍTULO DE RENÚNCIA DE RECEITA E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA.....	99
9.3. USUFRUATUÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA – PESSOA FÍSICA.....	99
9.4. USUFRUATUÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA.....	100
9.5. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ.....	100
9.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITA.....	101
9.7. INDICADORES DE GESTÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA.....	101
9.8. DECLARAÇÃO REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DA RENÚNCIA.....	102
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS.	103
11A. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.	104
11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	108
12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE 2009.	117
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	118
13.1. CONVÊNIOS FIRMADOS EM 2009 CADASTRADAS NO SICONV (VIDE ANEXO II).....	118
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	120
14.1. MÓDULO DE RENÚNCIA FISCAL	120
14.2. ESTUDO DO MARCO REGULATÓRIO	120
14.3. GUIA DOS INCENTIVOS	120
14.4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	121
14.5. ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS DE INTERESSE DA SUFRAMA	121
14.6. MATÉRIAS QUE TRAMITANDO NO CONGRESSO NACIONAL	122
14.7. ESTUDO DO MEIO AMBIENTE	125
14.8. COTAS DE PATROCÍNIO DO EXERCÍCIO DE 2009	115



Introdução

O Relatório de Gestão tem como finalidade apresentar os resultados alcançados pela Suframa na administração do Modelo Zona Franca de Manaus e sua extensão dos benefícios à Amazônia Ocidental, tendo como referência o que determina os instrumentos de ordem legal:

- Instrução Normativa Nº. 57, de 27 de agosto de 2008, que estabelece as normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal.
- Decisão Normativa TCU Nº. 100, de 07 de outubro de 2009, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009, especificando a forma e os prazos de sua apresentação e o seu conteúdo, nos termos do Art. 3º, da Instrução Normativa Nº 57, de 27 de agosto de 2008.
- Decisão Normativa TCU Nº 102, de 02 de dezembro de 2009, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2009 julgados pelo Tribunal, especificando a forma os prazos e os conteúdos dos demonstrativos que os comporão, nos termos dos artigos 4º, 6º, e 13 da Instrução Normativa TCU Nº 57, de 27 de agosto de 2008;
- Portaria CGU Nº 2.270, de 04 de novembro de 2009, que aprova na forma dos seus anexos I e II, Norma de Execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal, sobre acompanhamento do Plano de Providências Permanente, a elaboração do Relatório de Gestão, os procedimentos da auditoria anual de contas realizada pelo Órgão de Controle Interno e a organização e formalização do Processo Anual de Contas Ordinárias, relativos ao exercício de 2009, a serem apresentados ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na IN TCU Nº. 57, de 27.08.2008 ou norma que a substitua.
De conformidade com o disposto no inciso 4 do art. 12 e inciso 2 do art. 13 do Decreto nº 3591, de 06 de setembro de 2000, compete às Secretarias de Controle Interno, no âmbito de suas jurisdições, e aos Assessores Especiais de Controle Interno nos Ministérios orientar os administradores de bens e recursos públicos sobre a forma de prestar contas.
- Portaria CGU Nº 389, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as



orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2009 apresentados nos termos do art. 3º da IN TCU nº 57/2008.

Assim, o relatório ora apresentado, busca atender a legislação supra, com foco na execução das responsabilidades institucionais, evidencia o papel da Autarquia na execução das políticas públicas, sua estratégia de atuação, programas e ações sob sua administração, e seus indicadores de desempenho operacional. Elenca os gastos gerais por meio de quadros demonstrativos, dos gastos ocorridos nos três últimos anos e destaca as dificuldades gerenciais na realização das metas estabelecidas.

Por fim, este documento objetiva prestar contas à sociedade sobre o desempenho institucional.



1. Identificação Relatório de Gestão

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.		Código SIORG: 166
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora		
Denominação Completa: Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa		
Denominação Abreviada: Suframa		
Código SIORG: 166	Código LOA: 28233	Código SIAFI: 20603 (Órgão)
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração Pública		Código CNAE: 8411600
Telefones/Fax de Contato:	(92) 3321- 7000	(92) 3237-6546
Endereço eletrônico: suframa@suframa.gov.br		
Página na Internet: www.suframa.gov.br		
Endereço: Avenida Ministro Mário Andreazza, nº 1.424, Cep.: 69.075-830, Distrito Industrial, Manaus – AM.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto-Lei Nº 288/67, publicado em 28.02.1967. Decreto Nº 6.372/2008, publicado em 15.02.2008.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Dec. Nº 4.628 - 21.03.03 – Estrutura Regimental Port. Nº 123/2008 – MDIC/SPOA/SE		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI:	Nome	
193028	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS /AM	
190019	Suframa/Am/SCDP*	
193054	19205	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI:	Nome	
19205	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora:	Código SIAFI da Gestão	
193028	19205	
190019	19205	
193054	19205	

SCDP * - Sistema de Controle de Passagem e diárias.



2. Objetivos e metas institucionais e /ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas:

A Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, com sede administrativa na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, criada pelo Decreto-Lei nº 288/67 para administrar o modelo ZFM. Posteriormente, os Decretos-Leis 356/68 e 1.435/75, estenderam parte dos benefícios do Decreto 288/67 para a Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima). Em 1991, por meio da Lei 8.387/91, regulamentada pelo Decreto 517/92, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá/Santana (ALCMS), no Estado do Amapá.

Nos demais Estados da Amazônia Ocidental a Suframa se faz presente por meio das Áreas de Livre Comércio, denominadas de ALCs, localizadas em Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Macapá/Santana (AP), Cruzeiro do Sul/Brasiléia/Epitaciolândia (AC), BoaVista/Bonfim (RR). As Coordenações Regionais, denominadas de COREs, estão localizadas em Itacoatiara (AM), Ji-Paraná (RO), Porto Velho (RO), Vilhena (RO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR).

Essas Áreas de Livre Comércio e as Coordenações Gerais operacionalizam os instrumentos e os mecanismos de controle e fiscalização de importação e internamento de mercadorias nacionais e estrangeiras e administram os procedimentos de cadastramento, recadastramento, reativação cadastral, credenciamento, recredenciamento, habilitação de empresas, entidades e credenciados. Podem também atuar em apoio às atividades de acompanhamento e fiscalização de programas e projetos definidos pela Suframa nos limites das suas respectivas áreas de jurisdição.

Ao longo de sua trajetória foram-se incorporando à missão, novas atividades o que evidentemente provocaram mudanças no seu cenário de atuação. Essas mudanças suscitam a percepção de que a educação, a ciência e a inovação são elementos indispensáveis para o alcance e sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. Em meio a esse ambiente se intensifica a busca pela consolidação do Pólo Industrial de Manaus e inclusive, preocupações quanto à



necessidade de dinamizar questões ambientais relativas ao aproveitamento racional e saberes da floresta.

No exercício de 2009 a Suframa concluiu o processo de revisão do seu plano estratégico iniciado em 2007 que, baseado nos cenários estabelecidos apontou para novas diretrizes e estratégias de desenvolvimento, que trouxeram como resultando o refinamento de sua missão e de seus objetivos estratégicos a ampliação das áreas estratégicas de atuação com foco em grandes temas regionais voltados para mudanças climáticas, biodiversidade, integração continental, recursos hídricos, urbanização, cultura, educação e convergência tecnológica. O início da implementação do novo plano deverá ocorrer no próximo exercício.

No que diz respeito aos objetivos estratégicos traçados para o exercício em análise, a Suframa, concentrou esforços na realização das ações de Promoção Comercial, traduzidas na realização da V FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZONIA – FIAM; que contemplou uma extensa programação e exposição de produtos de alto valor agregado produzidos por empresas intensivas em capital e tecnologia, que operam no Pólo Industrial de Manaus – PIM, bem como a criação do Pavilhão Amazônia, que abriu oportunidades para as empresas regionais divulgarem seus produtos com potencial para conquistar o mercado regional, nacional e internacional; a Manutenção e Expansão da Infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus; Manutenção do Distrito Agropecuário; Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos, ação que alberga o contrato de prestação de serviços, indispensável para manutenção e funcionamento da máquina administrativa. Na área de tecnologia e informação a Suframa modernizou parte do seu parque computacional com a substituição de máquinas e equipamentos obsoletos.

No âmbito do desenvolvimento tecnológico e engenharia; promoção industrial do Pólo Industrial de Manaus e interiorização do desenvolvimento, por insuficiência de recursos durante o exercício, essas ações foram inviabilizadas e sofreram descontinuidade. Entretanto, ao final do exercício foi possível a realização de empenho em ações do Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA; do Centro de Ciência e Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus e na ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, esta última refere-se basicamente a emendas parlamentares. Em decorrência disso, a execução destas ações só irão ocorrer em 2010.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

Os resultados institucionais alcançados no exercício de 2009 são decorrentes de uma política de manutenção da posição de vanguarda da instituição frente às questões relativas à



continuidade da busca pelo fortalecimento da base produtiva do Pólo Industrial de Manaus, o que se tornou um grande desafio em meio aos efeitos da crise econômica mundial.

Vale destacar o esforço institucional para compatibilizar os recursos liberados para realização do seu plano plurianual com o alcance das metas estabelecidas no seu orçamento, inclusive no que diz respeito às tentativas para liberação de recursos adicionais para realização de ações estratégicas.

Diante desse cenário, a Suframa definiu suas linhas de ação na lógica da atração de investimentos e na inserção internacional da região para a conquista de novos mercados, por meio de ações estratégicas de promoção comercial e de apoio a implementação de mecanismos de fomento à exportação. Nesse sentido, destaca-se a participação da instituição em missões internacionais, feiras e exposições, eventos de negócios dentro e fora do País, visitas a potenciais investidores, realização de seminários e encontros de empresas produtoras e fornecedoras.

Essas iniciativas permitiram a realização de estudos, acordos e parcerias para otimização do processo de desenvolvimento regional. Exemplo disso é o acordo firmado entre a SUFRAMA, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), com apoio do Governo do Estado, Prefeitura de Manaus, CIEAM, FIEAM e Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas, entre outros, cujo objeto é encontrar solução para o aproveitamento e destinação de resíduos industriais produzidos nas fábricas instaladas no PIM.



2.3. Programas e ações sob a responsabilidade da unidade:

2.3.1. Relação dos Programas.

2.3.1.1. Programa 0392 Pólo Industrial de Manaus.

Tabela 1 – Dados Gerais do programa 0392 Pólo Industrial de Manaus.

Tipo de Programa	Finalístico.
Objetivo Geral:	Desenvolver o pólo industrial de Manaus
Objetivos Específicos:	Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.
Gerente do Programa:	Flávia Skrobot Barbosa Grosso
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para a avaliação do programa:	(1º) Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus [Quantidade. de pessoas empregadas no PIM, no ano: Quantidade de pessoas empregadas no PIM no ano base) – 1] X 100. (2º) Taxa de Agregação de Valor Local TAVL = Faturamento / (CT Insumos – C Insumos Regionais). (3º) Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (Relação percentual entre o valor da arrecadação de tributos federais no Estado do Amazonas e o valor da arrecadação de tributos federais na 2ª Região Fiscal). (4º) Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (Relação percentual entre o valor das exportações do PIM no ano e o valor das importações para o PIM no ano).
Público-alvo	Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus.



2.3.1.1.1. Principais Ações do Programa.

Tabela 1.1 - Dados Gerais da ação 2035 - Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Acompanhar e avaliar os projetos industriais e de serviços, aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS), objetivando garantir o que determina a legislação pertinente, quanto ao cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), o incremento na oferta de emprego na região, a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, a incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estágio atual da técnica, níveis crescentes de produtividade e de competitividade, reinvestimento de lucros na região e investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico, visando ao retorno econômico e social; controlar o ingresso de mercadorias na área de atuação da Suframa visando assegurar o uso adequado dos incentivos concedidos pela legislação; ampliar as exportações visando ao equilíbrio da balança comercial.
Descrição:	Emissão, por projeto, de Laudo de Operação (LO); emissão, por produto, de Laudo de Produção (LP); recebimento e análise de Laudo Técnico de Auditoria Independente (LTAI); recebimento e acompanhamento da implantação do sistema de qualidade (ISO 9000); monitoramento do cumprimento da apresentação de informações socioeconômicas; análise de relatório de cumprimento das obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), decorrentes da Lei de Informática; análise do cumprimento dos compromissos de exportação e/ou P&D (exceto informática), consignados em projeto; controle das listas padrão de insumos importados; emissão de notas técnicas e pareceres referentes a controle e remanejamento de quotas de importação, transferências de projetos/produtos entre empresas, emissão de declarações, autorização de internamento de materiais obsoletos, cancelamento de projetos, entre outros; emissão de Relatórios de Auditoria de Projetos (RAP); análise e acompanhamento das propostas de fixação e alteração de Processos Produtivos Básicos (PPB); promoção comercial e controle de ingresso de mercadorias nacionais no Pólo Industrial de Manaus.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	José Lopo de Figueiredo Filho
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Análise de Projetos Industriais – CGPRI, Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos Industriais - CGAPI, Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários - CGPAG.

a) Principais resultados

Esta ação, que abriga as atividades de análise de projetos e de fixação de PPB, é estratégica para a contínua atração de novos empreendimentos ao parque fabril do Pólo Industrial de Manaus. Considera-se projeto acompanhado e controlado, todo projeto



aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa – CAS. O processo de monitoramento (acompanhamento e avaliação) de projetos inicia na fase de construção das instalações fabris e se estende por toda a fase produtiva do projeto. Portanto, encontram-se em processo de monitoramento 2.014 projetos, sendo que 1.761 são projetos aprovados em exercícios anteriores e que foram acompanhados em 2009.

Em 2009 foram aprovados 253 projetos, sendo 221 industriais e de serviços e 32 agropecuários.

Dos 221 projetos industriais aprovados 81 foram de implantação, e 140 de ampliação/diversificação/atualização), com expectativa de geração de 10.028 empregos, investimento total de US\$ 2,2 bilhões e expectativa de exportação de US\$ 324 milhões, em nível de 3º ano de produção.

Ainda em relação ao acompanhamento de projetos destacamos os seguintes serviços:

- ✓ Emissão de 360 Laudos de Operação (LO);
- ✓ Emissão de 464 Laudos de Produção (LP);
- ✓ Recebimento de análise de 936 laudos técnicos de auditoria independente (LTAI);
- ✓ Emissão de 119 Relatórios de Auditoria de Projetos (RAP).
- ✓ Inclusão de 866 insumos na lista padrão SUFRAMA;
- ✓ 162 registros de certificação da qualidade.
- ✓ Emissão de 506 Pareceres e Notas Técnicas
- ✓ Edição de 130 Portarias reguladoras de Processo Produtivo Básico (PPB)

b) Principais problemas

Não ocorrido no exercício.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.



Tabela 1.2 - Dados Gerais da ação 5088 - Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Agropecuário

Tipo:	Projeto
Finalidade:	Prover infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de projetos voltados para o setor primário mediante construção de estradas vicinais para instalação de novos projetos; expansão da eletrificação.
Descrição:	Expansão da infra-estrutura e demarcação de lotes destinados a atender aos empreendimentos existentes e de novos projetos aprovados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. - CGLOG

e) Principais resultados

Não ocorrido no exercício. Ação não iniciada.

f) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

g) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

h) Transferências

Não ocorrido no exercício.

Tabela 1.3 - Dados Gerais da ação 2750 - Manutenção da Infra-Estrutura do Distrito Agropecuário

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Manter infra-estrutura necessária para atendimento aos projetos implantados, voltados ao setor primário do Distrito Agropecuário, mediante recuperação das estradas vicinais, da rede de eletrificação etc.
Descrição:	Manutenção e conservação da infra-estrutura e demarcação de lotes destinados a atender aos empreendimentos existentes e de novos projetos aprovados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. - CGLOG

a) Principais resultados

Os serviços objeto do Convênio 038/2008 que objetiva a recuperação de estradas vicinais no Distrito Agropecuário, não foram serão executados em decorrência do atraso na liberação dos recursos.

b) Principais problemas

Atraso na liberação dos recursos e insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

c) Contratações e Parcerias

A parceria realizada com a Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas é importante para o alcance das metas propostas na ação porque além coordenar a política agrícola do Estado do Amazonas dispõe de conhecimento técnica.



d) Transferências

A vantagem principal da descentralização de recursos consiste na contratação de empresas especializada.

Tabela 1.4 - Dados Gerais da ação 2537 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Proporcionar a manutenção e conservação da infra-estrutura da Área Pioneira e Área de Expansão do Distrito Industrial de Manaus, necessária para implantação e expansão de projetos industriais e de serviços.
Descrição:	Manutenção, conservação, proteção e ampliação da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus destinada a atender os empreendimentos industriais e de serviços, consistindo na execução de atividades pertinentes à recuperação do pavimento, meio-fio, sarjeta, recomposição da drenagem, limpeza e coleta de lixo das áreas verdes, modernização da malha viária, paisagismo, iluminação, melhoria dos equipamentos urbanos e sinalização indicativa das vias, redes de eletrificação e de telecomunicação.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. - CGLOG

a) Principais resultados

Não ocorrido no exercício. A ação não foi iniciada tendo em vista que não houve o julgamento do mérito referente ao acórdão/TCU nº. 1980/2008. Entretanto, os serviços de manutenção foram realizados e contabilizados na ação 5086 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus.

b) Principais problemas

Não Julgamento do mérito do acórdão/TCU nº 1980/2008.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.



Tabela 1.5 - Dados Gerais da ação 5086 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus

Tipo:	Projeto
Finalidade:	Proporcionar a revitalização e expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus, na área pioneira e expansão, necessária para implantação de projetos industriais e de serviços, vez que a área pioneira do Distrito Industrial já se encontra ocupada em sua totalidade, necessitando o redirecionamento dos projetos para a área de expansão, exigindo obras de infra-estrutura, cujos resultados possibilitarão a revitalização do Sistema trazendo melhor eficácia da malha viária e, conseqüentemente, otimização no processo de manutenção e melhoramento dos equipamentos urbanos do Distrito Industrial diante do estado crítico em que se encontram as vias, em que o processo de recuperação (tapa-buracos, inclusive), não permite se obter as condições ideais para a trafegabilidade, considerando a idade asfáltica das vias e a precipitação pluviométrica da região.
Descrição:	Revitalização da área pioneira e expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus, destinada a atender os empreendimentos industriais e de serviços, consistindo na execução de atividades pertinentes à modernização e ampliação da malha viária com serviços de pavimentação asfáltica, paisagismo, iluminação, melhoria dos equipamentos urbanos e sinalização horizontal e vertical, rede de drenagem superficial, redes de eletrificação, e de telecomunicação.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. - CGLOG

a) Principais resultados

Não ocorrido no exercício. O valor registrado nesta ação não está relacionado com os serviços vinculados à ação 5086 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus.

A execução financeira registrada nesta ação está vinculada a um complemento do pagamento do Contrato N° 029/2009 firmado com a empresa Econcel – Empresa de Construção Civil e Elétrica Ltda, para realização de serviços de tapa-buraco, asfalto e serviços complementares (capina, meio-fio, sarjeta e pintura).

Ressalta-se que este arranjo foi realizado por força do disposto no anexo 6 da lei n° 11.897 de 30 de fevereiro de 2007 e, em razão da necessidade dos serviços de Manutenção das Vias do Distrito Industrial de Manaus até o julgamento do mérito referente ao acórdão/TCU n°. 1980/2008.

b) Principais problemas

Não Julgamento do mérito do acórdão/TCU n° 1980/2008.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.



Tabela 1.6 - Dados Gerais da ação 10D0 - Construção da Central de Fiscalização de Mercadorias para Zona Franca de Manaus

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Dotar a Unidade de Controle de Mercadoria da SUFRAMA de instalações modernas adequadas e com Sistemas de Tecnologia da Informação capazes de dinamizar os processos de vistoria física das mercadorias ingressadas no Pólo Industrial de Manaus - PIM, visando o cumprimento das atividades definidas no Decreto-Lei nº. 288/67. Essa infra-estrutura possibilitará a execução dos procedimentos operacionais de controle, acompanhamento e fiscalização com eficiência e eficácia. Aprimoramento das atividades operacionais e aperfeiçoamento do sistema de Mercadorias na área de atuação da Suframa.
Descrição:	A ação contempla obras de implantação, construção de central de fiscalização de mercadorias integrada e interligada com todas as demais unidades de fiscalização da SUFRAMA localizadas na Amazônia Ocidental (AMOC) e Áreas de Livre Comércio (ALCs). Instalação de sistema de identificação de veículos em movimento; Modernização de todos os Postos de Fiscalização da Suframa (Sede, Coordenações Regionais e Áreas de Livre Comércio).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. - CGLOG

a) Principais resultados

Não ocorrido no exercício. Ação não iniciada.

b) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências - Não ocorrido no exercício.



Tabela 1.7 - Dados Gerais da ação 5080 - Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus

Tipo:	Projeto
Finalidade:	Apoiar e promover a ampliação da competência científica, tecnológica e de inovação do Pólo Industrial de Manaus por meio da execução de programas e projetos estruturantes de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de responder às suas demandas, em especial dos setores eletroeletrônico, informática e produção de veículos de duas rodas.
Descrição:	Apoiar e fomentar a implantação da infra-estrutura física e operacional do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus composto pela unidade de Gestão Estratégica, Unidade de Fabricação e Prototipagem de microsistemas, Unidade de Inovação em Produtos e Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.
Coordenador nacional da ação:	/aléria Silveira Bentes
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Gestão Tecnológica - CGTEC

a) Principais resultados

No período foram planejados e aprovados os projetos dos Cursos de Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Embarcados, Curso de Pós-Graduação "latu sensu" em Engenharia de Sistemas de TV Digital e IPTV, Curso de Doutorado Interinstitucional em Engenharia Elétrica com concentração em áreas de interesse para sistemas de TV Digital, Treinamento de Graduandos de Engenharia Elétrica e da Computação em Desenvolvimento nas áreas de Sistemas Digitais e Treinamentos de Graduandos em Hardwares e Softwares.

Foram planejados e implementados treinamentos nas áreas de TV Digital, Microcontroladores, de forma presencial e via WEB.

O acompanhamento do Curso de Mestrado em Microsistemas, Circuito Analógico Integrado e Circuitos Digitais Integrados, demonstra que os alunos encontram-se na fase de conclusão dos experimentos, devendo obter a qualificação e elaborar o trabalho de conclusão dos cursos nos próximos meses. Até o momento 2 (dois) alunos defenderam dissertação de mestrado, sendo que os demais estão em fase de elaboração da dissertação, com prazo de defesa no primeiro semestre do próximo ano. Houve dificuldade de disponibilidade de equipamentos necessários à execução dos experimentos na Unicamp, o que acarretou atrasos.

O CT-PIM elaborou diversos Planos de Utilização de Recursos (PUR) de projetos no âmbito dos Programas Prioritários aprovados pelo CAPDA de Microeletrônica e Microsistemas da Amazônia - PMMA, de Desenvolvimento de Software na Amazônia - AMAZONSOFT e de TV DIGITAL INTERATIVA, dos quais é o coordenador, que visam utilização de recursos financeiros de empresas beneficiárias da Lei de Informática (Lei nº 8.387, de 1991). Os referidos PUR encontram-se em análise.



O Programa AMAZONSOFT tem apresentado resultados positivos com previsão de serem apresentadas durante a V FIAM (Feira Internacional da Amazônia - 25~28/11/09) várias soluções desenvolvidas pelas empresas incubadas. Essas empresas vêm participando efetivamente de treinamentos de empreendedorismo que resultam na evolução visível das mesmas, no fechamento de negócios voltados às empresas instaladas no PIM.

A equipe de projetistas de circuitos digitais integrados da "DESIGN HOUSE" (DH) do CT-PIM está desenvolvendo um Soc (System on chip), com a integração da equipe e domínio do fluxo completo de um projeto. Quanto à equipe de projetistas de circuitos analógicos integrados os mesmos estão executando atividades independentes, devendo ser realizada a integração da equipe até o final do ano de 2009 para o planejamento de um circuito com um maior grau de complexidade, visando a integração da equipe e o estabelecimento do fluxo da DH.

É observado que a oferta de recursos humanos capacitados e falta da cultura de utilização de projetos de circuito integrados por parte dos fabricantes nacionais, são dificultadores para a evolução mais rápida das DH instaladas.

Foi dada continuidade à aquisição e instalação de novos equipamentos, para o Laboratório de Caracterização e Confiabilidade de Materiais do CT-PIM tendo sido realizado um seminário na área com a participação de especialistas da França, tendo como público alvo, alunos locais e fabricantes, visando a formação de massa crítica e a divulgação dos ensaios que o CT-PIM pode ofertar para o Pólo Industrial de Manaus (PIM). O evento propiciou que empresas instaladas no PIM conhecessem ensaios em materiais que até o momento não eram ofertados no mercado local, gerando altos custos com o envio de material para outros estados e até para outros países.

O CT-PIM vem desenvolvendo "set top box" e televisor com receptor de Tv digital incorporado (Tv híbrida) no seu LABORATÓRIO DE TV. Um dos dificultadores para a evolução do sinal é a baixa velocidade de adesão da TV Digital pela população. Para a realização dos testes vem sendo usado o Lab. Montado para a transmissão de TV Digital em Manaus com o apoio intensivo da SUFRAMA, com o objetivo de disponibilizar o sinal digital para a região o mais rápido possível com o intuito de acompanhar sua evolução.



O processo de obtenção da Certidão de Uso e Ocupação do Solo junto a Prefeitura Municipal foi iniciado em 2008, porém, somente neste ano é que aquele órgão informou que a atividade proposta para implantar no terreno pleiteado para implantação do Parque Tecnológico, apesar de constar no Plano Diretor da cidade de Manaus, constava nos respectivos registros como área destinada à preservação ambiental. Desta forma foram prestadas informações adicionais, visando a alteração da destinação da área. A solicitação tramitou junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU da Prefeitura de Manaus, que emitiu a Certidão no mês de outubro de 2009.

O Edital para seleção e contratação de empresa para elaborar os projetos básico e executivo, paisagismo e urbanização das Unidades do Parque Tecnológico encontra-se em fase final de elaboração e emissão de parecer jurídico, devendo ser publicado no mês de novembro/2009, pois dependia da Certidão de Uso do Solo junto a Prefeitura de Manaus, o que ocorreu.

Em dezembro/2009 foram empenhados R\$ 4.870.923,00, correspondentes a dois convênios, quais sejam:

- Convênio N° 065/2009, no valor de R\$ 2.630.923,00, cujo objetivo é a Construção e Operacionalização da Unidade de Gestão Estratégica do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus – CT-PIM, no Parque Tecnológico - 1ª ETAPA;
- Convênio N° 023/2009, no valor: R\$ 2.240.000,00, para ações de Implementação e Gerenciamento de Projetos constantes do Plano de Negócios- Continuação.

a) Principais problemas

Obtenção da licença de uso e ocupação do solo junto à Prefeitura.

b) Contratações e Parcerias

Foi contratada empresa para elaboração do projeto básico executivo. A contratação de empresa especializada é fundamental para a implementação da ação, tanto no que se refere à flexibilidade quanto na celeridade em que são desenvolvidos os processos.

c) Transferências

Não ocorrido no exercício.



Tabela 1.8 - Dados Gerais da ação 8184 - Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus.

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Divulgar nacional e internacionalmente, as oportunidades de negócios nas áreas de jurisdição da SUFRAMA, visando à geração de emprego e renda. Além disso, associar o nome Amazônia à SUFRAMA, divulgando suas potencialidades regionais.
Descrição:	Contratação e aprovação de Projeto Básico/Termo de Referência e Projeto Arquitetônico/Cenográfico visando à realização da IV FIAM em 2008 e a V FIAM em 2010. Contatar Entidades públicas/privadas e os Governos Estaduais da Amazônia Legal, objetivando a participação nas mesmas. Realizar missões precursoras nacionais e internacionais, incluindo feiras, seminários, rodadas de negócios e palestras, para divulgação da SUFRAMA, incluindo o PIM, potencialidades regionais e o aproveitamento da biodiversidade amazônica, visando novos negócios, aumento das exportações e a atração de investimentos. Realizar reuniões de pré-evento com os representantes dos Governos estaduais da Amazônia Ocidental, visando a participação desses Estados nas missões de promoção comercial.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Coordenador nacional da ação:	Mariana Gorayeb Santiago
Unidades Executoras:	Gabinete da Superintendência

a) Principais resultados

Com a finalidade de ampliar a inserção internacional competitiva do modelo Zona Franca de Manaus e de fortalecer o parque industrial local, a SUFRAMA realiza ações de atração de investimentos e de promoção comercial dos produtos regionais, por meio da participação em eventos nacionais e internacionais, e também missões comerciais a países investidores em potencial. A principal ação implementada pela SUFRAMA para essa inserção foi a realização da quinta Feira Internacional da Amazônia – FIAM, que foi precedida das seguintes atividades:

Precursoras Nacionais

- São Paulo/SP/Brasília/DF (02 a 05/02) - participação em reunião para tratar da participação da Suframa na Cosmoprof/Blogne, dentro do projeto Brazilian Beauty, em abril/2009; também em reunião na FIESP, para tratar da participação no Seminário de Divulgação da Missão Empresarial “Brasil-Chile: Plataforma para Integração”. Reunião na SECOM/PR (Brasília), onde foi apresentado o anteprojeto de Comunicação da proposta temática para o pavilhão brasileiro na Exposição Universal de Xangai (EXPO 2010);
- Brasília/DF (19/02) - reunião com o Diretor da APEX, Sr. Maurício Borges, para troca de informações e orientações ao acesso a parceiros e projetos que a APEX vem apoiando. Na ocasião foi informado que a partir de março será instalado na FIEAM/CIN, um *desk*, onde serão prestadas todas as informações sobre ações/missões e centro de distribuição da agência;
- Brasília/DF (11 a 13/03) - reunião de chefes dos setores de Promoção Comercial das Embaixadas do Brasil na América do Sul. O evento contou com a participação do



Ministro Celso Amorim - MRE, Embaixador Ruy Nogueira MRE/SEGEC, Sr. Fábio Martins Faria – MDIC, e outros. Houve uma breve apresentação institucional sobre os pontos da Balança Comercial do Estado do Amazonas, sendo ressaltadas as negociações internacionais do MERCOSUL. Após a apresentação foi divulgada a V FIAM com apresentação do vídeo de lançamento da mesma;

- São Paulo/SP (12 a 15/03) – participação na ECOGERMA 2009;
- Brasília/DF (05 a 09/04) – participação na 24ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo e do Encontro Nacional de Competitividade Turística;
- Brasília/DF (28/05) - participação na reunião preparatória e de coordenação nacional para a bilateral Brasil/Argentina. O interesse da SUFRAMA nesta reunião, era porque constavam na agenda dois temas importantes como: Celulares e a alteração do IVA Argentino (Projeto de Lei);
- São Paulo/SP (23 a 26/07) – participação na Naturaltech com apoio a 14 empresas e instituições que tiveram a oportunidade de expor seus produtos e fechar novos negócios;
- Porto Velho/RO (16 a 20/09) – participação na III Feira Internacional da Indústria de Rondônia – FEIRON, com exposição e realização de palestra;
- São Paulo/SP (07 a 12/10) – participação institucional e apoio a 11 empresas do Polo Industrial de Manaus no 10º Salão de Duas Rodas;
- São Paulo/SP (28 a 30/10) – participação institucional e apoio a 10 empresas expositoras na Biofach America Latina e Expo Sustentat;

Precursoras Internacionais

- Las Vegas/Estados Unidos (06 a 12/01/09) - participação na 2009 Internacional CES-Consumers Electronics Show;
- Norte da África (23 a 31/01/09) – participação na comitiva do Ministro Miguel Jorge em uma Missão Empresarial ao Norte da África (Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos). Fizeram parte da Missão o próprio Ministro Miguel Jorge, e representantes dos órgãos: SUFRAMA, BNDES, ABDI, APEX INMETRO, ASINT, SDP e STI, além do MRE. Participaram alguns setores da economia que foram representados por: agronegócios, energia, mineração, informática, bens de capital, automotivo, logística, industrial têxtil e de calçados, construção e defesa e mais a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.
- Frankfurt/Alemanha (13 a 17/02/09) – participação na Feira Ambiente 2009, no Centro de Exposição Messe Frankfurt. A feira contou com a exposição de produtos inovadores, apresentados por diversos países como: Itália, Grécia, Suíça e Estados Unidos;
- Nuremberg/Alemanha (17 a 18/02/09) – participação na Conferência Sustentável em Produção Sustentável, Comércio, Consumo e Estilo de Vida, onde foram debatidos os seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável e a Crise Mundial; Desenvolvimento



Sustentável e Produção; Negócios & Biodiversidade; Credibilidade de Certificação e Mudanças Climáticas. A SUFRAMA foi especificamente citada durante o evento e divulgou a FIAM. Também foi lançada a proposta para utilização de produtos orgânicos dentro da V FIAM e durante a Copa de 2014, no Brasil, por ser chamada de a “Copa Verde”;

- Nuremberg/Alemanha – (19 a 22/02/09) – participação na feira BIOFACH 2009 dentro do espaço Brasil, apoiando empresas da região. Nesse mesmo período houve participação também na VIVANESS, que é uma feira de produtos de cosméticos naturais e orgânicos, e que atualmente já ocupa um segundo pavilhão dentro da BIOFACH;
- Panama City/Panamá (02 a 08/03/09) – participação na EXPOCOMER 2009. O estande da SUFRAMA foi compartilhado com o SEBRAE e 2 (dois) empresários da região: Biofish Aquicultura e Etnia da Amazônia. Na ocasião foi assinado o Protocolo da criação da Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Os representantes da SUFRAMA e do SEBRAE-AM reuniram-se com a gerente geral da Zona Livre de Colón - ZLC, com o objetivo de tratar sobre o posicionamento da ZLC em relação ao Memorando de Entendimento assinado em 2007, entre a Zona Franca de Manaus - ZFM e a Zona Livre de Colón;
- Tokyo/Japão (26/02 a 07/03/09) – participação na FOODEX 2009 e no Encontro com Empresários Japoneses, evento este promovido em parceria com SUFRAMA, Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas e da JETRO-Japan External Trade Organization, contando ainda com o apoio da Embaixada Brasileira em Tóquio. Houve explanação sobre o Pólo Industrial de Manaus do ponto de vista da classe empresarial, incluindo a logística do PIM. Foi feita uma breve retrospectiva do que é o modelo ZFM, destacando o desempenho das empresas japonesas que representam mais de 30% de participação no faturamento total, tendo sido falado ainda sobre os objetivos da criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, destacando áreas de interesse, oportunidades de negócios e serviços oferecidos pelo Centro. Teruaki Yamaguishi falou das experiências das empresas japonesas instaladas no Pólo Industrial de Manaus e suas expectativas com relação ao atual momento de crise;
- Las Vegas/USA (31/03 a 02/04/09) – participação na IPC APEX EXPO 2009;
- Santiago/Chile (31/03 a 04/04/09) – participação em Missão Empresarial;
- Riad/Arábia Saudita (16 a 17/05/09) – missão integrando a comitiva presidencial;
- Pequim/China (18 e 19/05/09) - ainda na comitiva da Presidência da República, houve a participação no seminário “Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica”;
- Istambul/Turquia (21 e 22/05/09) – Dando prosseguimento à Missão Presidencial, houve a participação em Istambul, do seminário “Brazil-Turkey: Developing Business Opportunities”;
- Santiago/Chile (23 a 27/05/09) – participação no seminário internacional “Zonas Francas Chile-Brasil, Oportunidades de Negócios”. Foram visitados Centros



Tecnológicos e Universidades. Foi assinado o acordo de cooperação entre ZOFRI e SUFRAMA, para desenvolverem atividades conjuntas, aproveitando a reputação da Zona Franca de Manaus, na área industrial e a da ZOFRI, na área comercial;

- Assunção/Paraguai (27/05) - participação na reunião de coordenadores do Grupo Mercado Comum – GMC, onde foram discutidos temas de grande interesse do modelo Zona Franca de Manaus, como o Código Aduaneiro do MERCOSUL;
- Washington D. C./EUA e Cartagena/Colômbia (01 a 09/06) – participar na II Visita Técnica ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos pelo Grupo Técnico de Facilitação de Comércio – GTFAC do Brasil, e, na III Reunião do Grupo Executivo de Trabalho – GET do Programa de Substituição Competitiva com a Colômbia;
- Lima/Peru (04/06) – participação no “Foro Internacional – Carreteras Interoceanicas – Generando Desarrollo para Brasil Y Peru”, com palestra da Autarquia sobre o modelo Zona Franca de Manaus;
- Taipei/Taiwan (29 a 30/07) – participar, como membro da delegação brasileira, de evento organizado pela Rede Nacional de Apoio ao Investidor – RENAI, juntamente com diversos órgãos federais, com foco em apresentações de oportunidades no Brasil;
- Peru, Panamá e Venezuela (16 a 21/08) – encontro de negócios e reunião para tratar sobre protocolo de intenções;
- Albuquerque e Miami/EUA (24 a 28/08) – visita à Universidade, empresas e agências federais e estaduais do governo dos EUA;
- Japão e Coréia do Sul (15 a 17/09) – participação na II Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de Promoção Comercial e Investimentos, apresentação na palestra “Invest In Brazil” e realização de visitas técnicas;
- Madri, Valência, Barcelona/Espanha (19 a 24/10) – participação em visitas a portos, alfândegas, operadores autorizados e realização de reuniões técnicas;
- Paris/França (27/10 a 03/11) – participação no Salão do Brasil em Paris, com apoio a empresas e palestra sobre a Zona Franca de Manaus;
- Cingapura (14 a 21/11) – participação, a convite, da exposição “Amazonia in Singapore”, com divulgação do modelo Zona Franca de Manaus.

Resultados da V Feira Internacional da Amazônia

- VISITANTES: aproximadamente 96 mil pessoas durante os dias programados (25 a 29/11/2009).
- EXPOSITORES: 396, em estandes de diversos segmentos - Pólo Industrial de Manaus – PIM; Estados da Amazônia Legal (nos quais foram divulgados produtos regionais e do



segmento de turismo); Ministérios do Poder Executivo e diversas entidades da Região, além dos seguintes países: Chile, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador, Suriname, Estados Unidos, Panamá, Japão, Portugal e Itália. Pela primeira vez, a FIAM contou com uma tenda adicional de 1.000m², onde foram expostos os principais produtos de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas dos Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, produzidos a partir da utilização de insumos da biodiversidade amazônica.

- **RODADA DE NEGÓCIOS:** organizada pela Suframa em parceria com o Sebrae/AM, onde participaram 28 empresas âncoras (compradoras) e 219 empresas ofertantes, tendo sido concretizadas transações comerciais no valor de US\$ 11.4 milhões, sendo demandados principalmente produtos como artesanatos, fitoterápicos, móveis e artefatos de madeiras, frutas regionais (in natura, compotas e polpas), pescado, alimentos e bebidas (doces, biscoitos e licores), extratos e óleos vegetais, corantes naturais, ervas medicinais e aromáticas. De todos os negócios gerados, entre 20% e 25% são fechados durante a própria realização das reuniões. As empresas compradoras nacionais eram originárias de 15 Estados brasileiros e de 13 países;
- **TURISMO:** Participação da SUFRAMA, SEPLAN, Convention & Visitors Bureau, Banco da Amazônia, Amazonastur, Manaustur, Secretarias de Turismo dos estados da área de atuação da SUFRAMA, Ministério do Turismo, entre demais atores com atuação ativa neste segmento. Aconteceu ainda um Seminário de Turismo com 270 participantes e uma Rodada de Negócios de Turismo com a participação dos 9 Estados da Amazônia brasileira. Participaram desta rodada 50 suppliers oferecendo produtos turísticos e 26 buyers interessados nesses destinos.
- **COMÉRCIO EXTERIOR:** Houve a realização do Encontro de Agentes de Comércio Exterior da Amazônia Legal – ENAGEX, o qual contou com uma participação efetiva de trinta e nove pessoas, sendo trinta e sete agentes de comércio exterior e dois convidados. Houve ainda a realização do Seminário de “Comércio Exterior na Amazônia: Caminho para uma Integração Regional”, com 136 participantes.
- **SALÃO DE NEGÓCIOS E EMPREENDEDORISMO INOVADOR:** Considerando as premissas da Suframa e do CBA, foi realizado como parte das ações da FIAM 2009, o Salão de Negócios e Empreendedorismo Inovador, que se consubstanciou em seu principal objetivo, qual seja, o de selecionar planos de negócios para exposição aos investidores e outros potenciais incentivadores de seu fortalecimento, visando viabilizar a transferência de capital empreendedor para empreendimentos que aliam rentabilidade a impactos positivos no desenvolvimento regional. O Salão apresentou dez (10) negócios com potencial de desenvolvimento regional, na expectativa de atrair novos investidores para as potencialidades da Amazônia. Esses empreendimentos foram selecionados por um comitê formado pelo BNDES, ABDI e RENAI/MDIC e passaram por um processo de orientação e melhoramento das propostas (mentoring), dado pelo Instituto Inovação, empresa com sede em Belo Horizonte com expertise em ações relacionadas ao empreendedorismo inovador. A exposição dos empreendimentos ocorreu durante as manhãs dos dias 26 e 27 de novembro de 2009. Durante a exposição foram realizados agendamentos com investidores interessados.
- **MOSTRA DE TRABALHOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS:** foram expostos 34 trabalhos das seguintes áreas afins: Biotecnologia e Biodiversidade, Desenvolvimento Regional,



Tecnologia da Informação, Ciência Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Agrárias e Meio-Ambiente, Saúde e Água e Sustentabilidade, objetivando dar visibilidade e socializar os resultados de trabalhos técnico-científicos e tecnológicos, apoiados direta ou indiretamente pela Suframa, ou ainda aqueles cuja relevância acadêmica pode contribuir para a otimização de empreendimentos no PIM ou na Amazônia Ocidental.

- JORNADA DE SEMINÁRIOS: Foram realizados 14 Seminários com mais de 2.000 participantes.
- CONFERÊNCIA ESTADUAL DE GEODIVERSIDADE: A Conferência foi uma realização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) por meio da Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEGEORH) e teve o objetivo de apresentar os resultados dos 11 fóruns estaduais realizados em nove municípios do interior, que representam toda a discussão das potencialidades dos recursos minerais e de óleo e gás. Foram apresentadas também as diretrizes para sustentabilidade da mineração e exploração de óleo e gás no Estado do Amazonas e ainda o seu mapa da geodiversidade.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL WITS 2009 – ÁGUA, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE: O evento trouxe para Manaus especialistas, pesquisadores e tecnólogos de várias partes do mundo para apresentar trabalhos científicos e técnicos sobre a utilização da água como recurso indispensável para a sobrevivência no planeta. Ele foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro, no Tropical Hotel, e fez parte da programação oficial da quinta edição da Feira Internacional da Amazônia, tendo sido realizado pela Universidade do Novo México com o patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDIC), por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e da Petrobras.
- VITRINE AMAZÔNICA: Houve a participação de oito micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas que lançaram cosméticos e fitoterápicos feitos com matéria-prima da biodiversidade amazônica. Foi uma forma de destacar a produção de pequenas e micro empresas que utilizam matérias-primas regionais, valorizando a biodiversidade regional e mostrando o potencial desses produtos para os mercados nacional e internacional.
- WINE&FASHION FLORENCE: Realizado pela primeira vez no Brasil, o evento reuniu o melhor da moda e gastronomia italianas, que foram apresentados lado a lado às biojóias regionais, aos produtos feitos de fibras naturais e à culinária local.
- VISITAS TÉCNICAS: Com o objetivo de mostrar a pujança do Polo Industrial de Manaus, com sua mão-de-obra qualificada, linha de produção com alta produtividade, estrutura moderna e tecnologia de ponta, além de apresentar aos interessados os principais projetos de P&D desenvolvidos na região, foram realizadas, nos dias 26 e 27 de novembro, 10 visitas técnicas a 19 empresas e instituições de pesquisa.
- BALANÇO SÓCIOAMBIENTAL: A FIAM 2009 ainda inovou no aspecto ambiental. Realizou a coleta seletiva de 22,8 toneladas de resíduos encaminhados para o Aterro Público Municipal e 3,8 toneladas enviadas para os catadores de lixo, gerando emprego e renda, através da reciclagem. Neste contexto, a Feira também realizou pela primeira



vez o Balanço Socioambiental, promovido em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza (IDBN), Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O balanço teve a meta de inventariar as emissões de carbono e realizar ações mitigadoras referentes ao carbono emitido, além de incluir socialmente os catadores envolvidos com a coleta seletiva.

b) Principais problemas

Não ocorrido no exercício.

c) Contratações e Parcerias

A contratação de empresas especializadas nos diversos segmentos foi fundamental para a implementação da ação, tanto no que se refere à flexibilidade quanto na celeridade em que são desenvolvidos os processos.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.

Tabela 1.9 - Dados Gerais da ação 90EP – Apoio à Implementação de Mecanismos de Fomento à Exportação

Tipo:	Não Orçamentária
Finalidade:	Promover a defesa dos interesses do Modelo ZFM nos fóruns de discussões relacionadas a Comércio Exterior; articular junto ao governo federal, a viabilização de mecanismos de Cooperação Internacional visando a ampliação de mercado para os produtos originários da área de atuação da SUFRAMA e transferência de tecnologia dos países onde se firmar os acordos para a região onde se fazem necessários o incremento tecnológico local.
Descrição:	• Disseminar a cultura exportadora no Estado do Amazonas e Áreas de jurisdição da SUFRAMA; • Participar de fóruns nacionais e internacionais de comércio exterior; • Participar de eventos que visem a assimilação de conhecimento e sua consequente disseminação junto aos empresários da região; • Articular a elaboração de assinatura de instrumentos de cooperação internacional, visando o estreitamento das relações entre os signatários.(Termo de Cooperação, Memorandos de Entendimentos, Carta de Intenção, Convênio etc).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Coordenador nacional da ação:	Maria Gracilene Roberto Belota
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Comércio Exterior - COGEX

a) Principais resultados

Foram realizados sete acordos, a saber:



Acordo de Cooperação celebrado entre SUFRAMA, ABC e JICA:

A SUFRAMA firmou, em 2008, Acordo de Cooperação com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, com vistas à implantação de “Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus- PIM”.

O objetivo do Estudo é revisar as condições atuais da gestão de resíduos industriais no Pólo Industrial de Manaus e compilar os resultados na forma de um relatório; e formular um Plano Diretor para cinco anos, com relação à gestão de resíduos industriais no PIM.

Como desdobramento, em 2009, foram firmados dois instrumentos de entendimento entre a Equipe de consultores da JICA e a SUFRAMA, nominados: (1) **Minuta de Reunião do Relatório Inicial do Estudo**, que define a metodologia a ser utilizada pelos consultores no desenvolvimento dos trabalhos para a realização do Estudo; e (2) **Minuta de Reunião do Relatório Intermediário do Estudo**, o qual dá conhecimento sobre o estágio dos trabalhos. O Estudo iniciou em fevereiro/2009.

3) 54º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35

Estabelecimento do Quinquagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 que rege sobre o regime de preferências a ser aplicado às mercadorias elaboradas ou provenientes de Zonas Francas de qualquer natureza, situadas no território das Repúblicas do Chile e Brasil. Essa nova situação permitirá que os produtos da Zona Franca de Manaus acessem o mercado chileno em igual condição aos demais países membros do MERCOSUL, se beneficiando das preferências tarifárias estipuladas no Acordo, o que não era permitido antes desse processo.

Dificultador: Articulação e convencimento sobre a medida aos parceiros do MERCOSUL.

4) Firmada Carta de Intenção entre o Ministerio del Poder Popular para a Ciência, Tecnología y Industrias Intermedias (MPPCTII) de la República Bolivariana de Venezuela y el Ministério de la Ciência y la Tecnología de la Republica Federativa del Brasil.

Esta carta de intenção objetiva desenvolver uma política de utilização e preservação conjunta da biodiversidade amazônica e implementar projeto análogo ao Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, na Venezuela.

5) Acuerdo de Cooperación entre la Agencia Brasileira de Desarrollo Industrial (ABDI) y el Ministério del Poder Popular para Ciência, Tecnología e Industrias Intermedias de la República Bolivariana de Venezuela.

Este acordo visa a integração econômica e logística entre a Venezuela e a Região Amazônica.





6) **Memorando de Entendimento firmado entre a SUFRAMA e o Centro de Exportação, Transformação, Indústria, Comercialização e Serviços de Paita – CETICOS PAITA:**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e o Centro de Exportação, Transformação, Indústria, Comércio e Serviços de Paita - CETICOS PAITA firmaram Memorando de Entendimento destinado a promover uma agenda comum orientada ao uso, administração e desenvolvimento de investimentos nas áreas habilitadas pelo CETICOS PAITA em benefício das atividades da SUFRAMA.

7) **Termo de Cooperação Técnica entre Suframa e ZOFRI S.A.**

Em função da inclusão dos produtos de zonas francas nos benefícios do ACE-35, a SUFRAMA e a Zona Franca de Iquique – ZOFRI S.A. firmaram Termo de Cooperação Técnica, cujos objetivos principais estão focados em: identificar setores competitivos, oportunidades de negócios e investimentos; intercambiar conhecimentos, experiências, informações econômicas e outras de interesse mútuo.

Também, em cumprimento às ações previstas no Plano de Trabalho que integra o Termo de Cooperação, uma comitiva do ZOFRI S.A. participou da V Feira Internacional da Amazônia – FIAM, no período de 25 a 28 de novembro de 2009, realizou visitas técnicas às empresas do Pólo Industrial de Manaus, reunião com a SUFRAMA e entidades de classe, exposição de produtos e participação em seminários

1) Principais problemas

Não ocorrido no exercício.

2) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

3) Transferências

Não ocorrido no exercício.



2.3.1.2. Programa 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA.

Tabela 2 – Dados Gerais do programa 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA

Tipo de Programa	Finalístico.
Objetivo Geral:	Promover e estimular a interiorização do desenvolvimento na Amazônia Ocidental e nos municípios de Macapá e Santana/AP
Objetivos Específicos:	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá
Gerente do Programa:	Flávia Skrobot Barbosa Grosso
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	
Indicadores ou Parâmetro Utilizados para a avaliação do programa:	Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional Relação percentual entre o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Ocidental, excluindo-se o valor do PIB do Pólo Industrial de Manaus, e o valor do PIB Nacional.
Público-alvo	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana - AP

2.3.1.2.1. Principais Ações do Programa.

Tabela 2.1 - Dados Gerais da ação 0506 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP

Tipo:	Operações Especiais
Finalidade:	Apoiar projetos de infra-estrutura econômica e social que possibilitem atrair investidores para a Amazônia Ocidental e estimular projetos de desenvolvimento vinculados às potencialidades identificadas nessa Região.
Descrição:	Projetos de desenvolvimento da pecuária leiteira; da piscicultura; tecnificação da cultura do café; da fruticultura e tecnificação da cultura do cacau, e outras potencialidades a serem identificadas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa
Coordenador nacional da ação:	Eliany Maria de Souza Gomes
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER

a) Principais resultados

Não houve resultado no exercício. Os 49 convênios com Governos, Prefeituras e Entidades dos Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, no montante de **R\$ 34.463.000,00** (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil reais) foram



empenhados e deverão ser implementados em 2010. A seguir é apresentada a divisão dos recursos por Estados.

- **ACRE – R\$ 13.895.000** (treze milhões oitocentos e noventa e cinco mil reais), que financiarão 17 projetos beneficiando 09 municípios. Estes projetos serão destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, aquisição de kits de casa farinha, recuperação de estradas vicinais, aquisição de barcos e a construção de porto fluvial para apoio à infra-estrutura econômica e escoamento da produção agrícola dos municípios.
- **AMAZONAS – R\$ 10.200.000** (dez milhões e duzentos mil reais). Esses recursos beneficiaram a recuperação da malha viária dos municípios de Presidente Figueiredo e de Rio Preto da Eva, a Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a adequação do laboratório de taxonomia vegetal do INPA.
- **RODÔNIA – R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais) – valor referente ao financiamento de 28 projetos, que beneficiarão 23 municípios. Os projetos compreendem a aquisição de Máquinas e Equipamentos agrícolas, aquisição de 19 tanques de resfriamentos e predominantemente na infra-estrutura de 12 parques de exposições agropecuárias nos municípios beneficiados.
- **RORAIMA - R\$ 5.368.000,00** (cinco milhões trezentos e sessenta e oito mil reais) – Valor referente a celebração de 02 convênios com a Universidade Federal de Roraima, sendo um para a construção da sede da TV Educativa e outro para a construção da sede da Reitoria daquela universidade.

b) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho da despesa.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício. Entretanto, os valores referentes a essa ação foram empenhados e deverão ser pagos no exercício de 2010, caso não haja mudança na política financeira do governo federal.



Tabela 2.2 - Dados Gerais da ação 10D4 - Atualização do Parque Lógico Computacional da SUFRAMA

Tipo:	Projeto
Finalidade:	Atualizar o Parque Lógico- Computacional da Instituição.
Descrição:	Elaboração de Projeto da Nova Rede Lógica da Sede e Unidades. Descentralizadas; Aquisição de Nova Rede de Dados, Voz e Imagem; Aquisição de Softwares atualizados para gerenciamento de rede; Aquisição de Computadores Plataforma Pentium; Aquisição de Sistema de Nobreaks; Aquisição de Servidores de Dados; Aquisição de Equipamentos de Rede Ativa; Aquisição de Equipamentos de Segurança da Informação.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Coordenador nacional da ação:	Sebastião Gonçalves de Araújo Filho
Unidades Executoras:	Coordenação Geral de Modernização e Informática - CGMOI

a) Principais resultados

O principal resultado foi o avanço no processo de atualização tecnológica da instituição que se deu por meio da renovação (substituição de equipamentos obsoletos) e pela ampliação do parque computacional da Suframa.

Foram adquiridos 300 (trezentos) microcomputadores ITAUTEC, modelo INFOWAY ST 4160; 30 impressoras laser HP laserjet Mono P4014N; 550 unidades de memória; 438 unidades de softwares de gerencia de rede: 300 unidades nobreaks de 1,2 kva; 20 unidades impressoras a laser HP laserjet color HP; aquisição, instalação e assistência técnica de 05 cinco equipamentos de videoconferência. Foram adquiridos, ainda, servidores de rede; software de gerenciamento; pentes de memória; discos; Interface HBA; Racks e Console com Switch KVM.com prestação de serviço de assistência técnica pelo período de garantia de, no mínimo 36 meses, incluindo mão-de-obra, peças, testes, instalação e configuração em conformidade com as especificações e detalhamentos consignados nas 438 unidades;

b) Principais problemas

Não ocorrido no exercício. A instituição adquiriu os equipamentos, acima citados, por meio de processo licitatório.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências.

Não ocorrido no exercício.



Tabela 2.3 - Dados Gerais da ação 10D5 - Reaparelhamento da Infra-Estrutura nas Áreas sob Jurisdição da Suframa

Tipo:	Projeto
Finalidade:	Reaparelhar a infra-estrutura das Unidades Descentralizadas da Suframa, localizadas na Amazônia Ocidental, diante da necessidade de melhor humanização das estruturas físicas existentes, em razão da dinamização do fluxo de atividades e contingente de recursos humanos.
Descrição:	Obras de implantação, construção de sede própria e reforma das Unidades Descentralizadas da Suframa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Coordenador nacional da ação:	Emília Amaral Silva Rolim
Unidades Executoras:	Coordenação Geral de Modernização e Informática - CGMOI

a) Principais resultados

A ação obteve um desempenho abaixo do esperado. Apenas R\$ 21.040,00 (0,22 %) da meta financeira prevista para o exercício foi realizada na reforma das instalações elétricas da Unidade Administrativa localizada na Cidade de Itacoatiara e na compra de equipamentos de informática.

b) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.

Tabela 2.4 - Dados Gerais da ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tipo:	Atividade
Finalidade:	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição:	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.
Coordenador nacional da ação:	Junha Januária de Oliveira Ramos
Unidades Executoras:	Coordenação - Geral de Comunicação Social - CGCOM



a) Principais resultados

Os principais resultados desta ação foram alcançados por meio da produção, distribuição e veiculação de material promocional institucional e de edição de publicações técnicas, conforme destacadas a seguir.

Serviços Gráficos

- Criação e desenvolvimento da Exposição no Amazonas Shopping;
- Criação, arte e montagem do painel do auditório;
- Impressão da caixa para quebra-cabeça – 42 Anos da Suframa;
- Criação, arte e montagem outdoor com aplique – Suframa 42 anos;
- Locação touch screen – Exposição 42 anos;
- Contratação de recepcionistas – Exposição 42 anos;
- Folder Desenvolvimento Regional;
- Save The Date Impresso FIAM 2009;
- Front Light Exposição Suframa 42 Anos;
- Quebra-cabeça – Exposição Suframa 42 Anos;
- Informativo Suframa Informando edição 97 – Impressão;
- Informativo Suframa Informando edição 97 Placas para cancela – Exposição 42 Anos;
- Serviço gráfico – Folder CBA inglês;
- Confecção de lona para Empena – Exposição 42 Anos;
- Produção, criação de roteiro do vídeo Documentário FIAM 2009;
- Confecção de 40 displays;
- Impressão do Informativo Suframa Hoje edição 44;
- Impressão do Informativo Suframa Informando edição 100;
- Confecção de adesivo de chão;
- Confecção de 50 unidades de camisa da VI Semana da Saúde;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando edição 99;
- Confecção de 6 banners da VI Semana da Saúde;
- Confecção de 5 faixas da VI Semana da Saúde;
- Impressão do Informativo Suframa Informando edição 100;
- Impressão do informativo Suframa Informando Edição 102;
- Confecção de testeira 239º Reunião do CAS;
- Impressão em português Folder Futuro Aberto Para Novas Conquistas;
- Criação, arte e montagem da identificação visual do SPBC;
- Impressão de flyer em português 1.000 unidades;
- Impressão de flyer em espanhol 1.000 unidades;
- Impressão de Folder Interiorização 5.000 unidades em inglês;
- Edição, tradução, diagramação do Livro Modelo de Desenvolvimento Etelvina Garcia;
- Serviço de Áudio e Vídeo - Tradução de palestra institucional; Criação, arte e montagem de anúncio revista para divulgar a FIAM 2009;
- Veiculação de anúncio 42 anos do Jornal A Tarde Amazonas; Criação, arte e montagem identificação visual Natural Tech.

Áudio e Vídeo

- Áudio e vídeo – Spot Suframa 42 Anos;
- Áudio e vídeo – criação, arte e montagem de anúncio de jornal – Suframa 42 Anos;



- Áudio e vídeo – Criação de roteiros do VT Suframa 42 Anos;
- Áudio e vídeo – Criação, arte e montagem de anúncio de Revista Suframa 42 Anos;
- Áudio e vídeo – Diagramação, editoração e montagem do Informativo Suframa Informando edição nº. 97;
- Áudio e vídeo – Criação, arte e montagem do mobiliário urbano – Suframa 42 anos – Imagem Real Publicidade;
- Áudio e vídeo – RV Amazônia e Negócios Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo - Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo - JN Maskate - veiculação de anúncio 42 anos / Editora Crata Ltda;
- Áudio e vídeo - JN A Tribuna - veiculação de anúncio 42 anos / Serviços Editoriais A Tribuna Ltda;
- Áudio e vídeo - JN Amazonas Em Tempo - veiculação de anúncio 42 anos / Terra Editora Com. E Serviços Gráficos;
- Áudio e vídeo – JN Dez Minutos – veiculação de anúncio 42 anos / Editora Ana Cássia Ltda;
- Áudio e vídeo – JN Diário do Amazonas – veiculação de anúncio 42 anos / Editora Ana Cássia Ltda;
- Áudio e vídeo – MTV Manaus – veiculação de anúncio 42 anos / Rede de comunicação Nilton Lins Ltda;
- Áudio e vídeo – OD Manidor Publicidade – veiculação de anúncio 42 anos / Manidor Publicidade Ltda;
- Áudio e vídeo – OD Rizzato – veiculação de anúncio 42 anos / Rizzato Outdoor Ltda
- Áudio e vídeo – TV Band Amazonas – veiculação de anúncio 42 anos / Rádio e Televisão Rio Negro Ltda;
- Áudio e vídeo – RD Mix 100,7 FM – veiculação de anúncio 42 anos / Rede de Rádio Difusão Técnica;
- Áudio e vídeo – RD Difusora FM – veiculação de anúncio 42 anos / Rádio Difusora do Amazonas Ltda;
- Áudio e vídeo – RD A Critica – veiculação de anúncio 42 anos / Rádio Jornal A Critica Ltda;
- Áudio e vídeo – RD Cidade Fm - veiculação de anúncio 42 anos / Rádio Cidade FM;
- Áudio e vídeo – JN do Comércio - veiculação de anúncio 42 anos / JN do Comércio;
- Áudio e vídeo – JN Extra – veiculação de anúncio 42 anos / JN Extra;
- Áudio e vídeo – JN do Jornalista / veiculação de anúncio 42 anos / JN do Jornalista;
- Serviço gráfico – Diagramação Suframa Hoje Edição 43;
- Áudio e vídeo – TV A Critica – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – TV Amazon Sat – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – CEMUSA – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD Rio Mar – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – OD M3D Outdoor – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD FM do Povo – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – JN Página 20 – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – OD L.M.C. outdoor – anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RD Baré AM – Anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RV Olhos da Amazônia – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – JN e RV Progresso – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV Amazonas Fatos e Fotos –Anúncio 42 Anos;



- Áudio e vídeo – JN Plus – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV Negócios da Amazônia – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV BIG Amazônia – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV Viaje pelo Amazonas – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando – Edição 98;
- Áudio e vídeo – RV Circuito – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV Semente da Terra – Anúncio 42 Anos;
- Áudio e vídeo – RV Roteiro Amazônico anúncio 42 anos / RV Roteiro Amazônico;
- Áudio e vídeo – MTV Manaus – veiculação de anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – OD Manidor Publicidade – veiculação de anúncio 42;
- Áudio e vídeo – OD Rizzato – veiculação de anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – TV Band Amazonas – veiculação de anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD Mix 100,7 FM – veiculação de anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD Difusora FM – veiculação de anúncio 42;
- Áudio e vídeo – RD A Critica – veiculação de anúncio 42;
- Áudio e vídeo – Norte Editorial anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – TV RBN Manaus anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD Amazonas FM anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – JN A Critica anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – JN Manaus Hoje anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – REDETV para Manaus anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – TV Cultura anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RV Atual anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD CBN anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – RD Transamérica Fm anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – JN O Rio Branco anúncio 42 anos;
- Áudio e vídeo – Nova Era Publicidade Ltda - Aniversário 42 anos;
- Áudio e vídeo – RV Brasil Marca de Excelência – anúncio institucional foco especial;
- Áudio e vídeo – Reprodução de 120 unid. CD Amazon Inteligente Innovates;
- Áudio e vídeo – Reprodução DVD Documentário CBA inglês;
- Reprodução DVD Produtos Orgânicos - YNK Publicidade e Produções;
- RV Princípios - Editora e Livraria Anita Ltda – Anúncio 42 anos Suframa TV Amazonas Capital – Anúncio 42 anos, Reprodução de 50 unid. CD
- Amazon Intelligence I Innovates, Tradução documentário do CBA - Centro de Biotecnologia da Amazônia;
- Tradução folder V FIAM, Reprodução do DVD documentário V FIAM;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando Edição nº 100;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Hoje Edição nº 44;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando Edição nº 101;
- Impressão do Informativo Suframa Informando Edição nº 99;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando Edição nº 102;
- Impressão do folder V Fiam inglês e espanhol, Impressão do Suframa Hoje; edição 45;
- Diagramação e editoração do Suframa Hoje edição 45;
- Diagramação e editoração do Informativo Suframa Informando Edição nº 103;
- Impressão do Suframa Hoje edição 43;
- Impressão do Informativo Suframa Informando Edição nº 103;
- Desenvolvimento do software quebra-cabeça aniversário 42 anos;



- Impressão do folder CBA em inglês Innovation in the Sustainable;
- Criação, arte, montagem e impressão do folder do CBA em português Inovação no uso sustentável;
- Criação, arte, Rediagramação e impressão do folder de turismo em português;
- Áudio e Vídeo - Produção do multivideo FIAM 2009 1ª e 2ª parcelas

b) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

e) Transferências

Não ocorrido no exercício.

Tabela 2.5 - Dados Gerais da ação - 90E6 - Fortalecimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Área de Atuação da Suframa

Tipo:	Não Orçamentárias
Finalidade:	Apoiar a ampliação da competência científica e tecnológica e de inovação do Pólo Industrial de Manaus, mediante gestão estratégica de programas e projetos estruturantes de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (S-C&T&I) capazes de responder às demandas dos setores industrial, (em especial os subsetores eletroeletrônico, informática e produção de veículos de duas rodas), agroindustrial e de biotecnologia.
Descrição:	Acompanhamento, avaliação e controle de projetos e atividades em P&D no sentido de assegurar o cumprimento das exigências legais, bem como o alcance dos objetivos preconizados, criando alternativas de investimento para as empresas beneficiárias, em áreas consideradas prioritárias para a região. Mapeamento do conhecimento por região geográfica, de centros de referência, identificando projetos e programas que tenham convergência com a política de tecnologia e inovação da autarquia, visando articular parcerias para o desenvolvimento de programas e projetos em conjunto buscando o incremento de competências na região mediante a absorção de novos conhecimentos e experiências. A repercussão financeira estará acobertada pela política de desenvolvimento regional do Governo Federal, no escopo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, vez que os projetos visam a expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial, cujos resultados estão voltados para a atração de novos investimentos, impactando diretamente na economia regional e nacional, com a contribuição na formação do PIB, distribuição de renda e riqueza.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
Coordenador nacional da ação:	Valéria Silveira Bentes
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Gestão Tecnológica

a) Principais resultados

Os principais resultados foram o acompanhamento de 150 projetos que fazem parte da obrigação de investimento em P&D ao qual as empresas do segmento de informática da ZFM estão sujeitas (50 empresas). A quantidade de projetos desenvolvidos por empresa está diretamente ligada ao montante do recurso a ser aplicado, que por sua vez é



diretamente relacionado ao faturamento da empresa. Portanto, das 50 empresas ativas no segmento de informática, em torno de 20%, ou seja, 10 empresas desenvolvem aproximadamente 70% desse total, por volta de 100 projetos.

b) Principais problemas

Insuficiência de quota limite para empenho de despesa.

c) Contratações e Parcerias

Não ocorrido no exercício.

d) Transferências

Não ocorrido no exercício.



2.3.1.3. Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE.

Tabela 3 - Dados Gerais da ação - 2002 - Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA

Tipo:	
Finalidade:	Incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica; desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, entre outros) e bioindústrias na região amazônica, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade amazônica; estimular a implantação de pólos de bioindústrias na região amazônica e a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos, ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional; manter a estrutura técnica e administrativa e o desenvolvimento de projetos no sentido de promover a inovação tecnológica a partir de processos e produtos da biodiversidade.
Descrição:	Gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA por meio de contrato de gestão tripartite entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Ciência e Tecnologia para permitir o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa de forma a articular diferentes etapas necessárias ao desenvolvimento de bioprodutos, bem como assegurar a prestação de serviços altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região, em particular, propriedade intelectual, análises toxicológicas, determinação de padrão de qualidade de bioprodutos (fitofármacos, extratos vegetais, cosméticos, entre outros).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
Coordenador nacional da ação:	Valéria Silveira Bentes
Unidades Executoras:	Coordenação-Geral de Gestão Tecnológica - CGTEC

e) Principais resultados

Desenvolvimento de 6 projetos mobilizadores, em parceria com a Fundação de Amparo e Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, nas áreas de bioterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais ornamentais, com duração média de 24 meses, cujos Planos de Negócios estão em fase de ajustes para pagamento de bolsas dos colaboradores das atividades fins do CBA.

Merece destaque que a definição da institucionalização do CBA ainda é objeto de proposta por parte do Comitê Interministerial criado pela Casa Civil em janeiro 2008 por decreto presidencial. Contudo, é possível destacar neste exercício 2009 que:

- 175 colaboradores (bolsistas e celetistas) desenvolvem atividades no Centro;
- 2 Termos de Cooperação foram firmados em 2009;
- 1.575 análises foram realizadas somente em 2009 (setembro), pela Central Analítica, chegando a mais de 6000 análises nestes 4 anos de funcionamento, atendendo a um dos objetivos do Centro, que é a prestação de serviços tecnológicos aos Institutos de Pesquisa da região e do país;
- Obtenção do credenciamento pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, como fiel depositário de amostras de componente do patrimônio genético, por meio



do Extrato de Credenciamento, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 16 de outubro de 2008, sendo a única instituição do Estado do Amazonas a obter o referido documento; e

f) Principais problemas

Indefinição do modelo de gestão.

g) Contratações e Parcerias

Foram realizados dois Termos Aditivos um do Convênio 035/2008, no valor de R\$ 2,3 milhões com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM e outro, do Convênio 036/2008 com a Fundação Djalma Batista – FDB no valor de R\$ 1,1 milhão. Foi também firmado o Convênio 706551/2009 no valor de R\$ 2,1 milhões com a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.



2.4. Desempenho Operacional.

a) Evolução das Receitas e Despesas

Evolução da Receita – TSA no período de 2007 a 2009					
MÊS	2007 (A)	2008 (B)	2009 (C)	(A/B)	(B/C)
JANEIRO	16.833.441,23	18.315.530,90	24.322.533,83	8,80	32,80
FEVEREIRO	18.675.212,85	21.896.251,76	26.684.076,33	17,25	21,87
MARÇO	16.158.220,18	17.020.451,51	18.769.951,16	5,34	10,28
ABRIL	21.268.232,22	26.204.610,21	11.511.565,75	23,21	-56,07
MAIO	20.267.028,83	21.678.857,19	27.960.866,82	6,97	28,98
JUNHO	20.099.037,62	28.071.796,37	15.659.101,81	39,67	-44,22
JULHO	20.113.361,78	26.731.307,53	16.505.379,91	32,90	-38,25
AGOSTO	19.863.225,48	28.521.756,73	21.702.468,41	43,59	-23,91
SETEMBRO	24.787.973,06	29.850.097,27	17.104.626,77	20,42	-42,70
OUTUBRO	22.145.874,64	33.083.103,64	23.108.565,19	49,39	-30,15
NOVEMBRO	21.614.287,70	44.488.245,06	23.023.848,36	105,83	-48,25
DEZEMBRO	23.205.037,22	35.789.191,98	21.352.847,15	54,23	-40,34
TOTAL	245.030.932,81	331.651.200,15	247.705.831,49	35,35	-25,31



b) Evolução das Despesas

Programas	Despesa Executada 2007 (A)	Despesa Executada 2008 (B)	Despesa Executada 2009 (C)	(%) (B/A)	(%) (C/B)
APOIO ADMINISTRATIVO	70.778.631,55	84.689.829,46	104.644.439,76	19,65	23,56
Administração da Unidade	47.736.593,54	58.359.522,59	36.387.219,37		
Administração da Unidade - Crédito Extraordinário	22.189,77	-	-		
Pessoal	18.510.185,32	21.255.486,34	26.040.317,45		
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	16.186,50	18.819,90			
Assistência Médica e Odeontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	433.146,00	448.056,00			
Assistência Médica e Odeontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Valores Descentralizados	-	9.705,04			
Auxílio alimentação aos Servidores e Empregados	428.771,81	436.316,95			
Auxílio alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	25.663,16	48.509,78			
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	15.498,08	15.756,46			
Ações de Informática	-	-	37.277.998,00		
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	3.616.060,53	4.097.656,40	4.938.904,94		
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	87.127,00	149.643,05	56.357,50		
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	11.095.738,80	12.289.719,38	14.364.547,67	10,76	16,88
Pagamento de Aposentadoria e Pensões a Servidores Civis	11.095.738,80	12.289.719,38	14.364.547,67		
Precatórios	935.548,00	174.808,00	427.391,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	14.364.547,67		
Reserva de Contingência	-	-	14.364.547,67		
POLO INDUSTRIAL DE MANAUS	63.891.400,00	56.841.813,13	53.533.925,68	-11,03	-5,82
Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais	28.995.728,00	39.000.000,00	38.835.607,52		
Manutenção do Distrito Industrial de Manaus	24.038.115,36	2.841.966,00	-		
Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário	-	2.630.711,00	1.001.000,00		
Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus	-	6.565.990,89	7.181.662,13		
Expansão da Infra Estrutura do Distrito Industrial de Manaus	5.671.265,22	-	-		
Expansão da Infra Estrutura da DA	-	1.517.287,20	-		
Divulgação do Pólo Industrial de Manaus	1.000.000,00	-	-		
Revitalização e Expansão da Infra-estrutura do DI	-	1.285.954,04	-		
Implantação do CTPIM	4.186.291,42	2.999.904,00	-		
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITEC)	4.416.038,54	3.200.000,00	6.200.000,00	-27,54	93,75
Desenvolvimento de Produtos e Processos no CBA	2.616.038,54	2.500.000,00	5.500.000,00		
CBA - Crédito Descentralizado do MCT	1.800.000,00	700.000,00	700.000,00		
INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AMAZÔNIA OCIDENTAL	163.773.238,63	23.793.041,09	41.277.606,14	-85,47	73,49
Fomento a Capacitação de RH	1.050.000,00	-	-		
Gestão e Administração do Programa	2.955.862,67	5.493.968,86	5.638.557,67		
Manutenção da Infraestrutura do Distrito Agropecuário	5.194.550,84	-	-		
Remuneração de Agentes Financeiros	327.825,65	159.072,23	-		
Atualização do Pq Lógico Computacional	-	-	1.155.008,47		
Expansão da Infraestrutura do Dist Agropecuário	371.665,00	-	-		
Apoio à Dinamização do Serviço de Assistência Técnica no Distrito Agropecuário	150.000,00	-	-		
Apoio a Arranjos Produtivos Locais	1.773.335,00	-	-		
Reaparelhamento da Infra-Estrutura nas Áreas sob Jurisd. da SUFRAMA - RN			21.040,00		
Apoio a Proj.de Des. na Amoc. ALC de Macapá e Santana/AP (Em.Parl.)	151.949.999,47	18.140.000,00	34.463.000,00		
Total	314.977.722,52	181.138.854,11	220.504.267,75	-42,49	21,73



As receitas arrecadadas da SUFRAMA provem da Taxa de Serviços Administrativos - TSA, instituída pela Lei 9.960, de 28.01.2000. Nos três últimos anos a arrecadação passou por uma fase de crescimento consideravelmente elevada. Em 2008 obteve um crescimento da ordem de 35,35% em relação a 2007. Esse crescimento deve-se, basicamente a quantidade de insumos adquiridos pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus – PIM, para atendimento dos segmentos de duas rodas e eletro-eletrônicos, inclusive bens de informática produzidos no PIM.

Já em 2009, houve uma queda de aproximadamente 25,31% na arrecadação em relação ao ano de 2008, como consequência da crise internacional que impôs medidas de retração econômica imposta às indústrias instaladas no PIM.

Outro fator importante a considerar foi a emissão das Portarias de n.º 88/2009, 102/2009 e 258/2009, em que concede em favor das indústrias fabricantes de motocicletas, motonetas, bicicletas, triciclos e quadriciclos e respectivos fornecedores industriais, regularmente cadastrados redução para zero do valor da Taxa de Serviços Administrativos incidente sobre aquisição de componentes, partes, peças, insumos e materiais de embalagem, oriundos do mercado nacional e internacional, destinados a fabricação desses produtos; e ainda, aos distribuidores de veículos automotores, caminhões regularmente cadastradas.

Assim, do mesmo modo que tal medida contribuiu para diminuir a arrecadação TSA, foi eficaz para a manutenção do importante pólo de duas rodas instalado no PIM, a manutenção do nível de emprego e renda dos trabalhadores.



2.4.1. Programação Orçamentária.

2.4.1.1. Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código Siafi da UGO
Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa	28233	193028

2.4.1.2. Programação das Despesas Correntes.

Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		TOTAL	
			Exercícios							
			2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		36.840.909	34.816.074	-	-	106.000.000	111.929.831	142.840.909	146.745.905
	PLOA		37.016.005	40.545.182	-	-	116.000.000	156.404.014	153.016.005	196.949.196
	LOA		37.016.005	40.545.182	-	-	91.720.591	175.004.014	128.736.596	215.549.196
CRÉDITOS	Suplementares		1.660.130	5.489.859	-	-	39.055.339	414.276	40.715.469	5.904.135
	Especiais	-	-	-	-	-	8.005.775			8.005.775
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		(288)	(5.464)	-	-	-	-	(288)	(5.464)
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Total			38.675.847	46.029.577	-	-	130.775.930	183.424.065	169.451.777	229.453.642

Fonte: CGORF/Suframa

2.4.1.3. Programação das Despesas de Capital.

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		TOTAL	
			Exercícios							
			2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		4.000.000	1.200.000	-	-	-	-	4.000.000	1.200.000
	PLOA		4.000.000	6.725.817	-	-	-	-	4.000.000	6.725.817
	LOA		150.067.560	101.668.317	-	-	-	-	150.067.560	101.668.317
CRÉDITOS	Suplementares		-	200.305	-	-	-	-	-	200.305
	Especiais	Abertos	-	92.000.000	-	-	-	-	92.000.000	
		Reabertos	-	-	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	(18.760.581)	-	-	-	-	-	(18.760.581)
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-		-
Total			150.067.560	175.108.041	-	-	-	-	150.067.560	175.108.041

Fonte: CGORF/Suframa



2.4.1.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência		TOTAL	
			Exercícios							
			2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		142.840.909	146.745.905	4.000.000	1.200.000	-	-	146.840.909	147.945.905
	PLOA		153.016.005	196.949.196	4.000.000	6.725.817	118.876.456	96.616.766	275.892.461	300.291.779
	LOA		128.736.596	215.549.196	150.067.560	101.668.317	136.803.457	130.961.910	415.607.613	448.179.423
CRÉDITOS	Suplementares		40.715.757	5.904.135	-	200.305	-	-	40.715.757	6.104.440
	Especiais	Abertos	-	8.005.775	-	92.000.000	-	-		100.005.775
		Reabertos	-	-	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		(288)	(5.464)	-	(18.760.581)	(39.055.339)	-	-39.055.627	-18.766.045
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-		
Total			169.451.777	229.453.642	150.067.560	175.108.041	97.748.118	130.961.910	417.267.455	535.523.593

Fonte: CGORF/Suframa

Análise Crítica

O orçamento é uma ferramenta de planejamento que expressa a receita e a despesa da instituição, abrange todo o conjunto das operações anuais e possibilita o acompanhamento quantitativo do desempenho da gestão no alcance de seus objetivos.

No exercício de 2009, as receitas previstas para o exercício totalizaram R\$ 334.636.923 (Trezentos e trinta e quatro milhões seiscientos e trinta e seis mil e novecentos e vinte e três mil reais) e a proposta orçamentária foi elaborada com base nessa previsão de receita levando em conta a execução de projetos estratégicos fundamentais para impulsionar o processo de desenvolvimento regional, essencialmente no tocante ao fortalecimento dos sistemas de ciência e tecnologia.

O orçamento autorizado por meio da Lei nº 11.897, de 23 de dezembro de 2008, que impõe o limite de gastos para o exercício de 2009, totalizou o valor de R\$ 448.179.423,00 (Quatrocentos e quarenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais). Sobre esse limite orçamentário, o primeiro elemento a destacar é a diferença entre o montante autorizado e o valor efetivo para sua aplicação. Seria ideal se o limite de gastos fosse efetivamente disponibilizado para a execução de projetos estratégicos para a região. Mas, na verdade o que ocorre é que apenas 38,15% desse valor pôde ser aplicado em programas e ações



estratégicas de desenvolvimento, com apenas 7% destinado a projetos. O restante contempla a rubrica de pessoal com 9,30%; a Reserva de Contingência com 29,22% e as Emendas Parlamentares com 23,33%, ou seja, mais de 50% do orçamento autorizado está fora da governança da autarquia.

O valor autorizado para cumprimento da despesa com a máquina administrativa e investimentos em projetos ainda que obedecida a priorização dentro do limite autorizado pela SOF, necessitou de créditos suplementares, para cobertura das despesas. Nesse sentido, foram feitas duas solicitações de Créditos Adicionais, sendo um no Tipo 120 (Suplementação acima dos Limites da LOA 2009), no valor de R\$ 59.592.915,00 e outro no Tipo 200 (Inclusão de Categoria de Programação não contemplada na LOA – 2009) no valor de R\$ 63.557.642,00, totalizando R\$ 123.150.557,00. Contudo, essas solicitações não foram acatadas, sendo atendido apenas o remanejamento de créditos no valor de R\$ 492.581,00, sem alteração de limite.

Foram ainda, cancelados/bloqueados R\$ 18.273.464,00, sendo 18.268.000,00 na Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento na AMOC e ALCMS/AP e R\$ 5.464,00 na Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações, totalizando o montante de R\$ 429.905.959,00.

Já no último trimestre do exercício, diante da existência superávit financeiro apurado no exercício de 2008, no valor de R\$ 199.515.000,00, em consenso com o MDIC, houve uma nova solicitação Crédito Adicional no valor total de R\$ 100.000.000,00, que seria distribuído conforme os critérios das Resoluções 171, de 23.08.01 e 260, de 11.12.07, os quais foram liberados por meio da Lei n.º 12.177, de 29.12.2009. Além desse valor foi também autorizado o valor de R\$ 5.617.634,00 de Crédito Adicional e R\$ 5.575,00 de Créditos Suplementar que totalizou o orçamento anual de R\$ 535.523.593,00.



2.4.1.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	427.391,00	-	211.057,52
	Recebidos	-	-	-	-	700.000,00
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: CGORF/Suframa

Análise Crítica

A movimentação orçamentária ocorrida em 2009 trata-se de descentralizações de créditos orçamentários, conforme discriminação abaixo:

➤ Crédito Externo Concedido

A Suframa concedeu em, 2009, crédito no valor de R\$ 638.448,52, distribuídos conforme discriminação abaixo:

- Receita Federal do Brasil** - crédito no valor de R\$ 211.057,52, referente ao convênio firmado entre a Suframa e o Ministério da Fazenda e sua unidade gestora do programa UCP – Sistema Integra;
- Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região/AM** - crédito no valor de R\$ 427.391,00, referente ao pagamento de sentenças judiciais transitado em julgado (precatórios).

➤ Crédito Externo Recebido

A Suframa recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT o valor de R\$ 700.000,00, como auxílio financeiro à estudantes, valor aplicado em favor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, relativo a ação Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, vinculada ao Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.



2.4.2. Execução Orçamentária.

2.4.2.1. Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos originários na UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	89.521.069,30	119.009.264,38	89.521.069,30	119.009.264,38
Convite	293.255,05	285.837,72	293.255,05	285.837,72
Tomada de Preços	319.092,10	70.804,92	319.092,10	70.804,92
Concorrência	62.131.765,84	89.469.756,63	62.131.765,84	89.469.756,63
Pregão	26.776.956,31	29.182.865,11	26.776.956,31	29.182.865,11
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	21.961.102,02	7.577.745,96	21.961.102,02	7.577.745,96
Dispensa	19.504.614,23	4.476.576,42	19.504.614,23	4.476.576,42
Inexigibilidade	2.456.487,79	3.101.169,54	2.456.487,79	3.101.169,54
Regime de Execução Especial	3.003,70	4.457,37	3.003,70	4.457,37
Suprimento de Fundos	3.003,70	4.457,37	3.003,70	4.457,37
Pagamento de Pessoal	38.237.487,86	44.719.138,37	38.237.487,86	44.719.138,37
Pagamento em Folha	37.642.862,12	44.187.799,87	37.642.862,12	44.187.799,87
Diárias	594.616,74	531.338,50	594.616,74	531.338,50
Outros	30.124.132,13	48.552.213,15	30.124.132,13	48.552.213,15



2.4.2.2. Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos originários na UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	37.642.862,12	44.187.799,87	37.642.862,12	44.187.799,87	-	-	37.642.862,12	44.187.799,87
1º elemento de despesa - 11	18.069.611,67	20.164.119,68	18.069.611,67	20.164.119,68	-	-	18.069.611,67	20.164.119,68
2º elemento de despesa - 01	8.423.027,79	9.527.520,10	8.423.027,79	9.527.520,10	-	-	8.423.027,79	9.527.520,10
3º elemento de despesa - 91	4.421.520,84	6.486.704,19	4.421.520,84	6.486.704,19	-	-	4.421.520,84	6.486.704,19
Demais elementos do grupo	6.728.701,82	8.009.455,90	6.728.701,82	8.009.455,90	-	-	6.728.701,82	8.009.455,90
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	120.036.147,64	137.301.561,46	112.755.057,10	124.547.062,44	739.716,61	16.855.199,86	112.755.057,10	110.857.918,72
1º elemento de despesa - 39	97.071.085,03	112.024.931,29	94.135.093,15	108.834.060,81	432.492,62	868.509,64	94.135.093,15	101.597.398,68
2º elemento de despesa - 37	12.549.303,06	13.689.143,72	12.549.303,06	13.689.143,72	294.656,29	178.666,57	12.549.303,06	13.689.143,72
3º elemento de despesa - 33	2.061.774,00	1.521.903,47	1.577.574,00	1.273.503,47	597,00	-	1.577.574,00	1.273.503,47
Demais elementos do grupo	8.353.985,55	10.065.582,98	4.493.086,89	750.354,44	11.970,70	15.808.023,65	4.493.086,89	7.987.016,57

Fonte: CGORF- Suframa



2.4.2.3. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	22.926.000,00	38.376.457,90	22.926.000,00	38.376.457,90		10.153.172,96		
1º elemento de despesa - 51	16.029.566,90	22.348.441,46	16.029.566,90	22.348.441,46	-	10.153.172,96	-	-
2º elemento de despesa - 52	6.896.433,10	16.028.016,44	6.896.433,10	16.028.016,44	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CGORF – Suframa

Análise Crítica

A execução orçamentária de 2009 sofreu algumas alterações cuja principal ocorreu com a criação de uma ação denominada Ações de Informática, vinculada ao Programa Administrativo, cujo objetivo é o controle de despesas relacionadas à tecnologia da informação. Até então, essas despesas faziam parte da rubrica Administração da Unidade, no decorrer exercício de 2009 foram alocados na ação nova R\$ 37.278.180,00, os quais foram executados em quase sua totalidade.

Observa-se que dos recursos despendidos em 2009 por grupo de despesa, a despesa de capital se destaca em relação às outras por ter tido um acréscimo da ordem de aproximadamente de 67% em relação a 2008, os demais grupos apresentam crescimento regular. Esse aumento foi influenciado basicamente pelos gastos com aquisição de equipamentos para o reaparelhamento da infra-estrutura logística da instituição.



No grupo das despesas correntes, destacam-se as despesas ocorridas na rubrica 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, a qual aumentou em torno de 15% em relação a 2008, devido ao alto grau de terceirização dos serviços prestados.

Inicialmente, com base no Decreto n.º 6.808, de 30 de março de 2009 que aprovou a programação de desembolso do Poder Executivo no exercício de 2009, foi disponibilizado para a Suframa limite orçamentário de R\$ 85.973.741,00 para custeio e investimento sendo, R\$ 81.212.910,00 para Custeio; R\$ 3.631.000,00 para investimento e R\$ 1.129.831,00 para Despesas Obrigatórias sujeitas a limites.

Posteriormente, por meio da Portaria Interministerial MF/MP n.º 156, de 17.06.09 houve um incremento do limite inicialmente para Custeio de mais R\$ 38.600.000,00, totalizando um repasse anual de R\$ 124.573.741,00. Contudo, as despesas de contratos, fornecedores, convênios e projetos estratégicos totalizavam R\$ 161.863.326,00, necessitando ainda de 37.289.585,00, para cobrir as despesas até o final do exercício.

Diante desse quadro foram feitas várias tentativas junto ao MDIC para ampliação dos limites orçamentários que foram atendidos parcialmente. Assim, ao final do exercício de 2009 o orçamento liberado foi de R\$ 175.597.763,56, sendo R\$ 135.809.258,39 para Custeio, R\$ 4.073.674,17 para Investimento, R\$ 34.463.000,00 para Emendas Parlamentares (Investimento) e R\$ 1.251.831,00 para Despesas Obrigatórias sujeitas a limites.

Quanto aos recursos financeiros destinados a esta Autarquia no decurso do exercício de 2009, foram da ordem de R\$ 143.428.889,58, provenientes das fontes 100, 174, 374, 680 e 282, o que possibilitou o pagamento de R\$ 142.900.212,00 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos mil, duzentos e doze reais) relativo à diversas despesas geradas no período, provenientes de contratos, fornecedores e convênios, sendo que a fonte 174, com o saldo final de R\$ 136.454.683,15, foi a fonte mais onerada.

Assim, o orçamento foi de R\$ R\$ 535.523.593,00. No entanto, o valor executado foi de R\$ 220.504.267,75 tendo como causa principal o contingenciamento dos recursos.



2.4.2.4. Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos recebidos na UJ por Movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	758.214,75	700.000,00	758.214,82	-



2.4.2.5. Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos na UJ por Movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	758.614,75	700.000,00	758.614,75	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	700.000,00	700.000,00	700.000,00	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	48.909,71	-	48.509,78	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	9.705,04	-	9.705,04	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CGORF- Suframa



2.4.2.6. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ por Movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CGORF – Suframa

A Suframa recebeu em 2009, o valor de R\$ 700.000,00 oriundos de descentralização pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, para execução da ação Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia - CBA.

O recurso recebido foi integralmente liberado pelo concedente e imediatamente executado pela instituição, contudo, a liquidação da despesa ficou pendente em razão da intempestiva liberação dos recursos.



2.4.2.7. Execução Orçamentária por Programa de Governo.

2.4.2.7.1. Programa 0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Identificação do Programa de Governo							
Código no PPA: 0392		Denominação: PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
Inicial	Final						
72.705.505	72.705.505	53.533.925,68	53.533.925,68	6.601.573,62		46.932.352,06	
Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador	(unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice atingido no Exercício
			Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	Índice de mão-de-obra no Pólo Industrial de Manaus	Porcentagem	31/12/2006			4	- 13,65
Fórmula de cálculo do Índice:							
Texto: Relação entre a quantidade de pessoas empregadas no Pólo Industrial de Manaus (PIM) no ano e a quantidade de pessoas empregadas no PIM no ano base, multiplicado por 100.							
Análise do Resultado Alcançado:							
Texto: O incremento de 4% no índice deste indicador não foi alcançado. Entretanto, o resultado é satisfatório considerando o contexto da crise financeira global e sua repercussão no PIM. Atualmente, o PIM abriga cerca de 501 empresas em operação. Essas empresas proporcionaram a geração de 92.295 empregos diretos (média mensal) representando redução de 13,65% (14.598 empregos) em relação a 2008 (106.893). Merece destaque que no mês de maior pico (outubro) atingiu 98.809 postos de trabalhos.							
Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador	(unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice atingido no Exercício
			Data	Índice Inicial	Índice Final		
2	Taxa de Agregação de Valor Local	Unidade	31/01/2007	2,81	3	2,9	2,94
Fórmula de cálculo do Índice:							
Texto: TAVL = Faturamento /CT Insumos - C Insumos Regionais							
Análise do Resultado Alcançado:							
Texto: Isto representa que para cada unidade monetária utilizados nas compras de insumos nacionais e importados, foram agregadas, ao PIM, 2,94 unidades monetárias de faturamento. Este resultado se apresenta de forma satisfatória em relação a 2007, com variação positiva de 4,47%.							

Fonte: COGEC/CGPRO - Suframa



Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador	(unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice atingido no Exercício
			Data	Índice Inicial	Índice Final		
3	Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal.	Porcentagem	31/12/2006	64,02	64	64	61,69

Fórmula de cálculo do Índice:

Texto: Relação percentual entre o valor da arrecadação de tributos federais no estado do Amazonas e o valor da arrecadação de tributos federais na 2ª Região Fiscal.

Fonte: Secretaria da Receita Federal, acessado em 12/04/2010 às 13:30

Análise do Resultado Alcançado:

Texto: em 2009 o Estado do Amazonas representou 61,69% da arrecadação de tributos da 2ª Região Fiscal (AC, AM, AP, RO, RR e PA). Em termos percentuais houve uma queda de 6,74% em relação a 2008 (66,15%). Em termos monetários a queda foi de 12,20% em relação a 2008.

Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador	(unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice atingido no Exercício
			Data	Índice Inicial	Índice Final		
4	Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus	Porcentagem	31/12/2006	25,05	29	27	13,46

Fórmula de cálculo do Índice:

Texto: Relação percentual entre o valor das exportações do PIM no ano e o valor das importações para o PIM no ano

Análise do Resultado Alcançado:

O índice registrado por este indicador demonstra a relação entre as exportação e importações no ano. O resultado alcançado foi de 13,46% contra 13,93% em 2008, apresentando queda de 3,37% em relação ao ano de 2008. O indicador aponta para a necessidade da criação de políticas voltadas para o adensamento da cadeia produtiva de componentes no Pólo Industrial de Manaus.



2.4.2.7.2. Programa 1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA

Identificação do Programa de Governo							
Código no PPA: 1020		Denominação: Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados			Valores Pagos
Inicial	Final						
121.563.167	203.695.472	41.277.606,14	41.277.606,14	36.462.498,30			4.815.108,00
Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador	(unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice atingido no Exercício
			Data				
01	Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional	Porcentagem	31/12/2006	1,75	1,8	1,77	1,99
Fórmula de cálculo do Índice:							
Texto: Relação percentual entre o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Ocidental, excluindo-se o valor do PIB do Pólo Industrial de Manaus, e o valor do PIB Nacional.							
Análise do Resultado Alcançado:							
O índice de 1,99% alcançado superou a meta prevista para o exercício. Os investimentos realizados pela SUFRAMA contribuíram para o alcance desse índice. Entretanto, como informado na avaliação do exercício passado este indicador precisa de ajuste, pois contempla todos os investimentos agregados na Amazônia Ocidental e não somente aqueles realizados pela Suframa. Encontra-se em fase de conclusão estudo elaborado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM para a construção de indicadores mais adequados para o programa.							

Fonte: COGEC/CGPRO - Suframa



2.4.2.8. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Unidade de Medida	Execução Física		
						Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
22	122	0392	2035	A	Unidade	2.139	2.014	2.390
22	693	0392	90EP	NO (¹)	Unidade	22	07	22
22	691	0392	2750	A	Unidade	1	-	1
22	661	0392	2537	A	Unidade	1	-	1
22	691	0392	8184	A	Unidade	25	69	43
22	661	0392	5086	P	% de execução física	14	-	3
22	661	0392	10D0	P	% de execução física	2	-	1
22	691	0392	5088	P	% de execução física	1	-	7
22	661	0392	5080	P	% de execução física	4	-	1
22	126	1020	10D4	P	% de execução física	40	21	25
22	846	1020	0506	OE	Unidade	330	50	162
22	661	1020	90E6	NO (¹)	Unidade	10	150	10
22	122	1020	2272	A	-	-	-	-
22	661	1020	10D5	P	% de execução física	100	-	12

Fonte: CGORF – Suframa

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.

DESCRIÇÃO	A N O		
	2007	2008	2009
1 . PASSAGENS	949.255,00	1.577.574,00	940.784,91
2 . DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	639.815,38	594.616,74	552.740,47
3 . SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	5.646.576,21	4.352.298,48	5.185.770,25
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	8.733.551,05	8.539.064,82	13.689.143,72
3.3 Tecnologia da Informação	20.620.286,40	32.351.986,57	41.639.345,40
3.4. Outras Terceirizações	33.483.776,72	36.917.478,56	35.045.007,52
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	269,00	4.457,37
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	11.595,23	2.734,70	0,00
TOTAIS	70.084.855,98	84.336.022,87	97.057.249,64

Fonte: CGORF - Suframa



2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
22	122	0392	2035	A	-	Unidade	2.139	2.014	2.390	39.297.575	39.297.575	40.014.299
22	693	0392	90EP	NO ⁽¹⁾	-	Unidade	22	07	22	-	-	-
22	691	0392	2750	A	-	Unidade	1	-	1	4.152.056	1.001.000 ⁽²⁾	2.152.000
22	661	0392	2537	A	-	Unidade	1	-	1	1.200.000	-	100.000
22	691	0392	8184	A	-	Unidade	25	69	43	8.0000.000	7.181.662	7.000.000
22	661	0392	5086	P	-	% de execução física	14	-	3	13.646.974	1.737.155	6.000.000,
22	661	0392	10D0	P	-	% de execução física	2	-	1	537.977	-	29.117
22	691	0392	5088	P	-	% de execução física	1	-	7	1.000.000	-	58.235
22	661	0392	5080	P	-	% de execução física	4	-	1	4.870.923	4.778.500 ⁽²⁾	2.829.595
22	126	1020	10D4	P	-	% de execução física	40	21	25	1.800.000	1.155.009 ⁽²⁾	1.164.710
22	846	1020	0506	OE	-	Unidade	330	50	162	186.274.500	34.463.000 ⁽²⁾	251.628.478
22	661	1020	90E6	NO ⁽¹⁾	-	Unidade	10	150	10	-	-	-
22	122	1020	2272	A	-	-	-	-	-	5.890.033	3.811.621	5.550.000
22	661	1020	10D5	P	-	% de execução física	100	-	12	9.730.939	21.040	1.164.710

Fonte: COPLA/CGORF – Suframa

2.4.5. Indicadores de Desempenho Institucional.

As atividades inerentes a missão institucional são executadas pelas unidades de apoio a Superintendência e por meio das quatro Superintendências Adjuntas que compõe corpo executivo institucional. Os indicadores abaixo oferecem um panorama do desempenho operacional da instituição em 2009, nos seus principais macroprocessos.



2.4.5.1. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Projetos

2.4.5.1.1. Taxa de Aprovação de Projetos Industriais

- a) **Utilidade:** possibilita identificar a variação percentual de projetos industriais aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa - CAS em 2009 em relação ao total aprovado em 2008.
- b) **Tipo:** eficácia.
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Qtde.de projetos aprovados pelo CAS em 2009}}{\text{Qtde.de projetos aprovados pelo CAS em 2008}} \times 100 \Rightarrow \frac{221}{317} = -30,28\%$$
- d) **Método de aferição:** projetos industriais analisados e aprovados pelo CAS no exercício em relação ao projetos analisados e aprovados no ano anterior.
- e) **Área responsável pelo Cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Análise de Projetos Industriais – CGPRI.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o indicador mostra que houve uma queda de cerca de 30,28% no número de projetos aprovados em 2009 em relação a 2008, o que indica uma retração dos investidores na aplicação de recursos no Pólo Industrial de Manaus, talvez motivado pela crise econômica mundial ocorrida no exercício. O cenário econômico mundial conturbado no segundo semestre de 2009, refletiu negativamente na confiança dos investidores. Embora a crise mundial tenha iniciado no último trimestre de 2008, os reflexos no Pólo Industrial de Manaus deram-se a partir do 2º semestre de 2009. Ressalte-se que por conta da crise a estimativa para 2009 já contemplava retração em relação a 2008, ainda assim, alcançou-se 96% da meta prevista.
- g) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** os efeitos da crise certamente geraram insegurança nos investidores.



- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste e quem são os responsáveis:** para a recuperação do mercado o país adotou medidas macroeconômicas que suscitaram uma reação positiva do mercado. Em que pese o seu crescimento em níveis inferiores aos anos que antecederam a 2008, essa política refletirá no resultados esperados para 2009 e anos seguintes.



2.4.5.1.2. Taxa de Acompanhamento de Projetos Industriais

a) **Utilidade:** possibilita aferir o acompanhamento de projetos industriais das empresas com projeto aprovado pelo CAS, cadastradas na Suframa detentoras de incentivos.

b) **Tipo Eficácia**

c) **Fórmula de Cálculo:**

$$\frac{\text{Nº de Relatório de Auditoria de Projeto – RAP emitidos em 2009}}{\text{Nº de empresas em operação com mais de um ano de produção 2009/3}} \times 100$$

$$\Rightarrow \frac{119}{404/3} \times 100 = 88,37\%$$

d) **Método de aferição:** levantamento da quantidade RAPs emitidos, em relação ao total de projeto aprovados pelo CAS em efetiva operação (empresas com informações ou laudos emitidos há pelo menos 1 ano), dividido por 3.

Nota

A Suframa emite um RAP para cada empresa a cada 3 anos.

e) **Área responsável pelo Cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Acompanhamento e de Projetos Industriais – CGAPI.

f) **Resultado do Indicador no Exercício:** O resultado foi considerado satisfatório, uma vez que o plano de visitas elaborado para o exercício permitiu o acompanhamento das empresas em quase sua totalidade. O número não chega a 100 % porque durante o exercício algumas empresas entram e saem das condições preestabelecidas no início do ano (principalmente por paralisação de atividades), sendo designadas para o exercício posterior.

g) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** não há distorção nas funções o que existe são algumas dificuldades inerentes a própria complexidade dos Relatórios. Além de outras demandas que exigem análise detalhada. Embora atualmente, o número de técnicos seja suficiente para a execução das atividades correntes, o aumento de demanda ou saída de técnicos poderá desequilibrar o setor, trazendo dificuldades no cumprimento das metas.



- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste e quem são os responsáveis:** a área responsável tem procurado simplificar a operacionalidade do RAP, reduzindo o número de informações sem contudo, prejudicar a qualidade das informações necessárias para análise.



2.4.5.1.3. Taxa de Análise e Aprovação de Projetos Agropecuários

- a) **Utilidade:** possibilita avaliar a eficácia do processo de análise e aprovação das propostas de investimentos analisados submetidos à Suframa para fruição dos incentivos fiscais em relação ao total de projetos previstos como meta para o exercício.
- a) **Tipo :** Eficácia
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Total de projetos aprovados pelo CAS}}{\text{Total de projetos previstos como meta para 2009}} \times 100 \Rightarrow \frac{84}{80} \times 100 = 105\%$$
- d) **Método de aferição:** projetos apresentados à Suframa (implantação, atualização e regularização), analisados conforme as exigências e normas técnicas para a ocupação do Distrito Agropecuário encaminhados para aprovação do CAS, em relação a meta estabelecida par o exercício.
- e) **Área responsável pelo Cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o resultado de 5% acima da meta estabelecida, evidencia a necessidade de ampliação da infra-estrutura e sistema viário do DA para atendimento da demanda por novos empreendimentos. reprimida por falta de oferta de lotes.
- g) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** ainda persistem as condições precárias das vias do Distrito Agropecuário, o que dificulta a acesso e escoamento da produção e permanência de empreendimentos já implantados. Além dessas dificuldades existem outras exigências de ordem ambiental como: a obrigatoriedade da apresentação de licença ambiental para a ocupação e utilização dos lotes, e a situação irregular de ocupações resultantes de invasões e/ou grilagem de terras.



- i) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste e quem são os responsáveis:** está em andamento o processo de distrato das Escrituras de Promessa de Compra e Venda dos grandes projetos que se encontram paralisados. Os recursos para recuperação das vias do DA só foram liberados no final do ano, tornando sua execução impraticável no exercício.



2.4.5.1.4. Taxa de Acompanhamento de Empreendimentos Agropecuários

- a) **Utilidade:** possibilita medir a eficácia do processo de análise de projetos vistoriados em relação a meta estabelecida para o exercício.
- b) **Tipo:** eficácia.
- c) **Fórmula de Cálculo:**
$$\frac{\text{Quantidade de projetos vistoriados}}{\text{Nº de vistorias prevista em 2009}} \times 100 \Rightarrow \frac{462}{400} \times 100 = 115\%$$
- d) **Método de aferição:** relação entre os empreendimentos vistoriados no exercício e a meta estabelecida no plano anual de trabalho;
- e) **Área responsável pelo Cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG;
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** os resultados superaram em 15% da meta estabelecida para o exercício de 2009, tendo sido identificado o quantitativo de mão-de-obra de aproximadamente 1.161 pessoas trabalhando em regime familiar com produção diversificada (fruticultura, pequenos animais e tubérculos).
- g) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:** os fatores limitantes à execução dos trabalhos de fiscalização, acompanhamento e avaliação são via de regra as fortes chuvas típicas da região (janeiro a julho), falta de recursos financeiros e materiais como veículos adequadamente equipados para transito em vias de baixas condições de trafegabilidade, falta de equipamentos do tipo GPS, filmadoras dentre outros, agravado pelo reduzido número de técnicos.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste e quem são os responsáveis:** As dificuldades são apresentadas mais nem sempre são solucionadas em razão da insuficiência de recursos orçamentário. O planejamento das fiscalizações, com a escolha dos projetos a serem



vistoriados, embora comprometa o universo das informações coletadas, distorcendo as informações finais é a solução encontrada para atender minimamente as necessidades de acompanhamento e avaliação dos projetos agropecuários.



2.4.5.2. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional

2.4.5.2.1. Indicador de Transferência Voluntárias Realizadas no Exercício

a) **Utilidade:** possibilita avaliar a execução orçamentária em relação a execução financeira decorrente das transferências voluntárias de recursos, ou seja, o repasse real dos recursos financeiros para a efetiva execução dos projetos.

b) **Tipo:** eficácia.

c) **Fórmula de Cálculo:**

$$\frac{\text{Volume de Repasse Financeiro Realizado}}{\text{Volume de Repasse Orçamentário (Convênios Formalizados)}} \Rightarrow \frac{0,00}{46.441.500,00} \times 100 = 0$$

d) **Método de aferição:** relação entre o volume de recursos transferidos aos convenientes e o volume de recursos conveniados no SICONV.

e) **Área responsável pelo cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Desenvolvimento Regional – CGDER.

f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o resultado foi nulo tendo em vista o medidor de eficácia estar diretamente relacionado com o repasse da transferência de recurso para o conveniente executar o projeto, o que, neste caso, inviabilizará o início e provocará conseqüente demora na execução do projeto. No presente exercício os convênios formalizados referem-se a recursos de emendas parlamentares.

g) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:**

- Liberação dos limites orçamentários somente no final do exercício;
- Formalização dos Convênios no final do exercício;
- Liberação dos Recursos Financeiros, geralmente, no final do exercício seguinte;
- Execução dos Convênios, geralmente, no ano seguinte à liberação, portanto no 3º ano impactando nos custos de implantação dos projetos.



h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

- Essa situação é decorrente do contingenciamento de recursos.



2.4.5.2.2. Indicador de Execução de Convênios

- a) **Utilidade:** possibilita avaliar o efetivo acompanhamento da execução dos Convênios que estão no status de “a comprovar” no SIAFI, mediante fiscalização “in loco”, visando verificar a boa e regular aplicação dos recursos.
- b) **Tipo:** eficácia
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Qtde. de Conv. Fiscalizados "in loco"}}{\text{Convênios em Execução "a comprovar"}} \times 100 = \frac{133}{230} \times 100 = 57,82\%$$
- Nota:
A meta é fiscalizar anualmente 100% dos Convênios em Execução (Status de “A Comprovar” no SIAFI).
- d) **Método de aferição:** relação entre a quantidade de convênios fiscalizados em relação a quantidade de convênios em execução em status de “a comprovar” no SIAFI.
- d) **Área responsável pelo Cálculo e ou medição:** Coordenação Geral de Desenvolvimento Regional – CGDER.
- e) **Resultado do Indicador no Exercício:** Resultado insatisfatório, abaixo da meta estabelecida.
- f) **Descrição das Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.**
- Recursos humanos insuficiente para executar a atividade;
 - Restrições de ordem financeira para pagamento de diárias e passagens;
 - Dimensão territorial (Estados da Amazônia Ocidental e Macapá/Santana/AP)..
- g) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para as causas de insucesso neste e quem são os responsáveis:**
- Aprovação da Prestação de Contas somente após fiscalização “in loco”, garantia da execução do objeto do Convênio;
 - Reestruturação da Unidade (CGDER) para cumprimento de suas atribuições regimentais, em andamento.



2.4.5.2.3. Análise dos programas anuais de investimentos de P&D submetidos pelas empresas sujeitas à Resolução CAS nº 192/02.

- a) **Utilidade:** o indicador demonstra a capacidade de cumprimentos dos dispositivos contidos na Resolução nº 192/02.
- b) **Tipo:** eficiência.
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Nº de Programas Anuais de Investimento analisados pela Suframa}}{\text{Total de Programas Anuais de Invest. submetido pelas Empresas}} \times 100 =$$
- $$\Rightarrow \frac{6}{7} = 85,71\%$$
- d) **Método de Aferição:** quantidade de Programas de Investimentos analisados pela e aprovados pela Suframa em relação a quantidade de Programas protocolados pelas empresas na SUFRAMA.
- e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Gestão Tecnológica - CGTEC.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** A Suframa analisou 6 (seis) equivalente a 85,71% dos 07 programas Anuais de Investimentos enviados pela empresa.
- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** Inconformidade de alguns Programas de Investimentos, submetidos pelas empresas à SUFRAMA, com os dispositivos estabelecidos na Resolução nº 192/02.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** Como principal medida implementada pela instituição está a revisão da Resolução 192/02, ora em curso, e o tratamento administrativo dado às empresas para solução de suas pendências em atendimento às exigências da Resolução nº 192/02.



2.4.5.2.4. Avaliação de Relatórios Demonstrativos de Investimento em P & D – parecer técnico:

- a) **Utilidade:** o indicador **possibilita medir a** eficácia temporal da Suframa no que tange a quantidade de Pareceres Técnicos emitidos e enviados para as empresa versus os relatórios demonstrativos encaminhados pelas mesmas em um determinado período.
- b) **Tipo: eficácia.**
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Qde. de Parecer Técnico do RD concluídos em 2009}}{\text{Qde. de Relatórios enviados por empresas (2005 a 2008)}} \times 100 = \frac{49}{186} \times 100 = 26,34\%$$
- d) **Método de Aferição: quantidade** Pareceres Técnicos emitidos e aprovados pela Suframa, versus a quantidade de Relatórios enviados por empresa referentes ao período de 2005 a 2009.
- e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Gestão Tecnológica – CGTEC.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** Foram enviados à Suframa (pelas empresas do Pólo industrial de Manaus) 186 relatórios referentes ao período de 2005 a 2007 dos quais foram emitidos 49 equivalente a 26,34% pareceres técnicos dos relatórios demonstrativos.
- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** A exigência de análise conjunta realizada pela Suframa e MCT vigorou até o exercício de 2006. Após essa data a Suframa assumiu a responsabilidade pela análise e verificou a existência de um grande passivo de programas de P & D que ainda necessitavam de análises.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** A Suframa envidou esforços e reduziu o passivo dos anos anteriores a 2009. A expectativa é que a partir do ano em curso as atividades demandadas não sejam acumuladas com exercícios anteriores.



2.4.5.2.5. Avaliação de Desempenho das Instituições credenciadas no CAPDA:

a) **Utilidade:** o indicador permite avaliar a capacidade da SUFRAMA de acompanhar, de avaliar e de controlar as entidades credenciadas pelo CAPDA para obtenção dos recursos oriundos da Lei de Informática.

b) **Tipo:** eficácia.

c) **Fórmula de Cálculo:**

$$\frac{\text{Nº de Rel. de Aval. de Desemp. submetidos ao CAPDA}}{\text{Nº de Instituições comunicadas pelo Of. Circ. nº 01 e 21/SE-CAPDA}} \times 100 = \frac{18}{45} = 39\%$$

d) **Método de Aferição:** Quantidade de Relatórios de Avaliação de Desempenho elaborados pela unidade Suframa versus quantidade de instituições comunicadas através de Ofícios Circulares.

e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Gestão Tecnológica – CGTEC.

f) **Resultado do Indicador no Exercício:** Atualmente a Suframa realiza o acompanhamento de 93 entidades credenciadas no CAPDA, que estão localizadas em diversos estados da Amazônia Ocidental. O processo de avaliação consiste na comunicação prévia às instituições, por meio de ofício; e no envio por parte das instituições à Suframa de documentos necessários à sua avaliação. Em 2009, foi emitido ofício-circular para 45 instituições das quais foram avaliadas 18, correspondente a 39%. O resultado considerado baixo é decorrente do fato de que as empresas selecionadas não enviaram à Suframa a documentação necessária para avaliação prévia.

g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** Inconformidade, por parte das instituições, no envio à Suframa da documentação necessária a avaliação.

Para o ano de 2009, a Suframa adotou o procedimento de que, caso não haja manifestação, será elaborado o respectivo Relatório contendo uma recomendação de descredenciamento da entidade por descumprimento do disposto no Item 4.14 da Resolução CAPDA nº 02/2007 ou outra penalidade equivalente, a critério do Comitê, vez que esse Relatório objetiva recomendar a manutenção, ou não, do credenciamento.



O contingente de instituições objeto da avaliação de 2008 que porventura não foi possível obtermos o retorno foi agregado às de 2009.

- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** As empresas inadimplentes, a partir de 2010 serão descredenciadas junto ao CAPDA.



2.4.5.3. Indicadores de macroprocessos da Superintendência Adjunta de Administração

2.4.5.3.1. Taxa de Evolução da Receita Arrecadada

- a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para avaliar o percentual de crescimento da Receita gerada no Pólo Industrial de Manaus – PIM;
- b) **Tipo:** eficiência
- c) **Fórmula e Cálculo:**
$$\frac{\text{Receita Arrecadada em 2009 (TSA)}}{\text{Receita Arrecadada em 2008 (TSA)}} = \frac{258.355.746}{331.646.931} \times 100 = 77,90 \%$$
- d) **Método de Aferição:** a receita oriunda de Taxas de Serviços Administrativos – TSA arrecadada em 2009 versus a receita arrecadada no ano anterior (2008).
- e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGORF.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o resultado alcançado mostra que a arrecadação de 2009 decresceu em 22,10% em relação a 2008, o que se atribui principalmente, a crise econômica mundial desencadeada no último trimestre de 2008. No exercício de 2009, em meio a crise, foram concedidos às indústrias produtoras de motocicletas, motonetas, bicicletas, triciclos e quatriciclos, e respectivos fornecedores industriais, por meio das Portarias de n.º 88/2009, 102/2009 e 258/2009, a redução para zero do valor da Taxa de Serviços Administrativos incidente sobre aquisição de componentes, partes, peças, insumos e materiais de embalagem, oriundos do mercado nacional e do exterior, destinados a fabricação desses, produtos. Adicionalmente, a Suframa concedeu também que concedeu em favor de distribuidores de veículos automotores caminhões por meio da Portaria 88/2009, redução para zero do valor da Taxa de Serviços Administrativos. Essas medidas, tomadas no período agudo da crise, contribuíram para a manutenção de emprego e renda da população trabalhadora, assim como para a manutenção do importante Pólo de duas Rodas.



- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** a receita arrecadada é o elemento de fundamental importância para a execução de políticas públicas voltadas para projetos de desenvolvimento da região.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** A Suframa, no seu raio de atuação buscou minimizar os efeitos da crise concedendo a alguns setores a redução ou isenção da TSA, a fim de manter o nível de emprego e renda geradas no Pólo Industrial de Manaus.



2.4.5.3.2. Taxa de Eficiência da Função Orçamentária e Financeira

- a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para avaliar a eficiência da execução financeira em relação orçamento aprovado.
- b) **Tipo:** eficiência.
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Orçamento Executado}}{\text{Orçamento Aprovado}} \times 100 = \frac{258.355.746}{448.179.423} \times 100 = 57,65 \%$$
- d) **Método de Aferição:** a relação entre o orçamento efetivamente executado versus o orçamento aprovado incluindo créditos adicionais, créditos suplementares e notas de bloqueio e cancelamentos.
- e) **Área responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGORF.
- f) **Resultado do Indicador no exercício:** o percentual de execução do orçamento de 57,65% por si já é um valor muito baixo em relação ao montante aprovado, contudo se extraindo o valor de pessoal, reserva de contingência e de emendas parlamentares, esse percentual cai para 38,15%. Desse percentual apenas 7% foram aplicados em projetos de desenvolvimento, os 31,15% restantes referem-se aos gastos com a máquina administrativa.
- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** o fator limitante para a obtenção de melhor resultado, é a restrição de limite orçamentário e financeiro para movimentação e empenho de despesas.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro foram solicitados por duas vezes crédito adicional. No entanto, essas solicitações não foram atendidas, sendo autorizada apenas o remanejamento de créditos.



2.4.5.4. Indicadores de macroprocessos da Superintendência de Operações

2.4.5.4.1. Taxa de variação das Importações

a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para avaliar a variação das importações de mercadorias na área de atuação da Suframa em relação ao ano anterior.

b) **Tipo:** efetividade.

c) **Fórmula de Cálculo:**

$$\frac{\text{Import. da ZFM, AMOC e ALC 2009}}{\text{Import. da ZFM, AMOC e ALC 2008}} \times 100 = \frac{6.187.838}{8.790.221} \times 100 = - 29,6\%$$

Nota:

Valores em US\$ 1.000

d) **Método de Aferição:** as importações realizadas em 2009 em relação às importações realizadas em 2008.

e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Controle de Importação e Exportação – CGIEX.

f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o resultado alcançado representa um decréscimo de 29,60% em relação ao ano de 2008, os segmentos mais afetados foram os de bens finais, de componentes e de bens de informática. As importações de bens finais caíram cerca de 28,03% quando comparados com o ano de 2008, as importações de componentes cerca de 34,76% e as importações para fabricação de bens de informática cerca de 34,74%. Contudo, os meses de novembro e dezembro de 2009 os insumos para fabricação de bens de informática e de bens finais e o setor comercial apresentaram recuperação.

g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** De forma geral a crise na economia mundial, principalmente da economia americana, que deu início em setembro de 2008, proporcionou a queda em alguns indicadores da ZFM no ano de 2009, dentre eles, a importação de mercadoria estrangeira.



- a) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** Visando amenizar o problema decorrente da crise econômica, que impactou em queda nas importações, caso do setor de duas rodas, um dos mais atingidos pela crise, a TSA incidente sobre a importação de insumos para fabricantes do segmento, deixou de ser cobrada até março/2010, tanto para os montadores quanto para os produtores de componentes.



2.4.5.4.2. Taxa de variação das Exportações

a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para avaliar a variação das exportações de mercadorias na área de atuação da Suframa em relação ao ano anterior.

b) **Tipo:** efetividade.

c) **Fórmula de Cálculo:**

$$\frac{\text{Export. da AMOC e Amapá/AP 2009}}{\text{Export. da AMOC e Amapá/AP 2008}} \times 100 = \frac{1.486.347,6}{2.071.957,3} \times 100 = -28,26\%$$

Nota:
Valores em US\$ 1.000 (FOB)
AMOC – Amazônia Ocidental

d) **Método de Aferição:** As exportações realizadas em 2009 em relação as exportações realizadas em 2008.

e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Controle de Importação e Exportação – CGIEX.

f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o resultado alcançado em 2009 representa um decréscimo de -28,26% em relação ao ano de 2008, este declínio reflete o impacto negativo da crise no comércio mundial que atingiu também as exportações do Estado do Amazonas. Além da crise outro fator relevante foi a valorização do real. Ressaltamos que o Pólo de duas rodas foi o mais atingido pela crise, tanto pela perda de competitividade do produto devido a taxa de câmbio, como pela concorrência com os produtos chineses.

Destaca-se os principais importadores do Estado do Amazonas, no período de janeiro a dezembro de 2009, a Argentina, a Venezuela, Colômbia e os Estados Unidos, que juntos, representaram 66,11% do total das exportações do Estado. Os produtos mais exportados foram os Terminais Portáteis de Telefonia Celular, os Concentrados para fabricação de Bebidas, as Motocicletas com Motor Pistão Alternativo 125 cm³ < Cil < = 250 cm³, Aparelhos de Barbear não elétricos e as Motocicletas com Motor Pistão Alternativo 50 cm³ < Cil < = 125 cm³.



- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** o exercício foi marcado por várias atividades na área de Exportação incluindo a realização e participação em eventos, reuniões e treinamentos, de modo que não foram verificadas distorções no decorrer do exercício.
- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** Foram adotadas medidas no âmbito dos governos Federal e Estadual para redução dos custos de produção visando a retomada da competitividade no mercado internacional. Estas medidas estabeleceram redução de tributos incidentes nas operações de aquisição de insumos destinados a fabricação de produtos para o mercado externo.



2.4.5.4.3. Função Cadastro e Reativação de Empresas.

- a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para avaliar a variação da quantidade de empresas habilitadas no exercício em relação ao ano anterior.
- b) **Tipo :** efetividade.
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Habilitação de Empresas em 2009}}{\text{Habilitação de Empresas em 2008}} = \frac{15.491}{14.086} \times 100 = 9,97 \%$$
- d) **Método de Aferição:** A quantidade de empresas habilitadas durante o ano, incluindo cadastro, recadastra e reativação no exercício de 2009 em relação às habilitações de 2008.
- e) **Área Responsável pelo Cálculo:** Coordenação Geral de Controle de Mercadorias e Cadastro – CGMEC.
- f) **Resultado do Indicador no Exercício:** o indicador alcançou um crescimento de 9,97% em relação ao ano de 2008, destacando-se os Estado do Amazonas e Rondônia que juntos responderam por cerca de 74% do número de empresas habilitadas.
- A quantidade de Notas Fiscais ingressadas na Amazônia Ocidental através das Unidades Descentralizadas chegou a 2.426.280 de notas correspondendo um valor de R\$ 21.735.137.133, o que possibilitou uma arrecadação (TSA) da ordem de R\$ 135.146.696 ao longo do exercício.
- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** não obstante ao crescimento do número de empresas habilitadas, enfrenta-se problemas de ordem técnica operacional como: lentidão na modernização dos Sistemas atuais provocando erros freqüentes; equipamentos (microcomputador, impressora, no-break etc.) apresentando defeitos constantes; falta melhorar a rotina para atendimento aos usuários; ausência de uma equipe técnica exclusiva da área para o desenvolvimento e acompanhamento da implementação de novos sistemas; criar manuais para operacionalização dos sistemas; treinamento de operadores para executar novas rotinas; pessoal insuficiente para



atender a demanda e modernização e adequação da infra-estrutura interna e dos postos de fiscalização à realidade atual. Atualmente, devido o aumento de mercadorias nacionais ingressadas na ZFM, das solicitações dos órgãos fiscais de origem e destino e da necessidade de um acompanhamento por meio de sistema fiscal de inteligência, o espaço físico atual não atende às necessidades que a atividade requer.

- h) **Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso deste indicador e quem são os responsáveis:** para o aprimoramento da atividade seria necessário a realização de ações como: desenvolvimento de um Plano de Contingência para suprir as necessidades de pessoal da área de vistoria física; criação do quadro de Agentes Fiscais da Suframa com especialidades no Processo de Ingresso/Internamento de Mercadorias Nacionais; construção e instalação de um novo Posto Central de Vistoria Física no Distrito Industrial dotado de uma infra-estrutura logística (sistema de monitoramento integrado com câmeras, balanças eletrônicas, scanners, área para depósito, etc.) que possibilite o controle, acompanhamento e fiscalização da entrada de mercadorias nacionais na ZFM com funcionamento 24 x 7; aquisição de 02(dois) trailers para funcionamento de postos de vistoria itinerantes na cidade de Manaus com aparato tecnológico que permita dar maior agilidade e segurança no desembarço das mercadorias nacionais ingressadas na Zona Franca de Manaus; modernização e melhorias dos Postos de Fiscalização da Suframa nas Áreas Descentralizadas (Coordenações Regionais e Áreas de Livre Comércio); utilização plena da Rede Intranet SINTEGRA – Rede RIS; participação no Sistema Cadastro Sincronizado da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB; integração e parcerias com as Administrações Tributárias Estaduais e Federais; criação e operacionalização da Unidade de Enlace Suframa/SINTEGRA /Núcleo de Inteligência Fiscal que deverá ser responsável pela interação e integração com os fiscos estaduais e federal e demais órgãos externos; implantação da certificação digital no controle e desenvolvimento das atividades de cadastro e de ingresso de mercadorias nacionais, em nível interno e externo; automatização do processo de análise documental interna; e, integração total ao Projeto Serviço Público de Escrituração Digital – SPED que engloba os Projetos de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Projeto do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CFe, Projeto da Escrituração Fiscal Digital – EFD, Projeto da Escrituração Contábil Digital – ECD, entre outros.



3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.

3.1. Composição dos Recursos Humanos.

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	330	365	1.026
Próprios	329	365	1.026
Requisitados	1	NA	NA
Celetistas	NA	NA	NA
Cargos de livre provimento	-	-	-
Estatutários	NA	NA	NA
Não Estatutários	NA	NA	NA
Terceirizados			
Total			

Fonte: CGRHU - Suframa

3.2. Composição de Mão-de-obra

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições		Gratificações		Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	248	15.567.300,60	4.840,72		2.484.653,24		230.369,07	460.456,39
2008	356	18.069.611,67	13.574,80		2.642.807,17		263.061,08	519.547,42
2009	352	20.164.119,68	8.457,55		4.013.197,01		276.989,72	615.969,71
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA		NA		NA	NA
2008	NA	NA	NA		NA		NA	NA
2009	NA	NA	NA		NA		NA	NA
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	14	1.055.145,49	NA		316.543,65		22.375,92	NA
2008	16	1.314.295,45	NA		394.288,64		25.572,48	NA
2009	20	1.486.785,80	NA		446.035,74		31.965,60	NA
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1	223.668,00	NA		NA		NA	NA
2008	3	238.915,77	NA		NA		NA	NA
2009	1	55.497,29	NA		NA		NA	NA
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	NA	NA		NA		NA	NA
2008	NA	NA	NA		NA		NA	NA
2009	NA	NA	NA		NA		NA	NA
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	255	5.088.542,37	453	42.644.131,08	290	24.481.966,08	54	70.715,13
2008	273	5.362.162,81	523	46.453.864,44	278	22.568.916,48	40	137.298,47
2009	362	6.683.225,13	525	30.129.598,88	317	24.143.410,75	41	124.323,56

Fonte: CGRHU/SAD - Suframa



3.3. Informações sobre os contratos terceirizados de mão-de-obra.

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	29/08	04153540/0001-66	20/05/08	19/05/2010	-	76	-	121	A
Observação: O = Ordinário A = Ativo Limite do contrato 395. O Contrato não discrimina a escolaridade dos colaboradores. ➤ Em decorrência da realização de Concurso Público realizado em 2008, 42 vagas do contrato em questão ficaram em aberto. Nível Médio = 76 Colaboradores terceirizados contratados – <u>Área –fim.</u> Nível Superior = 121 Colaboradores terceirizados contratados - <u>Área –fim.</u> Nível Médio = 46 Colaboradores terceirizados contratados - <u>Apoio Administrativo.</u> Nível Superior = 110 Colaboradores terceirizados contratados - <u>Apoio Administrativo.</u>									

at.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	19/08	04153540/0001-66	28/03/08	27/03/2010	-	115		-	A
Observação: O = Ordinário A = Ativo Limite do contrato. O Contrato não discrimina a escolaridade dos colaboradores. Nível médio 226 Nível superior 66 Nível Médio = 115 Colaboradores terceirizados contratados – <u>Área –fim.</u> Nível Médio = 96 Colaboradores terceirizados contratados - <u>Apoio Administrativo.</u> Nível Superior = 49 Colaboradores terceirizados contratados - <u>Apoio Administrativo.</u>									



3.4. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

3.4.1. Taxa de Indicador de Eficiência da Função Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos

- a) **Utilidade:** o indicador é utilizado para aferir a eficiência da função de treinamento e capacitação de recursos humanos.
- b) **Tipo:** eficiência
- c) **Fórmula de Cálculo:**
- $$\frac{\text{Número de servidores treinados em 2009}}{\text{Número de servidores da Instituição}} \times 100 = \frac{93}{326} \times 100 = 28,52$$
- d) **Método de Aferição:** a relação entre o número de servidores treinados no exercício e o número de servidores existentes na instituição.
- e) **Área responsável pelo cálculo:** Coordenação de Recursos Humanos.
- f) **Resultado do Indicador no exercício:** o resultado alcançado foi proporcional aos recursos liberados para a execução das atividades de Capacitação durante o ano de 2009. O contingenciamento dos recursos impossibilitaram a execução de alguns cursos considerados importantes para a instituição.
- g) **Descrição das Disfunções Estruturais ou Situacionais:** nos últimos anos a Suframa enfrenta a dificuldade de realizar seu plano de capacitação cuja principal razão é a falta de recursos financeiros.
- h) **Descrição das Principais medidas implementadas para tratar as causas de insucesso deste indicador:** a oferta de capacitação está condicionados ao limite de recursos estabelecidos na LOA. Entretanto, Suframa tem procurado estabelecer parcerias com outros órgãos na tentativa de mitigar o problema.



Análise Crítica

O quadro atual de servidores e terceirizados está quantitativa e qualitativamente adequado ao cumprimento da missão organizacional da Autarquia. Entretanto, uma análise simples do efetivo de servidores em atividade mostra a necessidade de aprovação dos projetos de leis em tramitação no MDIC, quais sejam: 1) Projeto de Lei visando a criação de novos cargos adequados ao cumprimento das atividades fins da Suframa; aprovação de tabelas de vencimentos adequadas; criação de Carreira de Fiscalização de Controle de Ingresso de Mercadorias na Área de Jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Com a aprovação do Projeto de Lei visando a criação de novos cargos (adequados ao cumprimento das atividades fins da Suframa) e ainda, a criação de novas vagas, essa relação ficará equilibrada, facilitando o desenvolvimento e execução das atividades da Suframa. Os quantitativos da área-fim são preenchidos, em sua maioria, pelos colaboradores terceirizados, e com os prazos estabelecidos para substituição desses, a realização das atividades ficarão comprometidas.

O quantitativo ideal de servidores da instituição é 1.177, atualmente a Suframa dispõe de somente 329 (27,95%) desse efetivo, incluídos os 114 servidores recém-admitidos no último concurso público; portanto, fica evidente a necessidade de ampliação do seu quadro no curto e médios prazos. Desse efetivo, 250 exercem cargo de nível intermediário, 3 de nível auxiliar e apenas 76 são de nível superior. Ressalte-se ainda, que do efetivo cerca de 50 servidores já preencheram os requisitos para aposentadoria.

A contratação de mão-de-obra terceirizada, especializada, para trabalhar, lado a lado, com os servidores nas áreas meio e fim foi o paliativo legal encontrado pela instituição para enfrentar a ameaça de interrupção de suas atividades. Entretanto, esta modalidade de contratação não resolve todas as dificuldades existentes de mão-de-obra, visto que a atividade de vistoria física de mercadorias - com abrangência na área de jurisdição Suframa - só pode ser exercida por servidores.

A Vistoria de Mercadorias, por natureza, é uma atividade sensível e tem sido prejudicada pela falta de servidores com qualificação técnica para exercerem essa função – que é um desafio a ser urgentemente superado. Ao longo da história da Autarquia essa atividade sempre foi



desempenhada por Agentes Administrativos, do Quadro de Nível Intermediário, e por Agentes de Portaria, Vigilantes e Motoristas; não por ser de pouca complexidade, mas por ser uma mão-de-obra legal e disponível.

A Suframa objetivando solucionar o seu problema de insuficiência de efetivo realizou dois trabalhos que já estão no Ministério do Planejamento, para aprovação. Esses dois Projetos de Lei contemplam a provisão de 692 vagas das quais 343 serão destinadas à atividade de Controle de Ingresso de Mercadorias. Complementarmente a essa iniciativa, existe a possibilidade por meio da Medida Provisória nº 479/2009, que ainda é objeto de estudo do MPOG, de transposição de 164 cargos vagos para o Plano Especial de Cargos da Suframa. Registra-se a solicitação da Suframa ao MPOG para autorização de concurso referente às vagas transpostas na referida Medida Provisória.

O Plano Anual de Capacitação – PAC, para o período de 2009/2010, aprovado pela Portaria nº 604, de 29/12/2008, foi concebido com base no levantamento das necessidades apontadas por cada unidade administrativa e convergentes com as suas respectivas atribuições. Este plano objetiva o atendimento das reais demandas dos servidores de cada unidade administrativa da Suframa.

O PAC está ancorado na rubrica **Capacitação de Servidores Públicos Federal em Processo de Qualificação e Requalificação** com recursos orçamentários aprovados na LOA/2009 no valor de R\$ 483.378,00. Todavia, sua implementação está correlacionada à disponibilidade orçamentária e financeira da referida rubrica que, em 2009, sofreu um contingenciamento de 88,34% (R\$ 427 mil) inviabilizando o alcance das metas físicas previstas para o exercício.

A implementação do programa ainda foi prejudicada por dificultadores administrativos que postergaram a realização de dois cursos essenciais para o avanço intelectual dos servidores, quais sejam: Plenificação do Curso Sequencial em Gestão de Desenvolvimento Regional e o Curso de Educação à Distância, em Administração; este último a ser oferecido aos servidores que ainda não possuem curso superior e estão lotados nas Unidades Descentralizadas.



Diante da necessidade de avançar na qualificação dos servidores, de superar os desafios e de minimizar os prejuízos causados pelo contingenciamento orçamentário a instituição buscou a colaboração e o apoio de entidades e de colaboradores para a implementação de alguns cursos.

A experiência da Suframa com a mão-de-obra terceirizada é bastante positiva uma vez que esta tem proporcionado ganhos crescentes de qualidade e produtividade nos serviços prestados à sociedade. A terceirização permite a flexibilidade na escolha do perfil profissional adequado às atividades a serem desenvolvidas pela instituição. Ressalta-se que sem a utilização dessa mão-de-obra teria sido impossível a Suframa alcançar os resultados que logrou nesses últimos anos.

O Plano Especial de Cargos da Suframa, criado pela Lei nº. 11.356, de 19/10/2006, posteriormente reestruturado pela Lei nº. 11.907, de 2/2/2009, não atendeu as expectativas dos servidores da instituição que esperavam a aprovação do PEC nos níveis de outros órgãos pressupostamente com graus de importância equivalentes ao da Suframa.

É compreensível na medida em que cada um deles (servidores) é responsável pelo patamar de qualidade alcançado pela Suframa, que é reconhecida como uma agência padrão de desenvolvimento nesse importante espaço brasileiro que é a Amazônia. As conquistas do órgão são fruto da contribuição e do esforço de cada um dos seus servidores, o que os torna merecedores de uma remuneração mais adequada. Apesar de tudo, e considerando a situação anterior, a edição da Lei 11.356 foi uma conquista.

Ressalta-se que as tabelas de vencimentos da Suframa, comparativamente a outros órgãos públicos, continuam muito defasadas fato que foi determinante para desistência ou pedido de exoneração de 22% servidores que foram aprovados no último concurso e foram para outros órgãos públicos. Ressalta-se, ainda, que está em tramitação no MDIC solicitação para aprovação de nova tabela salarial da SUFRAMA.

Por meio da Portaria nº 508, de 31/12/2009, publicada no DOU de 4/1/2010, foi publicada a relação de 49 empregados terceirizados, retificada pela Portaria nº 10, de 8/1/2010, DOU de 13/1/2010, e dispensados em função dos provimentos dos cargos autorizados pela Portaria nº 181, de 18 de junho de 2007, em obediência à Portaria Interministerial MP/CGU Nº 494, de 18 de dezembro de 2009, e em cumprimento às disposições do Termo de Conciliação



Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho no âmbito da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7.

O total de servidores ingressados foi de 114 (cento e quatorze), sendo que 67 (sessenta e sete) foram efetivados nas Unidades Descentralizadas da Suframa, nos Estados do Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Amazonas - municípios de Itacoatiara e Tabatinga, onde não há terceirizados que executem atividades não previstas no Decreto nº 2.271/1997, não cabendo assim a substituição.



4. Reconhecimento de Passivo por insuficiência de Créditos ou Recursos

4.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos em 2009.

Movimento da Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Fonte: CGORF - Suframa

Não ocorreu no período.



5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

5.1. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício de 2009 e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	5.569.198,27	-	-	5.569.198,27
2008	10.283.812,84	43.561,51	10.229.977,10	10.274,23
2007	335.641,34	794,48	326.445,38	8.401,48
2006	7.873,36	7.870,36	0,00	3,00
2005	88.119,07	29.406,98	0,00	58.712,09
2004	7.190,53	0,00	0,00	7.190,53
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	50.326.600,68	-	-	50.326.600,68
2008	29.537.101,71	1.837.483,44	11.518.858,24	16.180.760,03
2007	446.212,82	423.115,67	0,00	23.097,15
2006	293.504,56	169.437,38	124.067,18	0,00
Observações: No mês de janeiro de 2010, foram cancelados de Restos a Pagar Não Processados de 2009, o valor de R\$ 71.169,03.				

Análise Crítica

Os valores pendentes de pagamento oriundos da emissão de empenhos não liquidado até o final do exercício financeiro são praticados conforme determina a legislação vigente (LRF art.42), assim como, o pagamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados, obedece às prioridades de desembolso, disponibilidade de limite e a natureza de cada operação.

Os valores registrados em Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício, estão resguardados pelos Decretos nº 6.708, de 23/12/2008; Decreto nº 7.057, de 29/12/2009. Entretanto, aqueles que não foram pagos em tempo hábil, referem-se a situações cujo processo encontra-se pendente prestação de contas e / ou como é o caso do valor de R\$ 7.190,53 inscritos em 2004 decorrente de Bloqueio Judicial.

Os valores pagos em 2009 totalizaram a importância de R\$ 22.199.367,90, aproximadamente 15% dos R\$ 143.428.889,58, referente ao limite financeiro autorizado.



6. Informações sobre transferências mediante convênios, acordos. Ajuste, termo de parceria ou outros congêneres realizados no Exercício.

6.1. Quadro de Detalhamento de Transferências (Vide Anexo I)

6.2. Análise Crítica

A gestão de transferências vigentes no exercício, para sanar as transferências em situação do tipo 2 – Inadimplentes, foram adotadas as seguintes medidas:

- Expedido Ofício de Notificação concedendo prazo de 30 dias para apresentação da Prestação de Contas;
- Outras Medidas Administrativas para evitar TCE: expedidos Ofícios e fax reiterando apresentação da Prestação de Contas;
- Nos casos de não manifestação do conveniente foi solicitado autorização do ordenador para registro de Inadimplência no SIAIFI e procedimentos de Tomada de Conta Especial;
- Medidas Preventivas adotadas pela Unidade para minimizar a situação de Inadimplência a partir dos Convênios firmados em 2007:
 - a) Liberação dos recursos, mediante bloqueio;
 - b) Desbloqueio por medição, após apresentação do Processo Licitatório;
 - c) Prestação de contas parcial a cada medição para fins de desbloqueio dos recursos da parcela seguinte.
- Adicionalmente informamos que consta no Plano de Reestruturação da Unidade responsável por essas atividades, ações específicas para 2010, com vistas a regularizar todos os convênios em situação de inadimplência.

Comentário:

- 1) Convênios em situação tipo 2 – Inadimplente por motivo de não apresentação da prestação de contas no prazo de vigência, porém cabe ressaltar que todos tiveram seus objetos concluídos e fiscalizados “in loco”;
- 2) As medidas administrativas resultaram em regularização da maioria dos Convênios que estavam em situação tipo 2 – Inadimplentes, em 2010



Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do Decreto nº 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto nº 6.752/2009, com a redação dada pelo Decreto nº 6.993/2009, ou legislação que o altere.

- Os Convênios firmados em 2009 ficaram todos Inscritos em Restos a Pagar em conformidade com a citada legislação.



7. Previdência Complementar Patrocinada.

“ Não ocorreu no período”

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

“ Não ocorreu no período”



9. Renúncias Tributária.

Conforme o Artigo 165 da CF, a Suframa, por força do Decreto 288 de 28 de fevereiro de 1967, Capítulo II, as concessões fiscais da ZFM, uma política asseverada em incentivos fiscais e tributários. Portanto, no âmbito da receita, por força da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, a Suframa instituiu a Taxa de Serviços Administrativos – TSA.

“ É instituída a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, tendo como fato gerador o exercício regular de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa” (Art. 1º, Lei nº 9.960, de 28/01/2000)

Assim a TSA tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Suframa. Neste caso, a cobrança se dá pela prestação de serviços de autorização de importação de mercadoria estrangeira e para a concessão de licença para internamento de mercadoria nacional, empregadas na fabricação de bens finais no Pólo Industrial de Manaus – PIM.

Cabe ratificar que no âmbito da Suframa a TSA, que tem características próprias de vinculação e incidência, está intimamente vinculada ao ingresso ou saída de mercadorias em sua jurisdição, e que, portanto, não se pode olvidar que tem sido justamente este modelo ZFM, em que o Estado brasileiro proceda o incentivo à produção e não ao capital. Incorrendo na extrafiscalidade aqui delineada, que tem permitido o desenvolvimento regional, concretizado na produção, na geração de emprego e renda, na inclusão social, no aporte de tecnologia e sobretudo da formação de capital intelectual, agregando ao mérito de um ínfimo passivo ambiental, como corroboram os mais diferentes indicadores, resultando em efetivos elementos de soberania e de cidadania nacional.

Na desoneração de possíveis cobranças da TSA, a Lei citada, traz no seu corpo a normatividade. Primeiramente para a condição de imunidade (Art. 1º da Lei 9.960 de 28/01/2000 combinado com o Art. 9º da Resolução 62 de 12/07/200), caso em que não caracteriza renúncia de receita. A segunda condição reside sobre o Art. 7º da Lei nº Lei 9.960, onde se alude à redução em níveis diferenciados para segmentos considerados de interesse para o desenvolvimento da região.

“O Superintendente da Suframa disporá, em portaria, sobre os prazos e as condições de recolhimento da TSA, inclusive



sobre a redução de níveis de cobrança diferenciadas para segmentos considerados de interesse para o desenvolvimento da região, sujeita essa redução à homologação do Conselho de Administração da Suframa (Art. 7º, Lei nº 9.960. de 28/01/2000).

Em consonância com o que estabelece a legislação supra, e na tentativa de mitigar os efeitos da crise internacional, em 2009 a Suframa concedeu renúncia de receita conforme demonstrado no quadro do item 9.1 Renúncias Tributárias Concedidas pela UJ.

9.1. Renúncias Tributárias Concedidas pela UJ.

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia	Objetivos socioeconômicos (LRF, Art, 14, § 1)	Contrapartida exigida
TSA	Portaria nº 17 de 19/01/2001	Redução	DESONERAR O SEGMENTO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS	I – CONSUMO NA ZFM e ALC's II – COMPOR/RENOVAR ATIVO FIXO COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
TSA	Portaria nº 242 DE 22/11/2001	Redução	EQUILIBRAR A ECONOMIA REGIONAL SOFRIDO COM OS DESEQUILÍBRIOS PROVOCADO PELA CRISE DA ARGENTINA EM 2001	I – AUMENTAR A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS INDUSTRIAIS; II – AUMENTAR A AQUISIÇÃO DE COMPONENTES E BENS DE INFORMÁTICA
TSA	Portaria nº 166 de 14/11/2003	Redução	ESTIMULAR O SEGMENTO ENERGÉTICO REGIONAL	I – INCENTIVAR A RENOVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DO SEGMENTO DE ENERGIA
TSA	Portaria nº 167 de 13/06/2005	Redução	ESTIMULAR PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS REGIONAIS	AUMENTAR O CONTROLE DE CADASTRO DE EMPRESAS DE MICRO E PEQUENO PORTE NA REGIÃO
TSA	Portaria nº 362 de 09/08/2006	Redução	ESTIMULAR A FABRICAÇÃO DO PRODUTO 0809 (APARELHO CELULAR NA ZFM)	AUMENTO DA PRODUÇÃO DO PRODUTO EM ESCALA
TSA	Portaria nº 529 de 28/11/2006	Redução	MINIMIZAR OS CUSTOS INCIDENTES SOBRE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA)	ENQUADRA-SE NO ANEXO II COMO DE CESTA BÁSICA
TSA	Portaria nº 52 de 01/02/2009	Redução	EQUIPARAR OS BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS DO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE -PNLT, DO REPORTO (LEI Nº 11.033 DE 21/12/2004) À INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA PARA O PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA ATRAVEZ DA REDUÇÃO DE CUSTOS DA CADEIA LOGÍSTICA
TSA	Portaria nº 88 de 12/03/2009 – Dispõem sobre redução de TSA pelos serviços prestados pela SUFRAMA para o	Redução	MITIGAR OS IMPACTOS DA CRISE RINANCEIRA DE 2009, ACOMPANHANDO O LEQUE DE DESONERAÇÕES DA CADEIA DO SEGMENTO DO DECRETO Nº	I - ENQUADRAR-SE NO DECRETO Nº 6.696 DE 17/12/2008.



	seguimento de distribuidores de veículos automotores caminhões. (Prazo 12/03 a 30/03); Portaria nº 155 , de 20/04/2009 – prorroga a Portaria nº 88, de 12/03/09 (Prazo 01/04 a 30/06); Portaria nº 268 , de 03/07/2009 – prorroga a Portaria nº 155 , de 20/04/2009 (Prazo 01/07 a 31/12)		6.696/2008, QUE ALTEROU A TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – TIPI SOBRE DISTRIBUIDORAS DE CAMINHÕES	
TSA	Portaria nº 102 , de 19/03/2009 – Dispõe sobre a redução de TSA pelos serviços prestados pela SUFRAMA para seguimentos das indústrias produtoras de motocicletas, motonetas, bicicletas triciclos, quadricículos e respectivos (Prazo 90 dias); Portaria nº 258 , de 30/06/2009 – prorroga Portaria nº 102, de 19/03/2009 (Prazo 23/06 a 31/12).	Redução	NO INÍCIO DO ANO DE 2009, FORAM ADOTADAS PELO GOVERNO FEDERAL ALGUMAS POLÍTICAS FISCAIS DE DESONERAÇÃO, COM O OBJETIVO SOCIOECONÔMICO DE MITIGAR OS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA, TAIS MEDIDAS FICARAM CONHECIDAS COMO MEDIDAS ANTICRISE, QUE TINHAM COMO FOCO A MANUTENÇÃO DOS EMPREGADOS DIRETOS, BEM COMO DE EVITAR GRANDES IMPACTOS QUE IMPLICASSEM PREJUÍZO SOCIAL E ECONÔMICO, ALÉM DO JÁ IMPACTANTE CENÁRIO DE CRISE MUNDIAL	I – ENQUADRAR-SE COMO EMPRESA DO SEGMENTO DE DUAS RODAS; II – MANUTENÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS



9.2. Valores concedidos a título de renúncia de Receita e respectiva contrapartida.

Valores	Exercícios					
	2007		2008		2009	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renuncia	-	-	-	-	-	-
Contrapartida	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

9.3. Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoa Física.

UF	Exercícios					
	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”



9.4.Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoa Jurídica.

UF	Exercícios					
	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

9.5.Aplicação de Recursos de Renúncia de Receita pela própria UJ.

Renúncia	Ações	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		Exercícios			Exercícios		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”



9.6. Prestação de Contas de Renúncia de Receita.

Situação	Exercícios					
	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

9.7. Indicadores de Gestão de Renúncia de Receita.

Ano	Metas				Renúncia PIB (%)		Geração de Emprego	
	Descrição	Indicador	Previsto	Realizado	Nacional	Regional	Diretos	Indiretos
2007	-	-	-	-			-	-
2008	-	-	-	-			-	-
2009	-	-	-	-			-	-

Não se aplica à natureza jurídica da UJ”



9.8. Declaração regularidade dos benefícios diretos da renúncia.

Declaração

Eu, PLÍNIO IVAN PESSOA DA SILVA, CPF Nº. 145889862-87, Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus em exercício, declaro para fins de informação que, na concessão do benefício tributário, conforme o que institui a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação ao cumprimento do Art. 1º, Art. 2º e Art. 5º da Resolução nº 62, de 12 de julho de 2000, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º.

Manaus, 24 de março de 2010.

PLÍNIO IVAN PESSOA DA SILVA

CPF Nº. 145889862-87

Superintendente, em exercício



10. Operações de fundos.

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”



11A. Recomendações da Unidade de Controle Interno.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	-----	184/2009/AM/CGU/PR	5 8 9 10		Ofício nº 2.928/2009/GGU/AM/CGU-PR 26/1/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa/ Auditoria Interna					166
Descrição da Deliberação:					
5. Solicita-se a realocação das mesmas para o item I - Ações da Auditoria Interna: Previstas e Resultados Esperados. 5 Recomenda-se que a descrição das ações a serem apresentadas no PAINT/2009 deva agregar as Ações de Auditoria do Item II com aquelas contidas no Anexo II, no item I, com os ajustes necessários, sem deixar de observar o grau de detalhamento exigido pela IN n.º 01/2007. 8. Recomenda-se que sejam acrescentadas, ao rol de ações de auditoria listadas no PAINT/2009, aquelas exigidas pela legislação pertinente ao RAIN, tendo em vista que aquele deve contemplar as atividades exigidas por esse último. 9. Recomenda-se que sejam incluídas as ações de auditoria interna, a seguir listadas, que não foram programadas pela Entidade: 9.1. Não foram explicitadas quais ações de auditoria abrangerão a avaliação do cumprimento do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias; fazendo-se necessária a inserção dessas informações nos objetivos correlatos. 9.2. Em relação aos itens “indicadores de desempenho utilizados pela entidade”; “regularidade dos procedimentos licitatórios”; “gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes firmados”; “elaboração de PAINT do exercício seguinte” e “elaboração de RAIN do exercício”, recomenda-se que tais atividades venham a compor o quadro de ações de auditoria, sendo necessário que as mesmas apresentem o mesmo grau de detalhamento que a IN n.º 01/2007 normaliza em seu art. 2º, § 1º. 10. Recomenda-se à Unidade de Auditoria Interna da SUFRAMA, caso fique constatada a impossibilidade de cumprimento das obrigações legais, que este fato seja registrado no corpo do texto PAINT, com os seguintes detalhamentos: 10.1. Manifestação expressa sobre a impossibilidade de cumprimento das obrigações legais; 10.2. Registro, inclusive com citação de documentos, das providências tomadas para solucionar a carência de pessoal; 10.3. Indicação dos critérios utilizados para programação e priorização de atividades, com especial atenção na apresentação de justificativas para a exclusão de conteúdos obrigatórios.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Auditoria Interna- AUDIT					355
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
5. As ações de auditoria integrantes do item II foram realocadas para o Item I, conforme solicitação dessa CGU/AM, no PAINT/2009, bem como sua manutenção no PAINT/2010 5. As descrições das ações de auditoria integrantes do item II foram agregadas e realocadas para o Item I, com aquelas contidas no Anexo II, constantes dos itens 01 a 04 do Item 1 do PAINT/2009, conforme solicitação dessa CGU/AM, bem como sua manutenção no PAINT/2010. 8. A recomendação fora atendida, fazendo-se constar no PAINT do exercício seguinte a ação referente ao RAIN do					



exercício anterior, bem como sua manutenção nos Planos subsequentes.

9. A recomendação contida no subitem 9.1 fora atendida em cumprimento ao item 5 da Nota Técnica, constante dos subitens 01 a 04 do Item I, no PAINT/2009; Quanto à recomendação constante do subitem 9.2, está implícita na execução do PAINT/2009 e será explícita no PAINT/2010.

10. Não existe impossibilidade para o cumprimento das obrigações legais por parte da Auditoria Interna da Suframa.

Nestes dois últimos exercícios - 2008 e 2009 - tomaram posse os concursados para o cargo de auditor, sendo que três destes solicitaram exoneração em março deste exercício, fazendo necessária a convocação de outros três para assumirem as vagas deixadas. O treinamento na área, para que o pessoal possa desempenhar suas atividades, somente aconteceu no mês de maio p.p, mas apenas três, dos seis, participaram desse treinamento em Brasília/DF, promovido pela Associação Brasileira de orçamento Público - ABOP. Estamos com programação para realização de Curso de Auditoria Básica para o mês de dezembro do corrente ano, que atingirá toda a equipe da Auditoria Interna da Autarquia. Atualmente a Auditoria Interna conta com seu quadro de pessoal formado exclusivamente por servidores, à exceção dos serviços de secretaria e mensageiro.

Os critérios utilizados para a programação e priorização das atividades da Auditoria Interna são elaborados de acordo com o PAINT, observando, sempre, quando se tratar de Convênios, aqueles aprovados no SIAFI. Assim, por solicitação da Superintendência, é planejada auditoria em todas as Unidades Descentralizadas da Autarquia e, aproveitando esse momento, no intuito de maximizar recursos financeiros e humanos, também é planejada auditorias em Convênios junto às Instituições Públicas e Privadas e Governos Municipais e Estaduais. O fato de não estar identificado o título do conteúdo obrigatório, não quer dizer que nos Relatórios de Auditoria não conste esse conteúdo, porém, doravante serão inseridas todas as identificações de títulos nos Relatórios de Auditoria desta Superintendência, em atenção à recomendação dessa Controladoria.

Síntese dos resultados obtidos

Todos os Itens foram sanados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

PAINT adequado de acordo com as orientações da CGU e melhor entendimento por parte dos trabalhadores que têm acesso ao mesmo.



Relatório de cumprimento das deliberações da CGU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	-----	289/2009/AM/CGU/PR	4 6 8 9		Ofício nº 3.926/2009/GGU/AM/CGU-PR 06/2/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa/ Auditoria Interna					166
Descrição da Deliberação:					
4. Sugere-se que o PAINT seja aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, conforme determina a IN n.º 07/2006 e o Regimento Interno da Entidade. 6. Verificou-se que os Relatórios de Auditoria foram encaminhados a essa CGU em 23 de janeiro de 2009, após a solicitação de auditoria nº 220685/001, de 19 de janeiro de 2009. Do exposto, conclui-se que o fato não se coaduna com a legislação citada. Recomendamos assim, o cumprimento dos prazos dispostos na mesma. 8. Observou-se que o conteúdo dos Relatórios de Auditoria encaminhados à equipe não continham todas as informações necessárias para a racionalização das ações de controle. Dessa forma, seguem as sugestões julgadas pertinentes: I) quanto ao escopo do trabalho, deve identificar a extensão dos itens examinados e a profundidade dos exames realizados; II) quanto ao recurso gerido pela Entidade, deve-se adotar o montante da despesa orçamentária; III) quanto as recomendações exaradas, a elaboração das recomendações deve considerar as seguintes diretrizes: toda recomendação deve concentrar-se no propósito de eliminar/mitigar/reduzir a(s) causa(s) vital(is) da situação motivadora da construção do registro e, se possível, sanear o próprio fato; toda recomendação deve primar pela racionalização da Administração Pública e economia processual, evitando-se que o custo da implementação recomendada seja superior aos resultados pretendidos; toda recomendação deve especificar a(s) providência(s) a ser(em) implementada(s), em seus detalhes operacionais, passíveis de aferição, eliminando-se o uso de expressões genéricas, dúbias ou redundantes; IV) quanto à padronização das informações/não-conformidades, sugere-se que os fatos observados que não se adéquem às normas ou ainda que não atendam a critérios de oportunidades e conveniências sejam identificados como “não-conformidades”, enquanto que fatos de menor relevância ou ainda que tenham caráter apenas descritivo, sejam identificados como “informação”. 9. Em relação aos papéis de trabalho apresentados, observou-se que não continham todas as peças e informações suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da auditoria executada. Nesse sentido, sugerimos que além da IN n.º 07/2006 e ainda na ausência de normativo próprio dessa AUDINT, também sejam aplicadas as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) constantes da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT) Nº 12. Sugestões específicas estão abaixo relacionadas: I) Planejamento de Auditoria: deve compreender os exames preliminares das áreas/atividades, produtos e processos, para definir amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração da Entidade. As referidas consultas, quando produzidas, devem constar dos papéis de trabalho a serem insertos no processo de auditoria. E sugere-se, também, que a Entidade identifique quais programas/ações previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias que serão tratadas na auditoria; II) procedimentos: constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitam ao auditor interno subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Tais exames e investigações a serem desempenhados devem ser especificados por auditor responsável pela sua execução, bem como os recursos e materiais demandados pelo procedimento. Nesse sentido, ressaltamos que o cálculo efetuado nos Programas de Auditoria (PA) documentados não refletem a realidade da quantidade de horas demandadas pelos trabalhos de auditoria, dado que os cálculos foram realizados somente em função das atividades de campo tendo sido desconsiderados o período de planejamento e de elaboração de relatórios. Além disso, recomendamos que não haja designação de servidores para realização de trabalhos de auditoria diferentes em períodos simultâneos. Tal fato foi verificado durante análise dos PAs elaborados por essa AUDINT, referentes ao exercício de 2008; III) Papéis de trabalho constituintes de processos de auditoria: sugerimos a inclusão dos seguintes documentos nos papéis de trabalho: ofícios encaminhados/recebidos, emails, solicitações e notas de auditoria, manifestações do auditado, folhas de análise produzidas pelo auditor, cópias de denúncias, questionários e entrevistas realizadas junto ao auditado, fotografias, além de outros documentos que contenham evidências que fundamentem de forma objetiva o trabalho. Para que as evidências sejam facilmente associadas às informações/não conformidades correlatada, sugerimos adoção de mecanismos de identificação, tais					



como índices de evidências de forma a permitir a rastreabilidade das mesmas. Quanto ao arquivamento dos processos de auditoria ressaltamos a necessidade de que sejam garantidas a segurança física e organização, a fim de possibilitar o acesso tempestivo dos mesmos, quando necessário. Também frisamos a importância de outros aspectos relacionados à formalização de processos administrativos, como a autuação e a numeração das páginas.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Auditoria Interna- AUDIT	355

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

4. O PAINT é submetido à avaliação e aprovação da Superintendência, que encaminha Proposição que é HOMOLOGADA pelo Conselho de Administração da Suframa - CAS. Uma vez aprovado e homologado pelo CAS, é emitida a Resolução, na mesma data da Reunião, e publicada no DOU.

6. Em face da admissão dos novos servidores no cargo de auditor e a substituição de três por motivo de solicitação de exoneração, estes não tinham a compreensão das atividades de auditoria a serem realizadas e a complexidade da atuação da Suframa na Amazônia Ocidental, tocante à promoção do Desenvolvimento Regional. Em razão do treinamento realizado em Auditoria Governamental, em Brasília, e o Curso de Auditoria Básica a ser realizado nesta Autarquia no próximo mês, esses prazos serão cumpridos, em atendimento às normas vigentes.

8. Os Relatórios de Auditoria desta Superintendência sofrem, com o andamento dos trabalhos, aperfeiçoamentos quando de sua elaboração, com inserções de novas atualizações da sistemática dos trabalhos. Apesar de não conter o título “escopo” nos Relatórios, consta a extensão e descrição do que será realizado. Em face das recomendações dessa CGU, a Auditoria Interna estará envidando esforços para adotar o modelo do Relatório a ser encaminhado por essa Controladoria, conforme conversado com a equipe e com a Chefe Substituta desse Controle Interno.

9. A Auditoria Interna da Suframa estará adotando as recomendações contidas neste item quanto aos normativos próprios, bem como a aplicação das disposições do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, constantes da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBCT Nº 12. As horas/homens registradas passarão a ser computadas a partir do planejamento e encerrando com a entrega do Relatório de Auditoria, após a revisão do mesmo. Quanto aos papéis de trabalho, todos os servidores que compõem a Unidade de Auditoria Interna desta Autarquia estão cientes que deverão juntar todas e quaisquer informações formais possíveis e documentos que contenham evidências que fundamentem de forma objetiva o trabalho.

Síntese dos resultados obtidos

O PAINT da Suframa sempre é aprovado na última reunião do seu Conselho de Administração que, normalmente, acontece no mês de dezembro.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não se aplica.



11B. Determinações e Recomendações do TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	TC – 031.346//2008-7	1578/2009 – Primeira Câmara	1.5	Representação	Ata nº 11/2009 - Primeira Câmara Data da Sessão: 14/4/2009 – Ordinária. Aprovação 15/4/2009 DOU 17/4/2009 Ofício nº 494/2009-TCU/SECEX-AM- 07/5/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Descrição da Deliberação:					
1.5 Determinar a Suframa que conclua os procedimentos necessários à avaliação da prestação de contas do Convênio nº 050/2002 (SIAFI 46916), verificando inclusive se não houve pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica e, em caso de irregularidades, instaure a respectiva tomada de contas especial;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SAP					357
Coordenação- Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER					359
Coordenação de Fiscalização e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento - COFAP					35568
Auditoria Interna - AUDIT					355
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento					
A CGDER encaminhou o Ofício nº 3737 COFAP/CGDER/SAP à SECEX-AM, no dia 09/06/2009, informando que a Prestação de Contas do Convênio nº 050/2002 (SIAFI 469316) foi encaminhada para esta Autarquia em 04/02/2009, por meio do Ofício nº 102/2009-GERPRO/UNISOL, encontrando-se em fase conclusiva de análise, para posterior encaminhamento à Auditoria Interna para parecer conclusivo da referida Prestação. Em 24/09/2009 foi emitida a INFORMAÇÃO INTERNA Nº 010/2009-AUDIT, a qual conclui que a Prestação de Contas do Convênio nº 050/2002 (SIAFI 469316) encontra-se com toda a documentação exigida no art. 28 da IN/STN 01/97, portanto, apta para que o Ordenador de Despesa aprove a mesma.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 03/11/2009, foi aprovada a Prestação de Contas do Convênio Nº 050/02, sendo comunicada a CONVENIENTE por meio do Ofício Nº 884/COFAP/CGDER/SAP, de 29/01/2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
POSITIVO: A Conveniente cumpriu o objeto do Convênio e encaminhou os documentos da Prestação de Contas exigidos pelo Artigo nº28 da IN/STN 01/97, o que não gera motivo de instauração de Tomada de Contas Especial. NEGATIVO: A Conveniente apresentou a Prestação de Contas incompleta, não atendendo ao disposto no Art. 28. A demora na apresentação dos documentos complementares da aludida Prestação ocasionou atraso em sua análise, além do reduzido quadro de pessoal da área que analisa as Prestações de Contas.					



Relatório de cumprimento das deliberações e Recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	012.993/2004-4	291/2009 – Segunda Câmara	9.3	Representação	Ata 03/2009 - Segunda Câmara Sessão 10/02/2009 Aprovação 12/02/2009 DOU 18/02/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa					166
Descrição da Deliberação:					
9.3 Determinar a Suframa que: 9.3.1 obedeça aos limites estabelecidos pelo art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, sendo que, para as alterações qualitativas, observe o disposto na Decisão 215/1999-TCU - Plenário; 9.3.2 ao proceder reajuste, repactuações ou alterações de valor nos contratos administrativos, apresente os demonstrativos devidos, juntando o memorial de cálculo ao Processo e, ainda, indique os valores mensal e anual do contrato do termo aditivo, em atendimento do princípio da clareza; 9.3.3 realize pesquisa de preços e inclua os resultados nos Processos de contratação por dispensa de licitação, em atendimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, da lei 8.666/93; 9.3.4 Abstenha-se de permitir que colaboradores de empresas contratadas atestem as faturas de fornecimento de serviços por parte dessas empresas; e 9.3.5 Arquivar o presente processo.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência-Adjunta de Administração - SAD					363
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGORF					3938
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Ciência do Acórdão nº 291/2009- Segunda Câmara/TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	009.008/2009-3	1564/2009 - Plenário	9.1	RL – Relatório de Levantamentos Desde: 17/04/2009	Ata 28/2009 – Plenário Sessão 15/07/2009 Aprovação 22/07/2009 Dou 17/07/2009 Ofício nº 918/2009 –TCU/SECEX-AM - 18/8/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA /Município de Nova Olinda do Norte/AM					166
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que: 9.1.1. promova a adequação do valor do Convênio nº 57/2007, de maneira a eliminar a divergência do somatório dos valores correspondentes às obras emergenciais, à elaboração dos projetos básico e executivo e às obras definitivas; 9.1.2. atente para o bloqueio orçamentário que recai sobre as obras relativas ao programa de trabalho 22.661.0392.2537.0101, constante do Anexo VI da Lei nº 11.897/2008 (LOA 2009).					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência-Adjunta de Administração - SAD					363
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGORF					3938
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A CGORF encaminhou o Ofício nº 5992/CGORF/SAD à SECEX-AM informando que os recursos orçamentários disponibilizados à SUFRAMA através da Lei nº 11.897/2008 (LOA 2009), na Funcional Programática 22.661.0392.2537.0101-Manutenção do Distrito Industrial de Manaus não foram executados, encontrando-se bloqueados conforme Nota de Bloqueio nº 2009ND000226.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em situações como esta, existem muitas denúncias evasivas que prejudicam o bom andamento das atividades da Autarquia. Em nenhum momento a administração proferiu quaisquer atos que infrinjam as normas e legislações, sejam elas emanadas pelo Congresso Nacional, pela Presidência da República, pelos Ministérios, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria Geral da União, ou por quaisquer outros órgãos ou entidades públicas que definam formas e regras de ação para o Poder Público Federal.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	TC 008.032/2009-4	1773/2009 - Plenário	9.4	Representação	Ata 32/2009 Sessão 12/08/2009 Aprovação 12/08/2009 Ofício nº 972/2009 – TCU/SECEX-AC- 20/08/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa/ Auditoria Interna					166
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que reavalie o 2º Termo de Aditamento ao Contrato n. 4.08.081A, de modo a emitir novo juízo acerca da necessidade dos serviços de reciclagem entre as estacas 26 e 90 no lado direito da pista duplicada - sentido Rio Branco/Senador Guimard, considerando os indícios, apontados neste Relatório de Auditoria, de execução da obra em desconformidade com o que foi previamente aprovado (não realização de reciclagem no trecho citado, não realização de serviços novos sobre a camada do pavimento pré-existente na pista antiga e reciclagem no lado esquerdo superior ao aprovado), remetendo a este Tribunal relatório circunstanciado dos elementos colhidos e das providências a serem adotadas e atestando quais serviços foram de fato realizados no citado trecho.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SAP					357
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em resposta a determinação do Acórdão Nº 1773/2009, foi elaborada a NOTA TÉCNICA Nº 56/2009-COFAP/CGDER/SAP, e encaminhada ao TCU por meio do Ofício Nº 7087/COFAP/CGDER/SAP, de 14/10/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	TC -018.433//2009-7	2361/2009 – Plenário	9.2	Representação	Ata nº 41/2009 – Plenário Data da Sessão: 07/10/2009 – Ordinária. Aprovação: 08/10/2009/DOU 09/10/2009 Ofícios nºs 992, 993 e 994/2009-TCU/SECEX-AM- 20/08/2009.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa/ Auditoria Interna					166
Descrição da Deliberação:					
9.2 Determinar a Suframa que, doravante, abstenha-se de utilizar a variação de índice inflacionário para estimar o custo de bens e serviços a serem licitados, realizando, para tal mister, a devida pesquisa de mercado, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus –SUFRAMA					166
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A SUFRAMA encaminhou os Ofícios nºs 5909/GABIN.SUP, 5910/GABIN.SUP e Ofício S/n.º - Copeli/Pregão, todos no dia 31/08/2009, informando: I) os critérios utilizados para a formação do preço estimado utilizado no Pregão Eletrônico 14/2009, para contratação de empresa especializada para organização e montagem da V Feira Internacional da Amazônia; e II) os motivos da inabilitação da empresa Halifax Eventos Ltda., uma vez que, na mensagem acostadas no sítio Comprasnet, há informação apenas de que a empresa não atendeu ao item 10.7.3 do edital do Pregão n.º14/2009, quando a mesma havia apresentado atestado de capacidade técnica pela realização de evento com porte equivalente ao do objeto pretendido, sob a responsabilidade técnica do engenheiro Ivan Rigodanzo, cujo atestado foi autenticado pelo CREA/PR, fato que pressupõe a existência de ART. (Ofício n.º 5909/GABIN.SUP). Assim como o encaminhamento de: a) pesquisa de preços para formação do valor estimado da licitação formalizada pelo Pregão n.º 14/2009, para contratação de empresa especializada par organização e montagem da V Feira Internacional da Amazônia – FIAM 2009; b) Termo de referência do mencionado pregão; e c) documentos encaminhados pela empresa Halifax Eventos Ltda para a sua habilitação no referido pregão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Manifestação com posicionamento sobre as questões apresentadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	TC – 032.913/2008-3	4078/2009 – Primeira Câmara	1.5.3	Representação	Ata 27/2009 - Primeira Câmara Sessão 11/08/2009 Ofício nº 1032/2009 TCU/SECEX-AM -24/8/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA /Município de Nova Olinda do Norte/AM					166
Descrição da Deliberação:					
1.5.3. determinar à SUFRAMA que, no prazo de 180 dias contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe ao TCU as informações pertinentes à conclusão da execução do Convênio 599801, firmado com o Município de Nova Olinda do Norte/AM, no valor de R\$ 514.000,00, tendo por objeto a aquisição de equipamentos rodoviários, assim como a avaliação final sobre os dados de sua prestação de contas e, se necessárias, as eventuais providências adotadas para a instauração de Tomada de Contas Especial.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SAP					357
Coordenação- Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER					359
Coordenação de Fiscalização e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento - COFAP					35568
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Ofício nº 7376 COFAP/CGDER/SAP enviou a Nota Técnica Nº 62/2009 contendo as informações acerca do Convênio nº 201/2007 (SIAFI: 599801), firmado com a Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte/AM. A Nota Técnica nº 62/2009 COFAP/CGDER/SUFRAMA esclareceu todos os procedimentos que ocorreram no Convênio nº 201/2007 (SIAFI: 599801). O Termo foi firmado em 21/12/2007, liberou o valor R\$ 514.000,00, este foi bloqueado e aplicado em fundo de aplicação de curto prazo. A licitação feita foi Pregão Presencial. Prorrogação da vigência “de ofício” até 30/11/2009. Em 22/05/2009, foi realizada fiscalização “in loco” onde se constatou aquisição de uma Retroescavadeira. Regularidade do Pregão Presencial. Em 21/08/2009, autorização para proceder ao desbloqueio na ordem de R\$ 235.000,00, sendo R\$ 223.810,00 da co-participação da CONCEDENTE e, R\$ 11.190,00 a título da contrapartida da CONVENIENTE. Em 09/09/2009, foi realizada fiscalização “in loco” onde se constatou aquisição de dois Caminhões. Em 17/09/2009, autorização para proceder ao desbloqueio na ordem de R\$ 300.000,00, sendo R\$ 285.714,00 da co-participação da CONCEDENTE e, R\$ 14.286,00 a título da contrapartida da CONVENIENTE A vigência do Convênio nº 201/2007 (SIAFI: 599801) irá expirar em 30/11/2009, e os sessenta dias subsequentes serão destinados a apresentação da Prestação de Contas..					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 15/01/2010, OFÍCIO Nº 008/2010-GPMNON-RP, a Prefeitura encaminhou a Prestação de Contas do Convênio Nº 201/07, a qual se encontra em análise final na COFAP/CGDER. A Prestação de Contas foi analisada, entretanto, a área competente aguarda documentos complementares para consubstanciar a análise conclusiva da Prestação de Contas e proceder à fiscalização final.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
POSITIVO: A Prefeitura apresentou a Prestação de Contas dentro do prazo estabelecido e cumpriu o objeto do Convênio. NEGATIVO: A Conveniente apresentou a Prestação de Contas incompleta, não atendendo ao disposto no Art. 28. A demora na apresentação dos documentos complementares da aludida Prestação ocasionou atraso em sua análise, além do reduzido quadro de pessoal da área que analisa as Prestações de Contas.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	TC-014.732/2007-1	2057/2009 - Plenário	1.6	Acompanhamento	Ata 36/2009 - Plenário Sessão 09/09/2009 Aprovação 10/09/2009 Dou 11/09/2009 Ofício nº 1260/2009 – TCU/SECEX-AM – 08/10/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Descrição da Deliberação:					
1.6. Determinações:					
1.6.1.à Superintendência da Zona Franca de Manaus que:					
1.6.1.1. no prazo de sessenta dias, conclua a análise da prestação de contas do Convênio 9/2004, firmado com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas, manifestando-se conclusivamente a respeito da regularidade da aplicação dos recursos transferidos, da contrapartida da conveniente e do atingimento do objeto pactuado, bem como dos objetivos do convênio;					
1.6.1.2. encaminhe a este Tribunal o resultado do exame acima indicado, tão logo seja ultimado;					
1.6.1.3. caso tenha apurado qualquer irregularidade na execução do convênio em tela, instaure a devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei nº 8.443/92 e na forma definida na IN-TCU 56/2007, dando ciência ao Tribunal das providências adotadas, no mesmo prazo fixado no item anterior, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação- Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER					359
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Ofício Nº 775/COFAP/CGDER/SAP, de 27/01/2010, foi solicitado a SEPLAN, a apresentação de documentos complementares, pertinentes a Prestação de Contas Final do Convênio Nº 009/04.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 26/02/2010, Ofício Nº 122/GS-DEMPE, a SEPLAN encaminhou a SUFRAMA os documentos complementares solicitados para análise, os quais se encontram em análise conclusiva. A Prestação de Contas foi analisada, entretanto, a área competente aguarda documentos complementares para consubstanciar a análise conclusiva da Prestação de Contas e proceder à fiscalização final.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
POSITIVO: A Conveniente apresentou a Prestação de Contas dentro do prazo estabelecido e cumpriu o objeto do Convênio.					
NEGATIVO: Falta documentação complementar da Prestação de Contas, conforme exigências do Art. 28 da IN/STN 01/97, já solicitada por esta Autarquia.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
00	012.993/2004-4	6401/2009 – Segunda Câmara	1.5.1	Representação	Ata 03/2009 - Segunda Câmara Sessão 10/02/2009 Aprovação 12/02/2009 Dou 18/02/2009 Ofício nº 122/2009 – TCU/SECEX-AM- 19/2/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.5.1. à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA para que ultime, se ainda não o fez, no prazo de 60 (sessenta) dias, a análise da prestação de contas do Convênio n.º 158/2001 (SIAFI nº 431767), firmado com o Governo do Estado de Roraima, e, se for o caso, instaure e encaminhe, no mesmo prazo, a competente Tomada de Contas Especial à Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional - SAP					357
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Em resposta a determinação do Acórdão Nº 6401/2009, foi encaminhada ao TCU, cópia do Despacho Autorizativo, o qual autoriza, em 08/03/2010, o início dos procedimentos para instauração da competente TOMADA DE CONTAS ESPECIAL para o Convênio Nº 158/01, pelo descumprimento do inciso I, do Art. 38, da IN/STN Nº 01/97.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA					166
Deliberações do CTU					
Deliberações expedidas pelo CTU					
Ordem	Processo	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC- 002.202/2009-9	6301/2009- Segunda Câmara	1.5.3	Representação	Ata 42/2009 - Segunda Câmara Sessão 24/11/2009 Aprovação 25/11/2009 Dou 27/11/2009 Ofício nº 1611/2009 – TCU/SECEX-AM – 11/12/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA					166
Descrição da Deliberação:					
1.5.3. à Superintendência da Zona Franca de Manaus que avalie a oportunidade e a conveniência de prorrogar o Convênio nº 153/2007 (SIAFI 599353), celebrado com a Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM, efetuando o respectivo distrato, caso não se inicie a execução do objeto conveniado, comunicando a este Tribunal as medidas adotadas.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação- Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER					359
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por meio do Ofício Nº 8325/COFAP/CGDER/SAP, a SUFRAMA atualiza a vigência do Convênio Nº 153/07, para expirar em 27/08/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Por meio do Ofício Nº 9067/COFAP/CGDER/SAP, de 28/12/2009, a SUFRAMA encaminha ao TCU/SECEX, cópias do Ofício Nº 8325/COFAP/CGDER/SAP e do Espelho do SIAFI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
POSITIVO: Exigências da Suframa, abaixo relacionadas, para fins de execução do Convênio: 1. Liberação dos recursos mediante bloqueio; 2. Desbloqueio dos recursos de acordo com cada medição (caso de obras); 3. Desbloqueio dos recursos após fiscalização “in loco” por técnicos da Suframa (caso de equipamentos) NEGATIVO: Atraso na execução do projeto em decorrência da demora na apresentação do Processo Licitatório à Suframa, por parte da Conveniente.					



12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício de 2009.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC
Admissão	11	11
Desligamento	12	12
Aposentadoria	10	10
Pensão	3	3

Os atos relativos às questões supra ocorridos no exercício de 2009, estão devidamente cadastrados no Sistema de Avaliação de atos de Admissão e Concessões via Internet – SISAC, referem-se basicamente aos seguintes casos:

- Admissão – ocorreram por motivo de vacância procedente do último Concurso Público realizado na autarquia;
- Desligamento – referem-se a pedidos de exoneração por parte do servidor;
- Aposentadoria – foram concedidas aos servidores que requereram aposentadoria por terem atendido todos os critérios necessários a concessão de aposentadoria voluntária;
- Pensão – foram concedidas três pensões, uma decorrente do falecimento de um servidor ativo e duas de servidores inativos.



13. Registros atualizados nos sistemas SICONV e SIASG.

13.1. Registro Atualizados de Transferências Cadastradas no SICONV -2009 (Vide Anexo II)

Declaração

Eu, **Eliany Maria de Souza Gomes**, CPF Nº. 160.039.342-04, Coordenadora Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER, Suframa, declaro para fins de informação que as informações referentes aos Convênios firmados em 2009 estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.678, de 14 de agosto de 2008.

Manaus, 24 de março de 2010

ELIANY MARIA DE SOUZA GOMES

CPF Nº 160.039.342-04

Coordenadora Geral de Desenvolvimento Regional - CGDER



13.2. Registros de Disponibilização e Atualização de contratos no SIASG

Declaração

Valdecildes Marques Zuany, CPF Nº. 124286712-00, Coordenadora de Comunicações Administrativas, da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGLOG/Suframa, declara para fins de registro que os contratos encaminhados à COADM no exercício de 2009, para registro no SIASG, encontram-se com as informações disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme preconiza a legislação pertinente.

Manaus, 28 de abril de 2010

VALDECILDES MARQUES ZUANY
Matrícula SIAPE nº 0678074
Coordenadora de Comunicações Administrativas

Visto: De acordo.

Em, 28.04.2010

EMÍLIA AMARAL S. ROLIM
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos



14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

14.1. Módulo de Renúncia Fiscal

Iniciada a construção do Módulo de Renúncia Fiscal em dois segmentos: o primeiro está relacionado com o cálculo da Renúncia do II - Imposto de Importação e do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; e o segundo está vinculado ao cálculo de Renúncia da TSA. O Módulo apresentou resultados parciais para ambos os segmentos.

14.2. Estudo do Marco Regulatório

Iniciado o Estudo de consolidação da Legislação dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, da Amazônia Legal e das Área de Livre Comércio. Este Marco Regulatório está sendo desenvolvido a partir dos esforços da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com o intuito principal de atender a demanda da sociedade por informações técnico-jurídicas de forma clara, concisa e consolidada, especialmente para explicitar o mecanismo de incentivos fiscais vigente na Zona Franca de Manaus, na Amazônia Ocidental e nas Áreas de Livre Comércio, aos potenciais investidores nacionais e internacionais; técnicos e juristas que trabalham na elaboração de projetos, laudos e estudos empresariais; alunos e professores universitários que buscam entender o modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e suas consequências socioeconômicas e ambientais, bem como a todos os interessados em conhecer melhor o funcionamento das normas tributárias existentes nessa importante região do planeta. O estudo deverá estar concluído no primeiro trimestre de 2010.

14.3. Guia dos Incentivos

Iniciado o Estudo para publicação de Cartilha dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, da Amazônia Legal e das Área de Livre Comércio cujo objetivo é orientar o entendimento sobre o tratamento tributário concedido àqueles que desejam fazer uso dos incentivos fiscais à produção e comercialização na Zona Franca de Manaus-ZFM, na Amazônia Ocidental e nas Áreas de Livre Comércio-ALC's. O referido Guia deverá estar pronto no primeiro trimestre de 2010.



14.4. Planejamento Estratégico

A revisão do Planejamento Estratégico da Suframa foi concluída no exercício de 2009 e deverá ser aprovada na primeira reunião do Conselho de Administração da Suframa - CAS, em 2010. Destaca-se que houve ajustes na formulação da missão e nos objetivos estratégicos; ampliação das áreas estratégicas e dos grandes temas regionais; ratificação da visão e reconsolidação dos fatores críticos de sucesso.

O Plano Estratégico configura-se como base e orientação para as ações da Suframa nos próximos anos.

14.5. Acompanhamento de Matérias de Interesse da Suframa

A Suframa atua na defesa dos interesses do Modelo de desenvolvimento implantado em sua área de jurisdição articulando matérias de natureza política, técnica, administrativa e judicial nas esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 2009, a instituição elaborou diversas Notas Técnicas sobre temas tributários relevantes que estão tramitando no Congresso Nacional e temas Ambientais importantes para o Modelo, conforme destacados abaixo.



14.6. Matérias que tramitando no Congresso Nacional

Nota Técnica (n.º e data)	Assunto
Nº 006/2009 de 21.01.09	Estudo sobre o projeto de implantação da Zona Franca do Semi-Árido Nordestino- ZFS: Posição da SUFRAMA.
Nº 010/2009 de 11.02.09	Análise da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, que altera a legislação tributária federal e dá providências quanto ao crédito prêmio do IPI, verificando quais os impactos na Zona Franca de Manaus.
Nº 012/2009 de 12.02.09	Exclusão de Emendas à Medida Provisória nº 443/2008 e PLV nº30/2008 no Plenário do Congresso Nacional.
Nº 014/2009 de 25.02.09	Manifestação sobre o texto final do PLV nº 030/2008 (MP nº443/2008). Sanção Presidencial.
Nº 018/2009 de 17.03.09	Projeto de Lei do Senado- PLS nº160/2007 que dispõe alterações tributárias incidentes sobre artigos escolares.
Nº 024/2009 de 03.04.09	Análise sobre a proposta do Ministério da Cultura sobre a introdução de gravame na produção ou importação de suportes de mídia virgem e equipamentos de gravação e reprodução, com percentual sobre as vendas no atacado.
Nº 028 de 20.04.09	Requerimento do Vereador Francisco Fernandes Bezerra sobre a extensão dos incentivos fiscais deferidos a ZFM para os demais municípios do Estado do Amazonas.
Nº 032 de 19.05.09	Projeto de Lei de Conversão nº4, de 2009 (MPV nº451/2008) que altera a legislação tributária federal.
Nº 034 de 20.05.09	Isenção do IPI e redução a zero do PIS/COFINS sobre importação de bicicletas, suas partes e peças, objeto do Projeto de Lei do Senado nº 166 de 2009, do Senador Inácio Arruda.
Nº 035/2009 COGEC/CGAPI de 21.05.09	Exclusão do Produto disjuntor de Nomenclatura Comum do MERCOSUL 8536.20.00, constante no Anexo I do Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009.
Nº 039/2009 de 12.06.09	Manifestação sobre alteração do art.4º, da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, com o propósito de prorrogar o prazo das isenções do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante-AFRMM e do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados, para as Regiões Nordeste e Amazônia.
Nº41/2009 de 15.06.09	Manifestação sobre a MP 462, de 2009 que “dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela união aos entes federados que recebem recursos do fundo de participação dos municípios-FPM, no exercício de 2009 (...)”
Nº 42/2009 de 04.06.09	PEC 17, de 2008 que “Acrescenta ao Ato das Disposições Transitórias. (Dispõe sobre a prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus)”
Nº 53/2009 de 21.07.09	Análise referente ao Projeto de Lei nº261-A, de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Nº57/2009 de 24.08.09	Projeto de Lei nº5.712/2009 de autoria da Exma Sra Deputada Federal Vanessa Grazziotin que propõe a alteração da denominação Zona Franca de Manaus para Polo de Desenvolvimento Econômico Incentivado
Nº 001/2009- COGEC, COGEX e CGAPI	Análise do Projeto de Lei da Argentina que visa alterar as alíquotas do IVA e do imposto interno sobre os bens dos segmentos eletroeletrônico e telecomunicações sobre as exportações do Polo Industrial de Manaus.
Nº58/2009 -Substituída pela NT 001/COGEC- CGAPI	Análise do Projeto da Lei argentina que visa alterar as alíquotas do IVA e do imposto interno sobre bens dos segmentos eletroeletrônico e telecomunicações, sobre as exportações do Polo Industrial de Manaus.



Nota Técnica (n.º e data)	Assunto
Nº61/2009 de 04.09.09	Manifestação sobre o PLC nº422/2008 que dispõe sobre o objetivo de criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião de Parintins, no Estado do Amazonas.
Nº62/2009 de 04.09.09	Manifestação sobre o PLC nº424/2008 que dispõe sobre o objetivo de criar o Pólo de Desenvolvimento da Região de Japurá, Estado do Amazonas.
Nº63/2009 de 04.09.09	Manifestação sobre o PLC nº426/2008, que dispõe sobre o objetivo de criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião de Coari, no Estado do Amazonas.
Nº64/2009 de 04.09.09	Projeto de Lei nº5.801 e nº5.803, ambos de 2009, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas destinadas ao transporte autônomo de passageiros, à entrega de mercadorias e ao serviço comunitário de rua, e dá outras providências.
Nº65/2009 de 08.09.09	Análise e Manifestação do Projeto – Florestas Plantadas e Modernização do Extrativismo – Inclusão Social do Acre.
Nº67/2009 de 10.09.09	Projeto de Lei nº5.963, de 2009, que dispõe sobre a criação do Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos e dá outras providências.
Nº68/2009 de 10.09.09	Manifestação sobre o PLC nº419, de 2008, que dispões sobre o objetivo de criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião de Tefé, no estado do Amazonas.
Nº69/2009 de 10.09.09	Manifestação sobre o PLC nº 420, de 2008, que dispõe sobre o objetivo de criar o Pólo de Desenvolvimento da Microrregião do Madeira, no Estado do Amazonas.
Nº70/2009 de 18.09.09	Manifestação sobre o PLC nº266/2005 que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento de Tucuruí e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Tucuruí”.
Nº72/2009 de 28.09.09	Manifestação sobre o Ofício nº1042/GM-MDIC, de 25 de setembro de 2009, que trata sobre o Projeto de Lei de Conversão nº13/2009: “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2009”.
Nº74/2009 de 29.09.09	Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 318, de 2009, que propõe alterar a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.
Nº76/2009 de 05.10.09	Pleito do Deputado Nelson Azedo – Líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, solicitando à SUFRAMA estudo técnico sobre a “Implantação de um Polo de Fertilizantes no Parque Fabril de Manaus”
Nº77/2009 de 14.10.09	Projeto de Lei 6.119, de 2009, que propõe isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e reduz a zero as alíquotas de Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de motocicletas e bicicletas, quando adquiridas por agentes comunitários de saúde.
Nº78/2009 de 09.10.09	PEC alterando a vigência do Art 40 do Ato das Disposições Transitórias – ADTC.



Nota Técnica (n.º e data)	Assunto
Nº79/2009 de 20.10.09	Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 346, de 2009, que altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que criou a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências
Nº80/2009 de 21.10.09	Projeto de Lei 6.088, de 2009, que “institui isenção do IPI, da contribuição PIS/PASEP e da COFINS para operações de aquisição de microcomputadores por professores da rede pública de ensino.”
Nº81/2009 de 22.10.09	Medida Provisória nº465, de 29 de junho de 2009.
Nº84/2009, de 04.11.09	Decreto nº 5.691, de 3 de fevereiro de 2006, que suspende a exigência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS – Importação) sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, adquiridos por pessoas jurídicas estabelecidas na Zona Franca de Manaus.
Nº86/2009, de 18.11.09	Sugestões e outros subsídios destinados à fundamentação do conjunto de propostas a ser levado pelo Brasil à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15), programada para dezembro do presente ano, em Copenhague (Dinamarca), conforme solicitação contida no Ofício nº290/2009, de 05/11/2009e 314/2009, de 10/11/2009, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).
NT 88/2009, de 07.12.09	Projeto de Lei nº488, de 2009, que propõe estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de bicicletas de fabricação nacional
NT 89/2009, de 30.10.09	Resposta aos Ofícios nº 1.113, 1.115 e 1.114/GM-MDIC, a respeito dos PLCs nºs 421,423 e 428, de 2008, que dispõem, respectivamente, sobre o objetivo de criar os Polos de Desenvolvimento nas Microrregiões do Rio Preto da Eva , de Juruá e do Alto Solimões, situadas no Estado do Amazonas.
NT 90/2009, de 07.12.09	Projeto de Lei nº6.288/2009 concernente à destinação ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, para aplicação em projetos na Amazônia Legal, de 1% do lucro dos fabricantes de veículos automotores e dos fabricantes de pneus decorrente das vendas no mercado interno
NT 91/2009, de 22.12.09	Projeto de Lei nº6.259, de 2009, que exclui os terminais portáteis de telefonia do rol dos bens de informática incentivados pela Lei 8.248, de 1991
NT 92/2009, de 14.12.09	Proposta de Emenda Constitucional nº 439, de 2009, que “Dá nova redação ao art. 40, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências
NT 93/2009 de 15.12.09	Ofício nº 1.078/GM-MDIC, de 5 de outubro de 2009, que versa sobre o Projeto de Lei Complementar nº 517, de 2009, proposto pelo senhor Cezar Silvestri, Deputado Federal (PPS/PR), que propõe alterar a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 17, revogando os itens 2, 3 e 4 da alínea “b” do inciso X do supracitado artigo.
NT 94/2009, de 14.12.09	Projeto de Lei nº6.332/2009 que dispõe sobre metas de redução de gases de efeito estufa - GEE
NT 95/2009, de 16.12.09	Projeto de Lei que acrescenta ao art. 19-A à Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
NT 96/2009, de 16.12.09	Projeto de Lei nº 5.367, de 2009, que institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando instrumentos para essa proteção
NT 98/2009, de 21.12.09	Resposta ao Ofício nº 1520/GM-MDIC, referente à proposta de MP que visa alterar a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, que trata das áreas de livre comércio dos municípios de Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre



14.7. Estudo do Meio Ambiente

Nota Técnica (n.º e data)	Assunto
Nº 016/2009 de 10.03.09	Implementação de Boas Práticas Sustentáveis durante a V Feira Internacional da Amazônia e em suas edições seguintes.
Nº 021/2009 de 27.03.09	Implementação de “Boas Práticas Sustentáveis” na SUFRAMA e aplicação do Decreto nº5.940 de 25 de outubro de 2006.
Nº 031 de 06.05.09	Participação da SUFRAMA na oficina estadual promovida pela Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca da Presidência da República- SEAP/PR para discutir o Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca- PASAP
Nº 036/2009 de 04.06.09	Oficialização de Parceria com o Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (CDEAM/UFAM) para implementação de práticas sustentáveis na FIAM.
Nº 038/2009 de 04.06.09	Contas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- Uma Parceria IBGE/ONU
Nº 47/2009 de 29.06.09	Resposta ao pleito do Governo do estado do Amapá, que solicita que a SUFRAMA, em virtude de sua atuação na área de abrangência da Zona Franca de Manaus, empreenda esforços para implantação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana
Nº 53/2009 de 21.07.09	Análise referente ao Projeto de Lei nº261-A, de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Nº65/2009 de 08.09.09	Análise e Manifestação do Projeto – Florestas Plantadas e Modernização do Extrativismo – Inclusão Social do Acre.
Nº67/2009 de 10.09.09	Projeto de Lei nº5.963, de 2009, que dispõe sobre a criação do Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos e dá outras providências.
Nº76/2009 de 05.10.09	Pleito do Deputado Nelson Azedo – Líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, solicitando à SUFRAMA estudo técnico sobre a “Implantação de um Pólo de Fertilizantes no Parque Fabril de Manaus”
Nº82/2009 de 20.10.09	Solicitação de estudo sobre potenciais de investimentos na Amazônia Ocidental



14.8. Processo de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação

SIDEC	PROCESSO	EMPRESA	MODALIDADE	VALOR	OBSERVAÇÃO
23/2009	0598/09	EDITORA GLOBO S/A	INEXIGIBILIDADE	329,00	
24/2009	0599/09	EDITORA ABRIL S. A.	INEXIGIBILIDADE	347,00	
22/2009	0619/09	EDITORA ANA CASSIA LTDA.	INEXIGIBILIDADE	3.449,30	
27/2009	0643/09	VALOR ECONÔMICO S. A.	INEXIGIBILIDADE	548,90	
33/2009	0851/09	EMP. JORNAL DO COM.LTDA.	INEXIGIBILIDADE	4.900,00	
09/2009	0115/09	EDITORA NDJ LTDA.	INEXIGIBILIDADE	5.930,00	
10/2009	0202/09	EDITORA NDJ LTDA.	INEXIGIBILIDADE	11.860,00	
30/2009	0607/09	EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LTDA.	INEXIGIBILIDADE	3.360,00	
03/2009	6258/08	ANIPES	INEXIGIBILIDADE	1.500,00	
36/2009	701/09	FUND. GETULIO VARGAS	INEXIGIBILIDADE	3.905,40	
63/2009	1550/09	CERON	INEXIGIBILIDADE	259.607,26	Onde-se lê R\$ 259.504,15, leia-se R\$ 259.607,26
12/2009	6282/08	RAIMUNDO N. G. RIBEIRO	DISPENSE	360,00	
10/2009	6284/08	ACADEMICA DENTAL	DISPENSE	6.811,40	
36/2009	5640/08	ARCO PLACAS LUMINOSAS	DISPENSE	4.200,00	
13/2009	6283/08	SOCIEDADE FOGÁS	DISPENSE	6.660,00	A liquidação da despesa ocorreu no exercício de 2010.
18/2009	0126/09	SUPERMERCADO SAFRA	DISPENSE	3.097,56	
46/2009	1008/09	L.M.C. CAMELI	DISPENSE	644,00	
19/2009	0203/09	J.M. RAMOS FERNANDES	DISPENSE	2.926,08	
05/2009	6269/08	MERCADINHO IRMÃOS FRANCO	DISPENSE		Cancelado, devido irregularidades fiscais da empresa.
06/2009	6166/08	VLS DOS SANTOS – ME	DISPENSE	1.400,00	N.º do processo e valor corrigidos
17/2009	6018/08	JOAQUIM PEDRO DE SOUZA	DISPENSE	4.810,00	
40/2009 E 41/2009	0346/09	JRG SERVIÇOS COM E SERV.	DISPENSE	7.930,00	No exercício de 2009 as despesas com materiais e serviços foi de R\$ 5.721,20, o restante, R\$ 2.208,80, foi liquidada no presente exercício.



14.9. Cotas de Patrocínio do Exercício de 2009.

Inexigibilidade de de Licitação N°.	PROCESSO N°.	ENTIDADE	OBJETO / EVENTO	Valor Concedido (R\$)	Contrato N°.	Prestação de Contas
11/2009	52710.000366/2009-12	Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus – CDLM.	Campanha Líquida Manaus.	50.000,00	10/2009	Apresentada.
* 15 e 6/2009	52710.000578/2009-08	Associação dos Juizes Federais – AJUFE.	Seminário de Direito Ambiental.	50.000,00	11/2009	Apresentada.
* 17/2009	52710.00504/2009-63	Fundação de Apoio Institucional Muraki	I Simpósio de Operações Especiais	10.000,00	-----	Patrocínio Cancelado.
18/2009	52710.000630/2009-18	Associação Comercial de Ji-Paraná – ACJIP.	1º Edição da Feira de Comércio e Indústria de Ji-Paraná – FECOMIND.	30.000,00	12/2009	Apresentada.
20/2009	52710.000601/2009-56	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.	61º Reunião Anual da SBPC.	50.000,00	15/2009	Apresentada.
25/2009	52710.000783/2009-65	Fundação de Apoio Institucional MURAKI.	I Curso de Operações Especiais.	10.000,00	19/2009	Apresentada.
26/2009	52710.000781/2009-76	Associação Folclórica Boi Bumbá Caprichoso – AFBBC.	44º Festival Folclórico de Parintins – Apresentação do Boi Bumbá Caprichoso.	50.000,00	18/2009	Apresentada.
28/2009	52710.000810/2009-08	Associação Amazonense do Ministério Público – AAMP.	II Congresso do Ministério Público do Estado do Amazonas.	50.000,00	20/2009	Apresentada.
29/2009	52710.000804/2009-42	Instituto Boi Bumbá Garantido.	44º Festival Folclórico de Parintins – Apresentação do Boi Bumbá Garantido.	50.000,00	23/2009	Apresentada.
32/2009	52710.000879/2009-23	Associação de Figurinistas e Artesãos de Parintins – ASFAPIN.	VII Mostra de Artesanato Parintinense.	5.000,00	24/2009	Apresentada.
35/2009	52710.000918/2009-92	Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR.	IV Salão de Turismo – Roteiros do Brasil – Estande Amazonas.	4.000,00	27/2009	Apresentada.
41/2009	52710.001255/2009-23	Conselho Regional de Economia 13ª Região – CORECON-AM.	Semana do Economista.	20.000,00	30/2009	Apresentada.
45/2009	52710.001210/2009-59	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO.	6º Prêmio Professor Samuel Benchimol.	15.000,00	38/2009	Apresentada.
46/2009	52710.001444/2009-04	Associação Dos Criadores de Abelhas do Estado Amazonas – ACAM.	III Encontro dos Criadores de Abelhas do Amazonas.	10.000,00	36/2009	Apresentada.
47/2009	52710.001291/2009-97	Conselho Federal da Ordem dos Advogados.	Conferência Nacional sobre Direito Ambiental e a Questão Amazônica.	50.000,00	37/2009	Apresentada.



51/2009	52710.001469/2009-08	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO.	III Feira da Indústria do Estado de Rondônia – FEIRON INTERNACIONAL.	10.000,00	41/2009	Apresentada.
52/2009	52710.001509/2009-11	Fundação Rede Amazônica.	XV Seminário de Jornalismo na Amazônia.	10.000,00	43/2009	Apresentada.
53/2009	52710.001575/2009-83	Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Estado do Amazonas – ACOCAM.	XXXVI EXPOAGRO, VII Feira de Agronegócios Sustentável da Zona Franca Verde e a III Semana de Produtos Orgânicos,	30.000,00	44/2009	Apresentada.
55/2009	52710.001609/2009-30	Instituto de Tecnologia de Eletrônica e de Informação da Amazônia – ITEIA.	10º Encontro Nacional do Terceiro Setor – ENS.	20.000,00	47/2009	Apresentada.
56/2009	52710.001591/2009-76	Instituto Brasil de Desenvolvimento Social, Cidadania e Educação – IBRACE.	Exposição do Livro: Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia - A experiência do Polo Industrial de Manaus.	20.000,00	48/2009	Apresentada.
57/2009	52710.001610/2009-64	Câmara de Dirigentes Lojistas de Vilhena – CDL.	1ª Edição da Feira de Negócios de Vilhena – FENEVILLE.	30.000,00	49/2009	Apresentada.
* 59/2009	52710.001751/2009-87	Confederação Brasileira de Atletismo – CEBAT.	Corrida Internacional Cidade de Manaus	20.000,00	----	Patrocínio Cancelado.
61/2009	52710.001707/2009-77	Instituto de Otorrinos da Amazônia Profº. PIERRE GEHANNO.	XIV Congresso Brasileiro de História da Medicina.	30.000,00	51/2009	Apresentada.
62/2009	52710.001802/2009-71	Associação dos Procuradores do Amazonas – APEAM.	VI Seminário PGE de Direito Público.	20.000,00	53/2009	Apresentada.
64/2009	52710.001836/2009-65	FARE ARTE Serviços de Eventos Culturais Ltda.	Mostra: Amazônia em Cingapura.	20.000,00	56/2009	Apresentada.
65/2009	52710.001776/2009-81	Associação Comercial, Industrial de Serviços e Agrícola do Acre – ACISA.	1ª Feira de Negócios e da Construção Civil do Acre – FENACON.	30.000,00	55/2009	Apresentada.

Total: R\$ 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais).

- A inexigibilidade de Licitação de nº. 15 foi cancelada e gerou o nº. 16/2009, referente ao mesmo evento;
- A inexigibilidade de Licitação de nº. 17 refere-se ao patrocínio que foi cancelado, uma vez que a proponente não apresentou documentação em tempo hábil, impedindo a liberação do recurso;



- A inexigibilidade de Licitação de nº. 59, refere-se ao patrocínio que foi cancelado, uma vez que não houve tempo hábil do Ministério do Esporte se manifestar sobre a regularidade fiscal da Confederação Brasileira de Atletismo para dar prosseguimento ao patrocínio, orientação dada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, motivo pelo qual não houve liberação do recurso.



ANEXOS

- **Anexo I - Transferências de Recursos no Período de 2009**
- **Anexo II - Convênios Firmados em 2009 – Cadastrados no SICONV**